

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLAUDIA FARIA GOMES DOS SANTOS

**SABEMOS A LO QUE VAMOS Y QUE VALE LA PENA:  
um estudo sobre a resistência zapatista à Globalização (1994-2008).**

VITÓRIA  
2012

CLAUDIA FARIA GOMES DOS SANTOS

**SABEMOS A LO QUE VAMOS Y QUE VALE LA PENA:  
um estudo sobre a resistência zapatista à Globalização (1994-2008).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil.

VITÓRIA  
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S237s Santos, Claudia Faria Gomes dos, 1981-  
Sabemos a lo que vamos y que vale la pena : um estudo  
sobre a resistência zapatista à Globalização (1994-2008) /  
Claudia Faria Gomes dos Santos. – 2012.  
142 f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Amador Gil.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Exército Zapatista de Libertação Nacional (México). 2.  
Globalização. 3. Movimento anti-globalização. I. Gil, Antonio  
Carlos Amador. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

CLAUDIA FARIA GOMES DOS SANTOS

**SABEMOS A LO QUE VAMOS Y QUE VALE LA PENA:  
um estudo sobre a resistência zapatista à Globalização (1994-2008).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em        de        de 2012.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil (Orientador)**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Dadalto (Membro Interno)**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

---

**Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa (Membro Externo)**  
**Universidade Estadual Paulista (UNESP)**

## DEDICATÓRIA

*À Vera Maria, mulher digna e rebelde,  
durante toda a sua vida.*

*Ao José Ailto, homem corajoso e decidido,  
cúmplice dessa e de outras jornadas.*

*Ao Arthur, menino sagaz e compassivo, que ensaia seus  
primeiros passos para uma vida mais justa e feliz.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família e aos meus amigos pelo apoio e pela compreensão durante o período em que estive envolvida com a feitura deste trabalho. Agradeço especialmente à minha mãe, pois sem a sua ajuda teria sido muito difícil concluí-lo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Antonio Carlos Amador Gil, pela oportunidade de realizar esta pesquisa e por toda a sua colaboração. Agradeço também aos Professores que me acompanharam durante essa trajetória, contribuindo com a realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos também aos que aceitaram participar desta banca examinadora.

Gostaria ainda de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pela organização e pelo ambiente agradável e aos membros do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pelo compromisso que assumiram em transformar direitos abstratos em ações concretas. Muito obrigada!

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema a resistência de indígenas autodenominados zapatistas à imposição de uma nova ordem mundial que atualmente atende pelo nome de globalização. Como o próprio título sugere, trata-se de uma abordagem interessada em compreender a aposta desses indígenas, frente a um processo global que ameaça seus modos de vida e insiste em deixá-los à margem das riquezas que produz. O principal objetivo deste trabalho é examinar, por meio da análise de conteúdo de textos narrativos produzidos pelos zapatistas, a resistência (entendida aqui como uma forma de luta) desse grupo subalterno e seus modos de generalização. Dedicamo-nos, ainda, a demonstrar que não se trata de uma simples crítica à globalização, mas de uma forma de luta construída por um grupo minoritário que se revela no controle dos espaços, sejam eles físicos, simbólicos ou discursivos; no desenvolvimento de ações integrativas, por meio da aproximação com outros grupos e da interlocução com a sociedade civil; e, também, na construção de espaços de representação que implicam no reconhecimento e na recuperação de referenciais identitários (materiais e simbólicos), na ampliação da participação política, no exercício da autonomia e de governos autônomos segundo seus próprios códigos normativos e na construção e reelaboração de representações de si mesmos e do mundo. Enfim, uma luta que parte de um questionamento à globalização hegemônica, mas que caminha para uma transformação nas relações de poder, para que um novo mundo possa existir.

Palavras chave: Exército Zapatista de Libertação Nacional (México). Globalização. Movimento anti-globalização.

## **ABSTRACT**

This essay has as theme the resistance of indigenous people self designated Zapatistas to the imposition of a new world order that currently answers by the name of globalization. As the title itself suggests, it deals with an approach interested in understanding the bet of these indigenous people, before a global process that threatens their ways of living and insists on leaving them on the fringes of the wealth that is produced. The main objective of this work is to consider, by means of the analysis of content of narrative texts produced by the Zapatistas, the resistance (here understood as a way of fighting) of this subordinate group and its ways of generalization. We also dedicate ourselves to show that it is not a single criticism to globalization, but a way of fighting constructed by a minority group which reveals itself in the control of spaces, no matter physical, symbolic or discursive ones; in the development of integrative actions, by means of approaching to other groups and of interlocution with the civil society; and, as well, in the construction of spaces of representation that involve the recognition and the reclaim of the identity referential (material and symbolic), in the enlargement of the political participation, in the exercise of autonomy and of autonomous governments according to their own normative codes and in the construction and reworking of representations of themselves and of the world. Lastly, a fight that comes from an issue to the hegemonic globalization, but that marches to a transformation in the power relations, so as a new world can exist.

**Key words:** Zapatista Army of National Liberation (Mexico). Globalization. Anti-globalization movement.



## LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CCRI-CG- Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral  
CDI - Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas  
CND – Convenção Nacional Democrática  
CNI – Congresso Nacional Indígena  
COCOPA – Comissão de Concórdia e Pacificação  
CONAI – Comissão Nacional de Intermediação  
CONAPO - Conselho Nacional de População  
ETA - Euskadi Ta Askatusuna  
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional  
FDN - Frente Democrática Nacional  
FLN – Forças de Libertação Nacional  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNI – Fórum Nacional Indígena  
FZLN – Frente Zapatista de Libertação Nacional  
GBI – Guerra de Baixa Intensidade  
INEGI – Instituto Nacional de Estatística e Geografia  
JBG – Juntas de Bom Governo  
MAREZ – Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas  
MLN – Movimento para Libertação Nacional  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não Governamental  
PAN – Partido da Ação Nacional  
PPP – Plano Puebla Panamá  
PRD – Partido da Revolução Democrática  
PRI – Partido Revolucionário Institucional  
PRM - Partido da Revolução Mexicana  
PRN - Partido Nacional Revolucionário  
PRONASOL – Programa Nacional de Solidariedade

SEDESOL – Secretaria de Desenvolvimento

SEGOB – Secretaria de Governo

TLC ou NAFTA- Tratado de Livre Comércio da América do Norte

UNAM - Universidade Nacional Autônoma do México

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
PRIMEIRO CAPÍTULO: UM MUNDO SEM NÓS?	
1 Globalização: a nova (des)ordem mundial .....	20
1.1 Para todos tudo, para nós nada .....	29
1.2 A última peça do quebra cabeça .....	38
SEGUNDO CAPÍTULO: NUNCA MAIS UM MÉXICO SEM NÓS!	
2 A rebelião chiapaneca .....	43
2.1 Tomar as armas.....	54
2.2 Aqui estamos .....	64
TERCEIRO CAPÍTULO: NOSSAS VIDAS VALEM UM MUNDO MELHOR!	
3.1 Há um tempo para pedir .....	73
3.2 Há um tempo para exigir .....	94
3.3 Há um tempo para exercer.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
Fontes .....	131
Bibliografia .....	136

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, cujo título contém a expressão *sabemos a lo que vamos y que vale la pena* utilizada para nomear uma carta escrita pelo subcomandante Marcos pouco tempo antes do avanço do exército insurgente sobre o estado chiapaneco, tem como tema a resistência de indígenas autodenominados zapatistas à imposição de uma nova ordem mundial, chamada de globalização. Como o próprio título sugere, trata-se de uma abordagem interessada em compreender a aposta desses indígenas, frente a um processo global que ameaça seus modos de vida e insiste em deixá-los à margem das riquezas que produz. Propomo-nos, ao mesmo tempo, em apresentar as transformações sofridas por essa iniciativa ao longo dos anos.

O principal objetivo desta dissertação é examinar, por meio da análise de conteúdo de textos narrativos produzidos pelos zapatistas, a resistência (entendida aqui como uma forma de luta) desse grupo subalterno e seus modos de generalização. Para isso, partiremos do ano de 1994, mais precisamente do levante armado ocorrido em primeiro de janeiro, quando centenas de homens e mulheres – muitos com armas em punho e os rostos cobertos por passamontanhas – ocuparam diversas localidades de Chiapas, um dos vários estados mexicanos. Este episódio será tomado como um marco temporal, pois ainda que o grupo que hoje se identifica como zapatista tenha sido gestado na década de oitenta, apenas adquiriu maior visibilidade nos anos noventa do século XX. Finalizaremos nossa pesquisa em 2008, quase três anos depois da publicação da sexta e última declaração insurgente. A Sexta Declaração da Selva Lacandona é bastante significativa e, por esse motivo, também será utilizada como uma referência temporal. Por meio dela o mundo tomou conhecimento do nascimento da *La Otra Campaña*, uma nova iniciativa política que acompanharia o movimento nos anos seguintes a sua publicação. A partir desse recorte temporal (1994-2008), acreditamos que seja possível compreender melhor os dilemas, as práticas e as representações de si mesmos e do mundo construídas pelos zapatistas ao longo desses quatorze anos de luta.

Para desenvolver nossas reflexões buscamos apoio nos trabalhos de importantes teóricos. O historiador mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas (2004), o filósofo e cientista político Emir Sader (2001), o cientista britânico Anthony Giddens (2007), o espanhol Manuel Castells (2003), o pensador português Boaventura de Sousa Santos (2002), o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2001), o brilhante geógrafo brasileiro Milton Santos (2002) e muitos outros ajudam a entender essa nova ordem mundial que atualmente atende pelo nome

de globalização. As pesquisas da antropóloga June Nash (2006) e da economista mexicana Ana Esther Ceceña (1999) são de extrema relevância para os que desejam compreender a resposta dos indígenas chiapanecos à possibilidade de perder seus recursos coletivos. Para falar sobre a realidade chiapaneca buscamos apoio nos trabalhos dos professores Neil Harvey (2000) e Noam Chomsky (1997), assim como no relato jornalístico de Igor Fuser (1995) e na entrevista do subcomandante Marcos concedida a Yvon Le Bot (1997). Para discorrer sobre a maneira como os zapatistas decidiram reagir à imposição dessa nova ordem mundial, principalmente nos primeiros anos, recorreremos aos trabalhos dos historiadores Guilherme Gitahy de Figueiredo (2003) e Carlos Tello Díaz (1995). Encontramos considerações de extrema relevância nos trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos Miguel Bartolomé (2006), José Bengoa (2006) e Fredrik Barth (2000), para o debate sobre as identidades. Fundamental para esta pesquisa foi, sem dúvida, o trabalho crítico do antropólogo Hector Díaz-Polanco (2003) e da pesquisadora Consuelo Sánchez (1999). Não podemos nos esquecer de mencionar a interessante tese de doutorado do historiador Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto (2007) sobre a mística de resistência zapatista.

Nosso *corpus* documental está formado basicamente por textos produzidos – coletivamente e individualmente – pelos próprios zapatistas, considerados relevantes para a temática e para o período abordados nesta pesquisa. Priorizamos, no entanto, as Declarações da Selva Lacandona, as Declarações de *La Realidad* e alguns ensaios escritos pelo subcomandante Marcos, pois através deles acreditamos que seja possível perceber como os zapatistas entendem uma determinada realidade, como se posicionam e as mudanças de propostas adotadas por eles ao longo dos anos. Acrescente-se a esses documentos vários comunicados, cartas, algumas entrevistas e também documentos relativos aos acordos e negociações dos quais eles tenham participado.

Decidimos privilegiar os documentos produzidos pelos próprios zapatistas ou por seus integrantes uma vez que acreditamos, assim como Manuel Castells, que “os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: por outras palavras, *eles são o que dizem ser*. As suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição.”<sup>1</sup> Por um lado, “tal enfoque afasta-nos da pretensão de interpretar a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos [...]”, permitindo, no nosso entendimento, dar *voz* a grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação. Por outro lado, acreditamos que para recolocar o problema no âmbito das disputas de poder e situá-lo historicamente, exige-se o

---

<sup>1</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 85. Esta e as outras citações contidas neste parágrafo.

estabelecimento da relação entre esses movimentos e “[...] os processos sociais aos quais parecem estar associados [...]”. Ou seja, os processos aos quais manifestam oposição ou resistência. A globalização, por exemplo.

Esta abordagem nos aproxima do trabalho desenvolvido pelo historiador Roger Chartier. Em sua obra intitulada *A História Cultural – entre práticas e representações* o historiador francês sustenta a tese de que uma determinada realidade social pode ser lida e compreendida perfeitamente a partir das representações que existem a seu respeito.<sup>2</sup>

Perguntei-me, no entanto, no decorrer desse trabalho, se o conceito de representação seria capaz de dar conta da interação entre aquilo que é representado e aquele que representa. Mas diferente do que se imagina a teoria das representações sociais, formulada por esse historiador, remete as lutas por representação para os conflitos reais dos quais estas representações são objeto. Tal perspectiva parte da recusa em associar as representações como simples construções subjetivas e a realidade social como um dado meramente objetivo, isto é, como algo independente e sem relação com os sujeitos. Nas palavras de Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>3</sup>

A todo o tempo o historiador nos adverte que devemos remeter as representações aos laços de interdependência entre os esquemas que as geram e as estruturam com as percepções e as práticas de cada grupo. Chartier procura ultrapassar, desse modo, as polarizações a esse respeito que atravessaram o debate historiográfico e também de outras ciências sociais. As investigações sobre as representações, explica o historiador, “[...] supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”.<sup>4</sup> Para entender a teoria das representações formulada por este teórico, é preciso superar as concepções que insistem em identificar as representações como discursos sem relação com a realidade. Ocupar-se desses conflitos não significaria de modo algum, segundo o historiador, um afastamento da realidade social. Afinal, em sua acepção, as representações só são verdadeiras à medida que revelam as contradições sociais e comandam atos.

---

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Portugal: Memória e Sociedade. Difel, 2002.

<sup>3</sup> Ibid. p. 17.

<sup>4</sup> Ibid. p. 18.

A temática que escolhemos para esta pesquisa se insere no âmbito da História do Presente, um campo muito novo entre os historiadores, cuja característica fundamental é a proximidade física do historiador em relação ao tempo e ao tema que pretende estudar. De acordo com Philippe Tétart e Agnès Chauveau em *Questões para a história do presente* os historiadores têm se ocupado de assuntos que lhes são contemporâneos e isso se deve, pelo menos em parte, ao aumento e à aceleração da comunicação.<sup>5</sup> Como os temas que podem ser investigados pelos historiadores do presente também costumam despertar o interesse de outras áreas do conhecimento torna-se cada vez mais comum o diálogo desse pesquisador com as ciências políticas, a sociologia, a antropologia e a economia, para citarmos apenas alguns exemplos.

Os historiadores do presente que já lidavam com temas diversos e abrangentes se deparam também com a abundância de documentos e, mais recentemente, com as facilidades em consegui-los por meio da Internet. Com o aparecimento da Internet, os historiadores “[...] passaram a contar com um aporte quase inesgotável de novas fontes”.<sup>6</sup> Nossas fontes, por exemplo, encontram-se disponíveis em meio digital, embora muitas tenham sido reunidas e editadas de diferentes maneiras ao longo dos anos.

Na verdade, “a internet configura-se como uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas”,<sup>7</sup> em especial, aos pesquisadores do tempo presente. Para os zapatistas a Internet se transformou em um espaço privilegiado para a resistência. Ela permitiu a construção de redes de solidariedade em todo o mundo, funcionando como um importantíssimo canal para a interlocução dos rebeldes com a sociedade civil e para a aproximação dos zapatistas com outros grupos sociais. Também atuou como um meio rápido e eficaz para os zapatistas ou seus simpatizantes denunciarem a repressão governamental às comunidades zapatistas. É preciso levar em consideração que, além de ter contribuído com a divulgação da luta zapatista e com a ampliação do número de apoiadores, ela assegurou a integridade física dos insurgentes, constantemente ameaçados pelo governo mexicano.

Advém que, por muito tempo, as fontes documentais encontravam-se dispostas em forma de papel. Fábio Chang de Almeida nos explica que tão grande era a importância

---

<sup>5</sup> CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. pp.16-17.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. ANPUHS, 2010. Disponível em: <[http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O\\_HISTORIADOR\\_E\\_AS\\_FONTES\\_DIGITAIS\\_UMA\\_VISAO\\_ACERCA\\_DA\\_INTERNET\\_COMO\\_FONTE\\_PRIMARIA\\_PARA\\_PESQUISAS\\_HISTORICAS](http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O_HISTORIADOR_E_AS_FONTES_DIGITAIS_UMA_VISAO_ACERCA_DA_INTERNET_COMO_FONTE_PRIMARIA_PARA_PESQUISAS_HISTORICAS)> Acesso em: ago. 2011. p.1.

<sup>7</sup> Ibid.

atribuída a ele que mesmo após o advento da Internet pouquíssimas pesquisas históricas optam por empregá-la como fonte primária. Segundo Almeida, por um lado esse comportamento expressa um receio de mudança. Por outro lado, justifica-se pelo próprio passado da pesquisa historiográfica, ou seja, possui uma explicação de cunho histórico.<sup>8</sup> O historiador esclarece que,

Durante séculos, a historiografia baseou suas regras de validação de fontes e metodologia de análise em um suporte documental específico: o papel. Para a escola metódica, dita positivista, do final do século XIX, o historiador deveria trabalhar, sobretudo com documentos oficiais. Estes documentos eram, em última análise, textos registrados em papel: atos governamentais, tratados internacionais, códigos de lei, etc. Outras formas de registro das atividades humanas eram desprezadas ou relegadas às chamadas “ciências auxiliares”, como a arqueologia, paleografia e a numismática.<sup>9</sup>

Para Almeida, aquilo que se convencionou chamar de “reinado do papel” somente começou a ser desfeito a partir da divulgação da concepção histórica difundida com a Escola dos Annales. Lucien Febvre, co-fundador da revista *História Econômica e Social* e um dos precursores da famosa Escola dos Annales, teria dito, em certa ocasião, que a pesquisa histórica é feita a partir de documentos escritos, mas que pode e deve ser realizada a partir de outro tipo de documentação, especialmente, quando os documentos escritos não forem suficientes ou não existirem.<sup>10</sup>

Lucien Febvre ampliou a noção de documento ao considerar a possibilidade e a necessidade de realizar a pesquisa historiográfica a partir de outras fontes quando preciso. Segundo Almeida, apesar disso, nota-se que uma parcela considerável de historiadores ainda manifesta preferência pelas fontes oficiais e em papel em suas pesquisas.<sup>11</sup> Diante do exposto, surge um questionamento: será que é possível pesquisar grupos subalternos, contar a história dos que não tiveram *vez* nem *voz*, a partir desse tipo de documentação? No nosso entendimento, na maioria das vezes, os documentos oficiais não são as fontes mais indicadas para perceber as construções simbólicas dos grupos subordinados e para compreender a sua expressão política.

James Scott, em *Los dominados y el arte de la resistencia*, revela a potencialidade das fontes não oficiais na compreensão das formas de resistência – declaradas ou não – dos

<sup>8</sup> ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais**: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. ANPUHS, 2010. Disponível em: <[http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O\\_HISTORIADOR\\_E\\_AS\\_FONTES\\_DIGITAIS\\_UMA\\_VISAO\\_ACERCA\\_DA\\_INTERNET\\_COMO\\_FONTE\\_PRIMARIA\\_PARA\\_PESQUISAS\\_HISTORICAS](http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O_HISTORIADOR_E_AS_FONTES_DIGITAIS_UMA_VISAO_ACERCA_DA_INTERNET_COMO_FONTE_PRIMARIA_PARA_PESQUISAS_HISTORICAS)> Acesso em: ago. 2011. p.1-2.

<sup>9</sup> Ibid. p.1-2.

<sup>10</sup> Ibid. p.2.

<sup>11</sup> Ibid. p.2-3.



grupos subordinados. Em sua obra, Scott enfatiza a relação entre os dominadores e os dominados, os que detêm e os que não detêm o poder. Suas análises têm como foco as estratégias e ferramentas que os dominados lançam mão para poder evitar a exploração, a opressão e os ataques à sua dignidade. Embora o antropólogo privilegie em seus trabalhos os discursos ocultos (discursos produzidos pelos grupos subordinados longe da vida pública), ele aponta para a existência de declarações públicas daquilo que no passado resumia-se a uma manifestação camuflada de inconformidade. A publicização, conclui, é sem dúvida um desafio. Quando é castigada, essa confrontação expõe ao conhecimento público a questão da legitimidade das relações de subordinação e se não recebe castigo (não consegue ser abafada) tem condição de mudar radicalmente as relações de poder.<sup>12</sup>

Segundo Scott, as respostas para a subordinação sistemática são diversas, o aparente conformismo e a submissão podem, inclusive, converterem-se em confrontação e em rebelião aberta. Mas de uma coisa o pesquisador está certo “[...] a declaração explícita do discurso oculto pode se considerar mais uma constante que uma variável [...]”.<sup>13</sup> Isto porque, segundo ele, em todos os lugares e em todos os tempos, sempre existiram aqueles que se rebelam. Somos levados a concluir que a forma particular de manifestar essa rebeldia vai depender do contexto histórico, da severidade das humilhações e da opressão exercidas, como pontuou o antropólogo, mas certamente também dependerá, no nosso entendimento, dos riscos e dos recursos materiais e simbólicos que esses sujeitos lançam mão.

Para compreendermos com mais exatidão as mensagens dos insurgentes, optamos por empregar as técnicas contidas na análise de conteúdo. A análise de conteúdo surgiu no início do século XX e se desenvolveu nos Estados Unidos. Inicialmente era empregada às análises de materiais de cunho jornalístico. Pouco tempo depois, o conjunto de técnicas que a compõem, despertou o interesse de outros profissionais: cientistas políticos e psicólogos. Por fim, a análise de conteúdo foi empregada por pesquisadores de outras áreas do conhecimento, tais como a lingüística, a etnologia, a história e a psiquiatria.<sup>14</sup>

A proposta que adotamos para esta pesquisa foi desenvolvida por Laurence Bardin, Professora da Universidade de Paris V. Bardin define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos destinados a discursos extremamente diversificados – mensagens escritas, orais, iconográficas e, também, aos discursos que mesmo não sendo lingüísticos contenham significações. O método de Bardin consiste no emprego de várias

---

<sup>12</sup> SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência**. México. D.F: Era, 2000. p. 254. Tradução nossa, assim como as demais.

<sup>13</sup> Ibid. p.256.

<sup>14</sup> BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

técnicas que vão desde a realização de cálculos de frequências – que irão fornecer informações sobre o conteúdo das mensagens – até a extração de estruturas das mensagens que possam ser convertidas em modelos – ajudando no seu entendimento. Tanto na abordagem quantitativa quanto na qualitativa a análise de conteúdo contribui para um conhecimento mais preciso de uma determinada realidade, ultrapassando a compreensão sem rigor metodológico que obtemos da simples leitura dos documentos. Bardin apresenta várias técnicas em seu trabalho. Para esta pesquisa, no entanto, decidimos privilegiar a análise temática. A técnica consiste basicamente em desmembrar o texto, separar o seu conteúdo em eixos temáticos, classificar os resultados e, por fim, analisar os significados dos discursos.<sup>15</sup>

Para apresentar este trabalho, optamos por dividi-lo em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos algumas tendências explicativas sobre a globalização. Deve-se ressaltar que não temos o interesse ou a pretensão de esgotar a discussão sobre a globalização, o que seria tão inviável quanto desnecessário para os objetivos deste trabalho. Buscamos apenas situar a problemática de modo que a luta zapatista possa ser compreendida através das seguintes questões: Contra o quê? Por quê? Como? Neste capítulo, além de apresentar contra o que os zapatistas se rebelaram e demonstrar como a globalização neoliberal tem sido experimentada pelos *de baixo*, conceituamos a resistência. Para nomear este capítulo decidimos partir de um questionamento. A intenção era realizar uma rápida analogia com a ideia contida em um dos principais lemas elaborados pelos zapatistas, *preguntando caminamos*, recuperado do mito sobre a história das perguntas, que atribui às perguntas a orientação e o movimento dos caminhos que fazemos.

O segundo capítulo se inicia com uma abordagem acerca da realidade chiapaneca. A intenção é discorrer sobre questões relativas ao seu passado e ao seu presente que permitam entender quais foram às bases sociais e culturais que contribuíram para o levantamento zapatista de 1994. Em seguida, tecemos alguns comentários sobre a resposta zapatista à globalização, a partir de suas faces: política e étnica. Para nomear este capítulo escolhemos o título da declaração política, lida pela comandante Ramona (símbolo feminino da resistência zapatista) durante o Congresso Nacional Indígena (CNI), realizado em outubro de 1996, na Cidade do México. Nunca mais um México sem nós, retrata perfeitamente, no nosso entendimento, a atitude dos zapatistas perante a vigência dessa nova ordem mundial.

No terceiro capítulo apresentamos os momentos mais significativos da luta zapatista, que julgamos fundamentais para a compreensão da resistência e das feições que ela assumiu

---

<sup>15</sup> BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

ao longo dos anos. Decidimos dividi-lo em três momentos que, embora não correspondam exatamente à delimitação cronológica fornecida por Glória Muñoz Ramírez, tomam de empréstimo a expressão originalmente cunhada pela jornalista mexicana para se referir aos principais momentos da luta zapatista e também nomear uma de suas entrevistas ao subcomandante Marcos: “há um tempo para pedir, outro para exigir e outro para exercer”.<sup>16</sup>

O primeiro momento da luta zapatista se refere à transição do enfrentamento militar ao enfrentamento político. Neste momento as palavras ganham destaque e a luta zapatista passa a ser disputada também no campo das representações sociais. Chama bastante à atenção a aproximação dos zapatistas com a sociedade civil e a participação dos insurgentes em encontros e diálogos. O segundo momento diz respeito ao período que antecede e que sucede os Acordos de San Andrés. A principal característica dessa fase da luta é a inclusão de demandas culturais (como autonomia e autogoverno) e a luta pelo reconhecimento constitucional de seus direitos. O terceiro momento se refere à radicalização da luta. A autonomia surge como eixo articulador da resistência, as práticas de resistência são intensificadas e os interlocutores e o repertório zapatista, ampliados.

Pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho, especialmente neste capítulo, que a luta zapatista não se resume a uma crítica à globalização hegemônica, mas que se revela de diversas maneiras, que se fazem e se re-fazem ao longo do caminho. Podemos identificá-la principalmente no controle dos espaços, sejam eles físicos, simbólicos ou discursivos; no desenvolvimento de ações integrativas, por meio da aproximação com outros grupos e da interlocução com a sociedade civil e, também, na construção de espaços de representação que implicam no reconhecimento e na recuperação de referenciais identitários (materiais e simbólicos), na ampliação da participação política, no exercício da autonomia e de governos autônomos segundo seus próprios códigos normativos e na construção e reelaboração de representações de si mesmos e do mundo.

Para nomear nosso terceiro e último capítulo utilizamos uma expressão muito comum nos textos zapatistas que realça a importância da escolha que eles fizeram ao mesmo tempo em que indica que sua luta caminha para a construção de um novo projeto societário. Empregada repetidas vezes, ainda que com algumas variações, essa expressão torna ainda mais evidente que não se trata de uma simples crítica à globalização, mas de uma forma de

---

<sup>16</sup> Título da entrevista concedida pelo subcomandante Marcos à jornalista Gloria Muñoz Ramírez. Cf. MARCOS; RAMÍREZ, Glória Muñoz. *20 y 10: el fuego y la palabra*. México, outubro de 2003.

luta que caminha para uma transformação nas relações de poder,<sup>17</sup> para que um novo mundo possa existir.

---

<sup>17</sup> Falamos de uma transformação *nas* relações de poder e não *das* relações de poder, porque desejamos ressaltar que os zapatistas não almejam tomar o poder, nem desejam se tornar um grupo hegemônico. Eles surgem no cenário mexicano para contestar as relações de subordinação à que estão submetidos, para questionar a globalização de cima para baixo e propor alternativas de coexistência.

## PRIMEIRO CAPÍTULO: UM MUNDO SEM NÓS?

[...] zapatistas decimos que la globalización neoliberal es una guerra de conquista de todo el mundo, una guerra mundial, una guerra que hace el capitalismo para dominar mundialmente. Y entonces esa conquista a veces es con ejércitos que invaden un país y a la fuerza lo conquistan. Pero a veces es con la economía, o sea que los grandes capitalistas meten su dinero en otro país o le prestan dinero, pero con la condición de que obedezca lo que ellos dicen. Y también se meten con sus ideas, o sea con la cultura capitalista que es la cultura de la mercancía, de la ganancia, del mercado.

(CCRI-CG)<sup>18</sup>

### 1. Globalização: a nova (des)ordem mundial.

Estudos sobre o processo de globalização tornaram-se bastante recorrentes, nos últimos anos, no meio acadêmico. A globalização adquiriu um *status* explicativo, ou seja, converteu-se em um conceito chave para a compreensão da contemporaneidade. Ela gradativamente assumiu "[...] o estatuto de um paradigma, de uma base a partir da qual deveria ser pensado o conjunto das relações sociais".<sup>19</sup> Encontramos numerosas e diversas definições sobre a globalização na literatura sobre esse tema, mas a de maior consenso entre os teóricos costuma identificá-la como um novo momento do capitalismo, embora nem todos estejam de acordo com a concepção com maior número de adeptos, que freqüentemente a associa com a internacionalização dos mercados.<sup>20</sup>

Esta terminologia tem sido utilizada para conceituar as múltiplas e profundas transformações, econômicas, políticas, culturais e sociais, possibilitadas pelos avanços tecnológicos e pela melhoria no sistema de telecomunicações, associadas à integração econômica e social. Embora esse termo tenha se afirmado tanto nos discursos políticos quanto acadêmicos, a sua utilização ainda provoca tensões e discussões. Para alguns não estamos presenciando um processo de globalização, o que torna o seu emprego inapropriado. Para outros a intensificação e a extensão das interações econômicas, políticas, culturais e sociais da contemporaneidade possuem características completamente distintas das formas de interações

<sup>18</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sexta Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 2005. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010. Tradução nossa, assim como as demais.

<sup>19</sup> GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações da economia internacional. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira, GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). **Fragmentos da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p.63.

<sup>20</sup> GÓMEZ, José María. Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.147.

que vigeram anos atrás e, por isso, a necessidade em identificá-la de um modo diferenciado.<sup>21</sup> Apesar da polêmica que esta terminologia levanta e das divergências conceituais a seu respeito, esse termo acabou se impondo e tem sido utilizado seja para legitimá-la ou questioná-la.

Carlos Antonio Aguirre Rojas é bastante categórico ao afirmar que a globalização não expressa uma realidade nova. Em sua concepção, os traços e processos que insistentemente são apresentados como distintivos dessa nova realidade não são tão "inovadores" nem "originais" como se propõe. Segundo Aguirre Rojas, o próprio Karl Marx, em meados do século XIX, já teria reconhecido o caráter global do capital. É certo que, desde o final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século XX, o capitalismo experimenta uma situação diferente, mas identificá-lo a partir dessa terminologia tenderia, segundo o historiador, a ocultar a sua inevitabilidade e a suprimir os conflitos implícitos à sua própria formulação. Para ele, o mais apropriado seria se referir a esse momento como uma "crise terminal", sinalizando desse modo a entrada do capitalismo em uma "situação de transição histórica"<sup>22</sup> de caráter global. Com essas colocações, o historiador mexicano volta-se para a perspectiva de análise, criada e desenvolvida principalmente por Immanuel Wallerstein, conhecida como "sistema-mundo", segundo a qual a "globalização" não é um fenômeno recente, mas um processo antigo, iniciado há mais de cinco séculos.

O filósofo e cientista político Emir Sader, adepto da teoria imperialista, acredita que o capitalismo esteja em uma nova etapa de seu desenvolvimento histórico, mas prefere caracterizá-lo por sua internacionalização e pelas relações de poder que se formaram nos últimos anos. O pesquisador parte do pressuposto segundo o qual o que torna o momento atual diferente dos anteriores não é a globalização em si, mas a hegemonia unipolar dos Estados Unidos. Para Emir Sader, os blocos de forças, apesar de serem constituídos por grandes potências capitalistas, são todos conduzidos pelos norte-americanos. Tal vigor justifica-se pela presença de um poderio militar inquestionável e pelo grande poder econômico e político que o país desfruta. Mas, principalmente, por sua hegemonia ideológica, a hegemonia dos meios de comunicação. Segundo Sader, embora os Estados Unidos não fabriquem mais aparelhos de televisão, são grandes exportadores de valores, modalidades de consumo, critérios estéticos, entre outras coisas, para todo o mundo.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/journals/revistacritica.html>> Acesso em: jan. 2012.

<sup>22</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: História e presente**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

<sup>23</sup> SADER, Emir. Comentários. In: TAVARES, Maria da Conceição; SADER, Emir; JORGE, Eduardo. **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.41-44.

Anthony Giddens questiona esse posicionamento sem, necessariamente, discordar da hegemonia exercida pelos norte-americanos. Segundo ele, é evidente que a globalização, nos moldes como ela se apresenta, tem sido conduzida pelo Ocidente. Mas é preciso considerar que ela “não é apenas o domínio do Ocidente sobre os demais”<sup>24</sup>. Giddens trata a globalização não como um processo singular, no sentido de único, mas como um conjunto complexo de processos. Por este motivo, acredita, ela “afeta os Estados Unidos tanto quanto outros países”<sup>25</sup>.

Renato Ortiz nos adverte que o ponto de vista que enxerga a globalização como um processo de longa duração histórica apresenta um único “equivoco”. Tal “equivoco” consistiria em associar internacionalização com globalização. Embora os dois conceitos sejam próximos, o pesquisador esclarece que toda globalização é também uma internacionalização, mas que nem toda internacionalização é uma globalização. Para evitar essa confusão, muitos economistas têm se ocupado de distingui-los, pontuou o cientista social. Apesar disso, Renato Ortiz fez questão de assinalar essa diferença, tomando como suas as definições fornecidas pelo economista inglês, Peter Dicken. Nas palavras de Dicken, “internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através de fronteiras nacionais; [...]” o que evidentemente não constituiria uma novidade. Já a globalização “é uma forma avançada e complexa de internacionalização e implica certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas”<sup>26</sup> – produção, distribuição e consumo – tudo isso dentro de uma estratégia mundial voltada para um mercado também mundial; revelando-se, desse modo, um fenômeno emergente.<sup>27</sup>

Durante entrevista concedida ao Programa Roda Viva, o geógrafo brasileiro Milton Santos respondeu, quando questionado sobre a possibilidade de substituir o termo globalização pelo velho termo imperialismo, que “a globalização é um estágio pleno do imperialismo, ela não é imperialismo.”<sup>28</sup> Para o brasileiro, analisá-la desse modo traria dificuldades para aqueles que desejam compreender a situação atual. Alfredo Alejandro Gugliano pensa o mesmo. No seu entendimento seria um erro “[...] analisar a globalização simplesmente como uma *nova roupagem* do velho e conhecido imperialismo”. Essa atitude, explicou, “[...] acaba por difundir uma cortina de fumaça que esconde toda uma série de novas

<sup>24</sup> GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 15. (Grifo nosso).

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> DICKEN, P. *Global Shift*. London. Paul Chapman. Plub. 1992, apud. ORTIZ, Renato. **Mundialización y Cultura**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004. p.25.

<sup>27</sup> ORTIZ, Renato. **Mundialización y Cultura**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

<sup>28</sup> SANTOS, Milton. **Memória Roda Viva**. 1997, depoiment. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, transmitido pela TV Cultura em março de 1997. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/112/entrevistados/milton\\_santos\\_1997.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/112/entrevistados/milton_santos_1997.htm)> Acesso em: jun. 2011.

relações políticas e sociais, que só foram possíveis a partir da confluência entre o fim da Guerra Fria e a expansão do que vários autores vêm chamando de a terceira revolução industrial”.<sup>29</sup>

Para entendê-la, de acordo com o admirável geógrafo brasileiro, precisamos levar em consideração dois elementos, tidos por ele como fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. O debate central promovido por Milton Santos é de que embora haja uma tendência em separar o estado das técnicas do estado da política, ambos existem juntos na realidade e por isso devem ser analisados em conjunto. Afinal, a globalização não seria apenas a existência desse novo sistema de técnicas, seria também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global. Nas palavras de Milton Santos,

Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.<sup>30</sup>

Depois de apresentar o estado da técnica e da política, Milton Santos inicia um debate sobre a maneira pela qual a globalização se apresenta aos nossos olhos. No seu entendimento, o desfrute da riqueza e a utilização desse sistema de técnicas avançadas, por poucos e para poucos, dentro da esfera global resulta numa globalização perversa. De acordo com o autor, fala-se muito sobre violência, mas pouco sobre a violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central, dessa nova realidade, ou seja, daquilo que ele preferiu qualificar como “fábrica de perversidades”.

Nos trabalhos desenvolvidos por Manuel Castells, nos deparamos com uma abordagem mais otimista. O professor de Sociologia da Universidade de Berkeley na Califórnia prefere chamar a atenção para as novidades que temos experimentado. O sociólogo espanhol revela-se um entusiasta das transformações tecnológicas no campo comunicacional e informacional, nem tanto, segundo ele, por sua exacerbação no mundo contemporâneo, mas por sua capacidade em produzir transformações em nossos padrões de sociabilidade. Estaríamos diante de novas ferramentas – “com todo o seu potencial destrutivo e todas as

---

<sup>29</sup> GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações da economia internacional. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). **Fragments da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 68.

<sup>30</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 24.



implicações da sua capacidade criativa”<sup>31</sup> – que poderiam nos ajudar a lidar com as novas situações com as quais temos nos defrontado. Deve-se atentar para o fato de que a presença de um “novo ambiente tecnológico”, na concepção deste pesquisador, tem provocado mudanças significativas em nossas vidas. Castells assume que não surgiram apenas novas organizações e práticas sociais, ele está convencido de que a vivência do espaço e a compreensão do tempo teriam sido alteradas nas últimas décadas.<sup>32</sup>

O antropólogo indiano, Arjun Appadurai, também sugere uma mudança em nossa percepção do tempo e do espaço. Em sua concepção, vivemos um período de fluxos, caracterizados pelo movimento contínuo de objetos, ideias, pessoas, tecnologias, técnicas. Em *La Modernidad Desbordada: dimensiones culturales de la globalización* o indiano chegou até mesmo a elaborar um conjunto de termos – “paisagem étnica”, “paisagem financeira”, “paisagem tecnológica”, “paisagem midiática”, “paisagem ideológica” – para indicar os distintos “circuitos” ou “fluxos” através dos quais circulam os bens culturais na contemporaneidade. Appadurai está convencido de que houve uma ruptura substancial nas relações inter sociais nas últimas décadas e responsabiliza principalmente as tecnologias de comunicação e os movimentos migratórios por isso. O antropólogo explica que as tecnologias de comunicação aliadas aos fluxos migratórios influem no comportamento dos indivíduos, mas não descarta, ao contrário, nos adverte que eles também podem atuar como recursos (disponíveis e acessíveis a todas as pessoas) para reafirmar identidades e imagens pessoais, por meio de novas construções simbólicas. Parece-nos que o pesquisador não descarta o caráter civilizatório da globalização, mas não a resume à homogeneização cultural presente em alguns tipos de abordagens. Em *La globalización y la imaginación en la investigación* o indiano esclarece que “[...] é na e através da imaginação que cidadãos modernos se disciplinam e são controlados pelos Estados, os mercados e por outros interesses poderosos. Mas também é a faculdade através da qual surgem modelos coletivos de dissidência e novas ideias para a vida coletiva”.<sup>33</sup> A intenção do antropólogo é conciliar aspectos estruturais da globalização com a fluidez da contemporaneidade. Para isso, oferece destaque ao papel

---

<sup>31</sup> CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005. p. 3.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> APPADURAI, Arjun. **La globalización y la imaginación en la investigación**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics160/appaduraispa.html>>. Acesso em: mar. 2012. p. 5.

desempenhado pela imaginação na vida social.<sup>34</sup> A imaginação atuária, em sua concepção, como uma força social imprescindível nesta nova era para transformar as relações de poder.<sup>35</sup>

Como podemos observar, existem diversas tendências explicativas sobre a globalização. Algumas privilegiando o aspecto político e econômico desse processo, outras mais interessadas nas transformações propiciadas pelos avanços tecnológicos e algumas mais preocupadas com as implicações culturais de sua vigência. Parece-nos, diante do exposto, que o grande desafio consiste em conciliar essas posturas.

A antropóloga June Nash demonstra esse cuidado em suas pesquisas. O trabalho desenvolvido por esta antropóloga, pelo qual nutrimos grande simpatia, parte do pressuposto de que a globalização diz respeito a uma nova fase do capitalismo. Nash a define como um “[...] processo de integração da economia mundial em lugares-chaves para o investimento e a produção”.<sup>36</sup> Esclarece que a premissa ideológica que a orienta “[...] é a existência de um mercado autoregulado que assegure a livre circulação de bens e recursos escapando aos controles nacionais e internacionais sobre os processos de produção e sobre as condições de trabalho”.<sup>37</sup> Apesar dessa abordagem, a antropóloga questiona o emprego de esquemas totalizantes para explicar as produções locais. Segundo ela, “o sujeito de interesse da antropologia é inerentemente global, mas o paradigma que vê as culturas como totalidades integradas inibe a investigação sobre as dinâmicas do globalismo”.<sup>38</sup> Para resolver essa questão, Nash opta por combinar abordagens culturais com abordagens econômicas e políticas para compreender a globalização e, também, as produções locais. Desse modo, a antropóloga não desconsidera nem a dinâmica e fluidez dos globalismos tampouco ignora os problemas que têm afetado as populações indígenas fazendo-as se rebelar.

Para resolver esse impasse, alguns teóricos preferem falar de globalizações. Boaventura Souza Santos, por exemplo, acredita que desse modo seria mais fácil compreender as dimensões da globalização. Isto é, a globalização como homogeneização e uniformização e a globalização como produção dos particularismos locais. O pensador português está querendo dizer que “aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização.” Ou seja, “[...] não existe

---

<sup>34</sup> APPADURAI, Arjun. **La globalización y la imaginación en la investigación**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics160/appaduraispa.html>>. Acesso em: mar. 2012. p.13.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> NASH, June. **Visiones Mayas: El problema de la autonomía en la era de la globalización**. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p. 30.

<sup>37</sup> Ibid., p.30.

<sup>38</sup> Ibid., p.44.

estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações [...]” Segundo Boaventura, é preciso levar em consideração que tanto o global quanto o local são produzidos no interior dos processos de globalização e daí a necessidade de distingui-los. Para se referir ao modo hegemônico como a globalização tem aparecido (neoliberal, diga-se de passagem) o teórico propõe a utilização da expressão “globalização de cima para baixo”. Para se referir às expressões discordantes da globalização hegemônica “cosmopolitismos ou patrimônio cultural” sugere-se a utilização da expressão “globalização de baixo para cima”. A globalização hegemônica (processo pelo qual os zapatistas manifestam resistência) caracterizar-se-ia tanto pela exclusão quanto pela inclusão das localidades. Boaventura quer dizer com isso que “o local, quando incluído, o é de modo subordinado, segundo a lógica do global”. Sobre isso, deve-se esclarecer que “o local que precede os processos de globalização, ou que consegue permanecer à margem, tem muito pouco a ver com o local que resulta da produção global da localização.” Em sua concepção “o modo de produção geral de globalização desdobra-se em quatro modos de produção, os quais, em meu entender, dão origem a quatro formas de globalização”. A primeira e a segunda estão relacionadas à globalização hegemônica: os *localismos globalizados* e os *globalismos localizados*. Boaventura explica que a globalização em sua forma hegemônica costuma conferir uma conotação mundial a certos hábitos e particularidades locais, globalizando com sucesso tais fenômenos (*localismos globalizados*). Ele esclarece que as práticas e os imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados também podem impactar diversas localidades. Já os (*globalismos localizados*) costumam se refletir na

[...] eliminação do comércio de proximidade; criação de enclaves de livre comércio ou zonas francas; desflorestação e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimônias religiosas, artesanato e vida selvagem; *dumping* ecológico (“compra” pelos países do Terceiro Mundo de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas centrais para gerar divisas externas); conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural”; etnicização do local de trabalho (desvalorização do salário pelo fato dos trabalhadores serem de um grupo étnico considerado “inferior” ou “menos exigente”).<sup>39</sup>

Existem outros dois modos de produção da globalização. Segundo Boaventura, eles dizem respeito à globalização da resistência. Boaventura fala do *cosmopolitismo e do patrimônio cultural*. O primeiro termo (*cosmopolitismo*) foi empregado pelo pesquisador para

<sup>39</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/journals/revistacritica.html>> Acesso em: jan. 2012. As referências contidas neste parágrafo, nos anteriores e nos subsequentes a esta citação.

descrever as práticas e discursos de resistência associados às lutas contra-hegemônicas e, por esse motivo, se refere a resistência tanto de Estados-nação e regiões quanto de classes ou grupos sociais que julgam-se vitimados pelas trocas desiguais das quais os localismos globalizados e os globalismos localizados se alimentam. O segundo termo cunhado pelo teórico (*patrimônio cultural*) serviria para designar as resistências, geralmente associadas à proteção do patrimônio ambiental da humanidade. Resistências que se traduzem em lutas de proteção e desmercadorização de recursos, artefatos e ambientes considerados essenciais para a sobrevivência humana, explica o pesquisador.

Ainda que estejamos de acordo com as colocações de Boaventura, preferimos não utilizar os conceitos de *cosmopolitismo* e de *patrimônio cultural* em nosso trabalho, limitando-nos a referir à luta zapatista como resistência. Em primeiro lugar, por que é desse modo que os insurgentes se referem a sua luta. Em segundo lugar, por que o conceito de patrimônio cultural nos parece insuficiente para comportar as diversas expressões que a luta zapatista assume ao longo dos anos. Já o conceito de cosmopolitismo nos remete à disputa, não pelo exercício do poder ou por sua reformulação, mas pela tomada do poder e, por esse motivo, nos parece inapropriado. Além do mais esse conceito sugere que os grupos que desejam se tornar hegemônicos se relacionam e concebem o mundo de maneira similar, ainda que não desfrutem da mesma maneira do poder.

Como podemos observar a globalização é um processo bastante complexo. E, por se tratar de um processo ainda em curso, torna-se de difícil compreensão. Talvez por esse motivo ela suscite as mais variadas metáforas interessadas em apreendê-la e elucidá-la. Octavio Ianni, autor de diversos livros sobre o tema da globalização, parte do pressuposto de que as metáforas, embora careçam de certo rigor científico, podem contribuir para o nosso entendimento sobre o mundo.<sup>40</sup> Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, transmitido pela TV Cultura, em janeiro de 2001, afirmou:

Então, nós descobrimos, e acho que devemos aproveitar isso, que o rigor do pensamento científico, inclusive o rigor da formulação do conceito da interpretação, não impede, ao contrário, beneficia-se da habilidade com a qual o autor pode elaborar ou recuperar metáforas, figuras, que não só embeleze uma frase, mas que, eventualmente, colaboram para aprimorar, refinar a clarificação.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>41</sup> IANNI, Octavio. **Memória Roda Viva**. 2001, depoiment. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, transmitido pela TV Cultura em janeiro de 2001. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/45/entrevistados/octavio\\_ianni\\_2001.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/45/entrevistados/octavio_ianni_2001.htm)> Acesso em: jun. 2011.

Segundo Ianni, as metáforas revelam percepções diferentes sobre a mesma realidade e são mais autênticas quanto menor for a necessidade de descrevê-las. A metáfora “aldeia global” e suas similares – disneylandia universal ou shopping center global – por exemplo, sugerem a formação de uma comunidade mundial, onde tudo é comercializado. Elas supõem que as fronteiras foram suspensas e que o mundo virou um grande mercado graças ao avanço tecnológico. O grande responsável pelas mudanças, que temos experimentado nos últimos anos, seria a integração dos mercados numa "aldeia-global" explorada pelas grandes corporações internacionais. Nesse contexto, a atuação dos Estados se restringiria à administração. Caberia ao Estado à abertura de suas portas ao comércio e ao capital internacional e a eliminação das barreiras tarifárias. Tudo isso acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação - telefones, computadores e televisão.<sup>42</sup> Já a metáfora “fábrica global” remeteria a organização do mundo como uma fábrica. Esta perspectiva se ocuparia das mudanças nas relações sociais de produção acompanhadas pelo avanço da publicidade, da mídia impressa e da eletrônica. Além das metáforas, também existem, segundo Ianni, as expressões descritivas como, por exemplo, “sistema-mundo”. Esta expressão assinala que o mundo é regido por uma dinâmica global, o que torna a globalização apenas parte de um processo mais antigo.

Qual seria, então, a metáfora ou expressão mais apropriada para descrever as mudanças das últimas décadas? Na verdade, segundo Octávio Ianni, as metáforas expressam ângulos variados de análise do mesmo fenômeno. Significa que tais construções costumam priorizar alguns aspectos da globalização – sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, entre outros. De modo que cada uma dessas expressões, cunhadas sob as mais variadas perspectivas históricas e teóricas, revela problemas específicos, mas igualmente relevantes sobre o mesmo fenômeno, conclui o cientista social.

Observamos que, na maior parte das vezes, a globalização aparece associada à economia. Convém esclarecer que, embora a globalização esteja intimamente ligada à economia, ela não se resume a um processo econômico, nem poderia, porque não se refere a um único fenômeno. Estamos falando de um processo complexo e multifacetado, que encontrou condições favoráveis para se expandir no final do século XX, mas que associado ao projeto político e econômico neoliberal tem revelado uma de suas múltiplas facetas.

---

<sup>42</sup> IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

### 1.1. Para todos tudo, para nós nada.

O conhecido lema zapatista, em espanhol *Para todos todo, nada para nosotros*, revela como os insurgentes percebem o mundo atual. Mais do que uma palavra de ordem, esta expressão se traduz em uma manifestação de insatisfação com as desigualdades sociais e de descontentamento com a situação de opressão indígena. Em diversos comunicados e documentos este lema está presente. Em geral, ele sinaliza a intenção dos rebeldes em articular reivindicações redistributivas e notoriamente anticapitalistas (como o curso da luta zapatista pode demonstrar) com ações em prol do reconhecimento das diferenças culturais e étnicas. Embora pareça algo contraditório pensar em igualdade quando se deseja reconhecer a diferença, estes não são reclames inconciliáveis para os zapatistas, pelo contrário são complementares. A luta zapatista se pauta na busca pela superação das relações de dominação e pelo término da exploração capitalista. O mundo “dos que nada tem”, “dos condenados ao silêncio e à ignorância”, “dos expropriados de sua terra e de sua história,”<sup>43</sup> expressões que antecedem a formulação desse lema, precisa ceder espaço para mundos alternativos, para modos de vida diversificados.

Todos sabem que o México é um país marcado pela diversidade cultural e étnica. Os povos indígenas somam, segundo o censo realizado em 2005, pelo Instituto Nacional de Estatística do Governo (INEGI), 9.854.301 pessoas, o que corresponde a aproximadamente dez por cento da população mexicana, quantidade que aumenta consideravelmente quando são empregados outros critérios de contagem, diferente do linguístico. Segundo a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CDI), criada em 2003, pelo governo federal mexicano, cerca de sessenta línguas indígenas são faladas no país. Apesar disso, muitos mexicanos, segundo a própria CDI, ainda desconhecem essas outras realidades e suas histórias.<sup>44</sup>

Em 1992, foi realizada uma reforma constitucional no México reconhecendo a diversidade cultural e étnica do país, mas isso não se refletiu em melhores condições de vida para os diversos grupos étnicos, nem representou uma maior autonomia sobre os meios materiais e simbólicos de gerir as suas próprias existências. Mesmo com o reconhecimento constitucional de direitos elementares, assegurados pelo Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do qual o México é signatário (1990), os povos indígenas

---

<sup>43</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el inicio del diálogo**. México, 16 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>44</sup> Mais informações em: [www.cdi.gob.mx](http://www.cdi.gob.mx)

ainda não desfrutaram de todos os seus direitos e possuem pouca ou quase nenhuma representatividade política.

Para compreender melhor essa questão voltemos nosso olhar para um passado mais distante, para o período da Conquista. Serge Gruzinski em *O pensamento Mestiço* esclarece que os grupos que sobreviveram ao impacto da Conquista logo encontraram modos de se adaptar. O choque da Conquista, explica Gruzinski, os obrigou “a se adaptar a universos fragmentados e fraturados, a viverem situações precárias, instáveis e imprevisíveis, a se contentarem com intercâmbios quase sempre rudimentares”.<sup>45</sup> A adaptação era necessária para a sobrevivência e se manifestou tanto em questões mais vitais, como a integração indígena ao mercado (onde foram submetidos a outros ritmos e relações de produção),<sup>46</sup> quanto em questões mais triviais, como a reinvenção de rituais que se pautavam no sacrifício humano (substituídos por outras formas de manifestação ritualísticas que não admitissem práticas antropofágicas).<sup>47</sup>

Conforme Gruzinski, o domínio espanhol sobre os ameríndios não se revelou apenas no conflito bélico dos primeiros anos de contato ou a partir das mudanças desencadeadas pela presença dos europeus em solo americano, também pode ser observado na reprodução da organização social e dos modos de vida do Reino de Castela na Nova Espanha (México). A tentativa de reproduzir o Velho Mundo no Novo Mundo revelou-se na arquitetura das casas, no traçado urbano das cidades, na reprodução das instituições europeias e, inclusive, na política de uniformização da língua. Ao longo dos quinhentos, salientou o historiador, instauraram-se novos referenciais materiais, políticos, institucionais e religiosos na América espanhola, “destinados a controlar os distúrbios induzidos pela Conquista”.<sup>48</sup> A esse processo Gruzinski chamou de Ocidentalização, uma espécie de “empreitada de duplicação das instituições do Velho Mundo, de reprodução das coisas do Ocidente e de representação dos imaginários europeus”.<sup>49</sup> O choque da Conquista ao lado Ocidentalização cobre, nas palavras desse historiador, “o conjunto dos meios de dominação introduzidos na América pela Europa do Renascimento: a religião católica, os mecanismos do mercado, o canhão, o livro ou a imagem”.<sup>50</sup>

Durante o período colonial, a grande novidade na relação entre os ameríndios e os espanhóis esteve na “recriação da *comunidade* como núcleo sociocultural no qual

---

<sup>45</sup> GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.92.

<sup>46</sup> Ibid., p. 86.

<sup>47</sup> Ibid., p. 91.

<sup>48</sup> Ibid., p. 94.

<sup>49</sup> Ibid., p.109.

<sup>50</sup> Ibid., p. 93-94.

encontraram abrigo as novas e múltiplas identidades conformadas ao longo de três séculos”. Grupos que antes da conquista encontravam-se organizados em entidades político-territoriais “os assim chamados impérios, cidades-estados, senhorios ou sistemas cacicales” foram localizados e organizados em pequenos núcleos comunitários pela coroa espanhola. Hector Díaz-Polanco explica que a comunidade permitiu a reprodução das populações indígenas, possibilitando que gozassem de uma relativa autonomia, mas mantendo o controle da coroa sobre as etnias subordinadas.<sup>51</sup>

Conforme este antropólogo, “ainda que as ‘repúblicas’ de índios e espanhóis estivessem marcadas por uma segregação sociocultural, que sustentava uma hierarquia de castas, na prática não implicava em uma separação econômica ou política entre essas populações.” Díaz-Polanco quer dizer, com esta afirmação, que as populações indígenas não foram dispensadas do projeto europeu, nem omissas à sua vigência. Na verdade, elas eram partes integrantes do Novo Mundo, como concluiu o historiador francês Serge Gruzinski. Em seu trabalho Gruzinski se esforça em demonstrar que os indígenas não eram passivos à colonização, que em diversas ocasiões eles resistiram e que em outras se adaptaram, assumindo práticas e representações de seus colonizadores. Sem desconsiderar esse fato, o que se observa ao longo da história é que apesar das mestiçagens que os conformaram, coube aos ameríndios e aos seus descendentes o “lugar de povos dominados e oprimidos”.<sup>52</sup>

No século dezenove os grupos indígenas enfrentaram novos desafios. As forças liberais que refletiam os anseios capitalistas conceberam seus modos de vida como obstáculos ao desenvolvimento econômico e à formação da nação.<sup>53</sup> Com a globalização neoliberal os indígenas encontram-se diante de novos dilemas. Nas palavras da antropóloga June Nash, “o processo de globalização significa uma ameaça a estas comunidades como não se viu anteriormente.”<sup>54</sup>

Certamente parte dos problemas enfrentados pelas populações indígenas os acompanha há muito tempo. A questão é que a globalização tem acentuado, recriado e perpetuado muitos desses problemas. A relação dos indígenas com o território, por exemplo, segue sendo uma questão problemática, mas nos últimos anos incorporou novos elementos. Hoje, a disputa pelo território não se restringe à disputa pelos recursos do solo, agora também inclui a disputa pelos recursos do subsolo. A noção de território não é a mesma de algum

<sup>51</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México. D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2003. p.2. Todas as citações contidas neste parágrafo.

<sup>52</sup> Ibid., p.19.

<sup>53</sup> Ibid., p.22-23

<sup>54</sup> NASH, June. **Visiones Mayas: El problema de la autonomía en la era de la globalización**. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.119.



tempo atrás. O território assumiu uma conotação política e cultural. Diversos pesquisadores assinalaram que o território é considerado um lugar importante para a reprodução material e simbólica dos grupos étnicos e, mais recentemente, tem sido apontado como o espaço adequado para o exercício da livre determinação. Além disso, verifica-se que a discussão sobre a posse do território levanta o debate sobre o papel do Estado na defesa das riquezas do país e na garantia da soberania nacional diante do apelo do mercado.

Para discorrermos sobre essas questões devemos, em primeiro lugar, considerar que a globalização é uma realidade, que se impôs no cenário mexicano e mundial no último terço do século XX. Feita essa consideração inicial é indispensável esclarecer que ela se apresenta como uma nova guerra para os indígenas zapatistas, que muitas vezes preferem chamá-la de IV Guerra Mundial (a Guerra Fria é considerada a terceira), sinalizando desse modo que ela representa uma nova disputa do capital por mercados e territórios. Para os indígenas autodenominados zapatistas a globalização atrelada ao projeto neoliberal (a globalização em sua face hegemônica) se apresenta como uma guerra “[...] a mais brutal, a mais completa, a mais universal, a mais efetiva”.<sup>55</sup> Como sabemos, o neoliberalismo<sup>56</sup> representa uma prática político-econômica capitalista, que surge no cenário internacional na década de setenta. Em geral, seu estabelecimento costuma implicar na abertura das fronteiras dos países ao comércio externo, na internacionalização da economia, na desregulamentação financeira e das relações de trabalho, na promoção de amplos processos de privatizações e na adoção de novos papéis pelos Estados nacionais. Entre as consequências de sua vigência, podemos destacar o aumento da miséria, a destruição de formas alternativas de cidadania e de território.

Quando os zapatistas falam de globalização estão se referindo à globalização hegemônica, a globalização que tem o neoliberalismo como projeto político e econômico. Eles falam de um processo construído de cima para baixo que acentua as desigualdades e perpetua a dominação. Por esse motivo, a resistência à globalização, como veremos no

---

<sup>55</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Realidad**. México, agosto de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>56</sup> Está presente no debate teórico sobre o neoliberalismo a discordância sobre suas origens. Teóricos como Perry Anderson identificam o neoliberalismo como um fenômeno distinto do liberalismo clássico e datam seu surgimento pouco após a II Guerra Mundial. Outros como Paul Singer partem da compreensão de que ele nada mais é do que o retorno do liberalismo clássico. Duas hipóteses (não necessariamente mutuamente exclusivas) poderiam explicar o seu retorno, segundo Singer. A primeira atribui a hegemonia neoliberal a uma crise do Estado precedente e a segunda às transformações de base na economia capitalista. Cf. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9. Cf. SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997. p.127-128.

decorrer deste trabalho, não se resume a uma crítica à sua vigência. Ela se revela como uma questão de sobrevivência, como salientou muitas vezes o subcomandante insurgente Marcos.

Para tentar recompor as peças desse quebra-cabeça (modo pelo qual o subcomandante se refere à globalização em alguns de seus textos) vejamos como o México foi integrado à economia global e quais os principais dilemas enfrentados pelos indígenas até o momento em que decidiram guerrear. Ao término da II Guerra Mundial, o México embarcou em um ambicioso programa de crescimento industrial pela via da substituição de importações. Carlos Tello, político e economista mexicano, explica que a escolha por essa via de crescimento se manteve por aproximadamente três décadas até que, no final dos anos setenta, começou a dar sinais de seu esgotamento. Para reconquistar o crescimento econômico, o país decidiu apostar na exploração dos recursos do petróleo. A economia melhorou, mas o país não conseguiu manter o ritmo de crescimento e, em pouco tempo, o México se viu diante de uma crise, concluiu o pesquisador.

A partir de 1982, teve início um longo processo de transição do modelo político e econômico adotado até então “para novos modos de organizar e promover a produção e o intercâmbio e de relacionar a economia do país com o restante do mundo.”<sup>57</sup> Durante a gestão de Miguel de La Madrid (1982-1988), o modelo de crescimento econômico baseado na industrialização, adotado em anos anteriores, foi abandonado e rapidamente substituído pelo programa neoliberal, explica Carlos Tello.

O programa neoliberal “adotado com entusiasmo” pelos governos mexicanos, assim como por muitos outros governos latino-americanos, “se caracterizou por um conjunto de reformas, destinadas a alterar de maneira significativa a estrutura da economia [...]”.<sup>58</sup> Carlos Tello esclarece que este programa, desde sua formulação até sua vigência, sempre esteve acompanhado de promessas que anunciavam a melhora da competitividade, o estímulo ao livre acesso aos recursos tecnológicos e do capital e a promoção de uma estrutura econômica mais flexível. Esperava-se com isso o desenvolvimento de um ambiente mais favorável para os investimentos nacionais e estrangeiros.

Miguel de La Madrid, seguindo as prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da comunidade financeira decidiu seguir à risca as orientações desenvolvimentistas para que o México ingressasse no mercado global: reorientou o crescimento do país em direção aos

---

<sup>57</sup> TELLO, Carlos. Sobre la desigualdad en Mexico: los años recientes. **XII Reunión de Economía Mundial**. Santiago de Compostela, 2010. Disponível em: <<http://www.usc.es/congresos/xiirem/pdf/58.pdf>> Acesso em: jun. 2011.p.2.

<sup>58</sup> Ibid., p.2.

mercados externos; reduziu a participação do Estado na economia; instrumentalizou a abertura para os investimentos estrangeiros, através de modificações nas regras existentes e desregulou alguns setores da economia.<sup>59</sup> A atitude do presidente confirma a tese de que os Estados adquirem novas funções com o avanço da globalização neoliberal. Segundo Adolfo Gilly, “a globalização envolve uma reorganização das funções dos Estados nacionais, particularmente daqueles em situação subordinada como México, e uma nova forma de regulação pelo capital financeiro internacional”.<sup>60</sup>

Apesar dessas transformações e reformas, o México experimentou um crescimento econômico baixo nos anos que se seguiram. Na verdade, durante a década de oitenta do século XX, considerada por muitos como a década perdida, as condições de vida dos camponeses pioraram. De acordo com Tello,

[...] o PIB agropecuário por pessoa em 1988 foi menor que o de 1960 e notoriamente inferior ao alcançado em 1981. O investimento público federal nesta atividade, que em 1980 representou 25% do PIB agropecuário, caiu ano após ano e em 1988 representou somente 3.2%. Os preços dos produtos do campo não guardaram relação com os crescentes custos de produção e caíram os rendimentos por hectares. Houve redução do gasto público social, principalmente nas áreas rurais.<sup>61</sup>

Mesmo diante do fracasso, Miguel de La Madrid e os governos que o sucederam continuaram seguindo a orientação política e econômica dos órgãos financeiros internacionais. Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), por exemplo, promoveu amplas reformas constitucionais para contemplar os novos horizontes. Embora o projeto neoliberal tenha sido posto em prática por Miguel de La Madrid, foi durante o governo salinista que ele realmente se consolidou. Entre as medidas adotadas por Salinas, destacamos a criação do Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL) para o combate à pobreza. Consuelo Sánchez, professora Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), descreveu o Pronasol (1989) como um programa assistencialista que utilizava medidas pontuais e compensatórias para combater a pobreza.<sup>62</sup>

No plano econômico, a gestão salinista ficou marcada pela promoção de um extenso processo de privatizações e pela abertura do país ao capital estrangeiro. Como parte desse processo o governo propôs a alteração do Artigo 27 da Constituição mexicana e a assinatura

<sup>59</sup> TELLO, Carlos. Sobre la desigualdad en Mexico: los años recientes. **XII Reunión de Economía Mundial**. Santiago de Compostela, 2010. Disponível em: <<http://www.usc.es/congresos/xiirem/pdf/58.pdf>> Acesso em: jun. 2011.

<sup>60</sup> GILLY, Adolfo. **Chiapas: la razón ardiente** : ensayo sobre la rebelión del mundo encantado. México: Era, 1997. p.115.

<sup>61</sup> TELLO, op. cit., p.11.

<sup>62</sup> SÁNCHEZ, Consuelo. **Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía**. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1999. p. 103.

do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) selado entre o Canadá, os Estados Unidos e México, no dia 17 de dezembro de 1992, cuja essência "[...] para os camponeses, os indígenas e os pequenos produtores agrários mexicanos, é a abolição das barreiras e dos estímulos protetores de sua produção frente à queda de preço dos produtos vindos do exterior, particularmente na produção alimentícia: milho, trigo, feijão".<sup>63</sup>

Entre os planos de desenvolvimento realizados por Salinas, o de maior impacto para os povos indígenas foi, sem dúvida alguma, a reforma do Artigo 27 da Constituição Mexicana de 1917. O antropólogo mexicano, Hector Díaz-Polanco, explicou que a alteração da Constituição preocupou bastante os povos indígenas, uma vez que representava uma redução das chances de reconhecimento dessas comunidades de controlar coletivamente seus recursos, especialmente das terras. A nova lei era preocupante, diz o antropólogo, pois dificultava a proteção dos modos de vida indígenas ao incluir mecanismos que, em médio prazo, poderiam produzir a desintegração dessas comunidades. O parcelamento das terras *ejidais* e a possibilidade de comercializá-las são alguns exemplos, apontados pelo antropólogo, das consequências da nova legislação agrária, acusada de enfraquecer, com o tempo, a coesão interna dos grupos, além de contribuir com a perda de sua base de sustentação ou o controle que exerciam sobre ela.<sup>64</sup>

A divisão do *ejido*, propriedade comunal inalienável, é traduzida por esse pesquisador e também para muitos outros estudiosos como uma ameaça à sobrevivência dos povos indígenas. Para os indígenas a terra não é concebida como uma mercadoria, não possui valor uso, ao contrário, ela representa um espaço importante e necessário para a reprodução material, simbólica, política e cultural de suas existências. O historiador Sebastião Vargas Netto, faz questão de salientar que “para estes atores sociais, a terra é entendida como aquela que alimenta e que, por isso mesmo, se expressa como mãe de todos os que nela habitam”.<sup>65</sup> Nesse sentido, pode-se concluir que a exclusão territorial atenta tanto contra a existência física dessas comunidades quanto de seus elementos simbólicos.

Ana Ester Ceceña explica que a exclusão social e política vem acompanhada de uma exclusão territorial e da desapropriação de elementos indispensáveis para a sobrevivência das populações indígenas. A ameaça à sobrevivência indígena se revela na medida em que o *ejido*

---

<sup>63</sup> GILLY, Adolfo. **Chiapas: la razón ardiente** : ensayo sobre la rebelión del mundo encantado. México: Era, 1997. p. 114.

<sup>64</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2003, p. 130-131.

<sup>65</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007, p. 252.

é inserido dentro da nova lógica de mercado, onde tudo é mercantilizado e comercializado.<sup>66</sup> Segundo Ceceña, “em um mundo onde a miséria cresce cotidianamente, o acesso aos recursos vitais está em função da capacidade de compra ou demanda efetiva que todos os dias são expropriados da população por efeito da competência e da produtividade.”<sup>67</sup> Assim, podemos afirmar que “a luta pela terra adquire o valor de um símbolo de resistência ao despojamento da capacidade de livre determinação das comunidades [...]”.<sup>68</sup>

June Nash nos adverte que neste mundo construído pelo capital, marcado pela dominação e pelos constantes ajustes da força de trabalho às novas condições técnicas e às necessidades criadas pela lógica capitalista, não há intenção de absorver as populações que não estejam ajustadas aos interesses do capital. Nesse sentido, o processo de globalização termina afetando principalmente os indígenas, que elaboram elementos simbólicos e culturais diferentes dos difundidos pelo pensamento hegemônico. Ou seja, são os mais atingidos, “justamente, porque não são participantes das noções universais da expansão capitalista [...]”.<sup>69</sup> Segundo Nash, isso ocorre porque as sociedades indígenas mantêm uma visão de mundo baseadas na ideia da coletividade. Para Adolfo Gilly, não há espaço neste novo mundo para essas outras realidades.

Nem na África, nem na Índia, nem na América Latina, nem no México há um lugar para eles nesta gigantesca transformação regida pelo movimento do capital financeiro transnacional e pela revolução digital nas comunicações e nos modos de produzir, de intercambiar e de controlar.<sup>70</sup>

Permita-nos discordar apenas em parte das palavras proferidas por Gilly. Nem sempre as comunidades indígenas são totalmente excluídas pelos fluxos do capital, na maior parte das vezes elas encontram-se integradas, mas de modo subalterno. Deve-se considerar também que “[...] os que estão menos integrados nas redes de intercâmbio e comunicações dos mercados globais emergentes estão ganhando conhecimentos e técnicas que lhes permite planejar uma alternativa às hierarquias globais”.<sup>71</sup>

---

<sup>66</sup> CECEÑA, Ana Esther. La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo. **Revista Chiapas**, México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7cecena.html>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>67</sup> Ibid., p. 19.

<sup>68</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007, p.252.

<sup>69</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomia en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.28.

<sup>70</sup> GILLY, Adolfo. **Chiapas**: la razón ardiente : ensayo sobre la rebelión del mundo encantado. México: Era, 1997. p.116.

<sup>71</sup> NASH, op.cit. p. 119.

Como podemos perceber a globalização se apresenta como um grande paradoxo. Ao mesmo tempo em que ela ameaça a sobrevivência dessas comunidades, ela fornece ferramentas para que essas comunidades possam defender seus modos de vida e contestar as relações de poder. Eis um trecho de uma fala do subcomandante Marcos que aborda essa questão:

Os supercaminhos da informação, projetados para facilitar o fluxo de mercadorias e dinheiros, começam a assistir (não sem pavor) que são transitados por carros antigos, animais de carga e pedestres que não intercambiam mercadorias e capitais, mas algo muito mais perigoso: experiências, apoios mútuos, HISTORIAS.<sup>72</sup>

De acordo com a antropóloga June Nash, nos estudos sobre a globalização é comum encontrar as mesmas características associadas à sua vigência, na base das resistências e rebeliões daqueles que são mais atingidos pelo capital.<sup>73</sup>

Estas condições são: a crescente “desterritorialização” de pessoas, produtos e dos processos de produção em si mesmos; a “fragmentação” ou atomização das relações pessoais e das unidades políticas, a “homogeneização” ou “hibridação” da cultura e a “alienação” dos membros de uma comunidade, grupos de parentesco ou inclusive de si mesmos.<sup>74</sup>

Esta colocação é de extrema importância para o trabalho desta antropóloga e também para o nosso. As características descritas acima, tidas como inerentes à globalização são centrais para compreender a resposta dos povos indígenas a essa nova ordem mundial. Vejamos em outro momento, como esta questão aparece no trabalho desta antropóloga:

As premissas morais que animam o levantamento zapatista estão baseadas na reação do povo Maia pelo que podem ser consideradas as características inerentes à globalização. Estas características, proeminentes na literatura sobre a globalização, são: 1) *desterritorialização* ou a pressão para migrar por causa da perda da terra, contaminação ou busca de trabalho assalariado requerido como consequência da perda de recursos de subsistência; 2) fragmentação das relações sociais, muitas vezes promovidas por políticas estatais divisivas ou pela mercantilização do intercâmbio social; 3) *desculturação* ou a perda de pontos de referência materiais e simbólicos da identidade cultural. [...] <sup>75</sup>

O mais interessante disso tudo é que apesar do vigor com que a globalização neoliberal se impõe sobre diferentes cenários e sobre diversas realidades culturais e étnicas, formam-se em toda parte do mundo grupos de inconformes que, recentemente, têm encontrado os meios para questioná-la em seu próprio seio. A exploração, o crime, a pobreza, a violência, a megapolítica, a opressão, são algumas características da globalização neoliberal,

<sup>72</sup> MARCOS. La lucha contra la globalización es cuestión de supervivencia: Marcos. **La Jornada**. México, 26 de Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>73</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.27.

<sup>74</sup> Ibid., p. 27.

<sup>75</sup> Ibid., p. 58.

que tentamos reunir nesta primeira parte. Para montar esse grande quebra cabeça, no entanto, falta uma peça: a resistência à globalização.

## 1.2. A última peça do quebra cabeça

No ensaio escrito pelo subcomandante Marcos intitulado *siete piezas sueltas del rompecabezas mundial*, logo no início do texto onde o subcomandante apresenta ao público a sétima e última peça que conforma a globalização, nos deparamos com uma citação de Tomás Segóvia que diz o seguinte:

Para começar, te peço para não confundir a Resistência com a oposição política. A oposição não se opõe ao poder mas a um governo, e sua forma acabada e completa é a de um partido político de oposição; enquanto a resistência, por definição (agora sim), não pode ser um partido: não está feita para governar, mas para ...resistir.<sup>76</sup>

Como podemos perceber a distinção entre a oposição e a resistência que os zapatistas desejam marcar está na natureza institucional da primeira e em sua relação com o poder. Diferente da oposição política, a resistência zapatista se configura como uma forma de luta construída por uma coletividade sem vínculo algum com os meios tradicionais e as instâncias legais de reivindicação (partidos políticos, sindicatos). Além de atuar à margem da institucionalidade, a resistência, como os zapatistas gostam de salientar, não almeja tomar o poder.

É certo, no entanto, que a resistência pressupõe a existência do poder e necessita dele para se efetivar, mesmo que não aspire, como o caso da resistência zapatista, ao poder institucional. Nas palavras de Nelson Molina Valencia,

Reconhecer que a sociedade pode exercer controle sobre sua existência, sustenta a possibilidade de resistir, de incidir sobre aspectos que incumbem a todos ou a uma parte da comunidade; ainda que o mesmo possa ser dito de qualquer outro processo participativo ou comunitário que não apele à resistência.<sup>77</sup>

É conveniente esclarecer que a proposta zapatista não parte de um desconhecimento sobre as outras maneiras, sobre as outras possibilidades com as quais os sujeitos podem

<sup>76</sup> SEGOVIA, Tomás. Alegatorio. México, 1996, apud. MARCOS. **Siete piezas sueltas del rompecabezas mundial**. México: CGT, 1996. p.43.

<sup>77</sup> MOLINA VALENCIA, Nelson. Resistencia comunitaria y transformación de conflictos. **Reflexión Política**, 2005, ano/vol.7 n° 14. Bucaramanga, Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11001406>> Acesso em: dez. 2010. p.72

contestar as relações de dominação e transformar as relações de poder, mas de uma escolha de que essa forma de luta (resistência) lhes é desejável.

Quando falamos de resistência indígena no México, precisamos considerar ainda um passado marcado por rebeliões e resistências. Ao longo da história mexicana, os indígenas se rebelaram e resistiram inúmeras vezes. O estado chiapaneco sozinho já foi palco de muitas manifestações de rebeldia. Em 1712, por exemplo, vinte e uma comunidades indígenas, entre elas as comunidades tzeltal e tzotzil, se uniram contra a carga tributária excessiva, as dificuldades durante a colheita e a falta de alternativas de trabalho. Segundo Neil Harvey “ainda que postulasse uma liberação universal, o objetivo imediato do movimento era recuperar a sua autonomia frente à igreja e ao governo colonial”.<sup>78</sup> Chama a atenção que para contestar a ordem colonial “os rebeldes utilizaram as mesmas táticas de terror de seus avós. Assassinararam alguns proprietários de terras, levaram suas esposas e filhos e destruíram plantações e construções”. Em poucos meses, no entanto, o governo, com a ajuda de reforços militares vindos da Guatemala, conseguiu sufocar a rebelião. A brutalidade com que a rebelião foi sufocada foi tão grande que, na opinião de Neil Harvey, expressou o grau de temor dos ladinos com a possibilidade de que levantamentos similares a esse pudessem se repetir. Mesmo os que desejaram esquecê-lo tiveram dificuldade. Esse acontecimento, explica o historiador, ficou marcado não só na memória de grande parte dos revoltosos, mas também em seus corpos. Harvey nos conta que “os ladinos capturaram e mutilaram fisicamente os indígenas rebeldes, cortando suas orelhas”<sup>79</sup> e enviaram muitos outros para trabalhar longe do lugar onde estavam habituados. Apesar dessa atitude, o efeito foi o oposto do desejado. Podemos dizer, de forma resumida, que “[...] a violenta repressão da rebelião de 1712 deixou intactas as fontes do conflito interétnico e a possibilidade de que ressurgisse anos depois.”<sup>80</sup> Por volta de 1860, novamente tzoltiziles e tzeltales se rebelaram. O principal motivo da rebelião era o processo conduzido pelos liberais que permitia a apropriação privada de terras ocupadas pelas comunidades indígenas.<sup>81</sup> O primeiro indício de resistência esteve, segundo Harvey, na retomada e intensificação das festividades controladas pelos indígenas, combinada com a diminuição dos rituais controlados pelo clero.<sup>82</sup> Embora a revolta tenha ficado conhecida como uma guerra de castas, o historiador adverte que esta rebelião indicava mais

---

<sup>78</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México: Editora Era, 2000. p. 62. Esta é a citação subsequente.

<sup>79</sup> Ibid., p.63.

<sup>80</sup> Ibid., p. 63.

<sup>81</sup> Ibid., p. 65.

<sup>82</sup> Ibid., p.66-67.



uma tentativa dos revoltosos em dispor de suas terras e organizar suas vidas de forma autônoma. Iniciada em 1867, a rebelião persistiu até 1870, quando foi reprimida.

Esses fatos são tão marcantes que muitos pesquisadores inscrevem o levante zapatista de primeiro de janeiro de 1994, dentro de uma cultura de rebelião. O principal expoente desta perspectiva, Adolfo Gilly, recupera do historiador de origem belga Jan de Vos as três estratégias de resistência adotadas pelos indígenas chiapanecos ao longo dos anos: a resistência aberta, a resistência velada e a resistência negociada. Conforme De Vos:

A primeira forma de resistência consistiu sobretudo em levantamentos armados em momentos de opressão particularmente aguda, mas incluiu também os movimentos de retirada territorial efetuados por vários grupos ou indivíduos para a floresta, fora do controle governamental.

A segunda forma se refere ao conjunto de práticas cotidianas, de alguma maneira permitida pelas autoridades civis e eclesiásticas, por serem consideradas inofensivas ou impossíveis de erradicar. Entre elas, cabe mencionar também as que puderam passar por inadvertidas, já que seus autores as levavam a cabo as escondidas, na intimidade do lar ou no isolamento.

A terceira categoria, finalmente, está constituída por aquele espaço intermediário onde os índios – e entre eles sobretudo os caciques e demais chefes das comunidades – fizeram concessões menores ou maiores aos seus dominadores com o fim de salvaguardar ou conseguir privilégios, não sem correr o risco de perder parcial ou totalmente sua autonomia.<sup>83</sup>

As estratégias e os contextos distintos com os quais e nos quais essas resistências se pautaram nos impede de associá-las como parte de um mesmo acontecimento. Deve-se considerar também que a resistência zapatista adquiriu particularidades ao longo dos anos de conflito que a torna peculiar. Por outro lado, não podemos ignorar que esses episódios nos ajudam a exergar as continuidades e descontinuidades tanto das estratégias adotadas pelos indígenas quanto das desigualdades das relações interétnicas. Ainda que estejamos diante de uma forma de luta distinta, a confrontação contra as formas de sujeição indígena ainda se mantém como um elemento comum a todas essas lutas.

Nelson Molina Valencia explica que o primeiro passo para a resistência consiste em reconhecer na sociedade a presença de relações de dominação e perceber que essas relações ameaçam ou tornam vulnerável a existência individual ou comunitária indígenas. Como já mencionamos anteriormente, a globalização é percebida como uma grande ameaça não só para os indígenas zapatistas, mas também para outros grupos que se encontram em situações marginais.

---

<sup>83</sup> DE VOS, Jan. Las rebeliones de los índios de Chiapas en la memoria de sus descendientes. In: LLOYD, Jane-Dale e ROSALES, Laura Pérez (coords.). **Paisajes rebeldes**. México: UIA, 1995, apud GILLY, Adolfo. Chiapas: la razón ardiente : ensayo sobre la rebelión del mundo encantado. México: Era, 1997. p.36.

Ao abordar a resistência zapatista como uma forma de luta, é preciso esclarecer outra questão. Segundo Noam Chomsky, é muito comum observar uma grande confusão quando o assunto é a resistência à globalização. Geralmente essas manifestações aparecem associadas ao nome “antiglobalização”. Em sua opinião trata-se de uma designação ridícula cunhada e propagada pela mídia no intuito de vincular essas manifestações com certo saudosismo de anseios “primitivistas”. Segundo o intelectual norte americano, “nenhuma pessoa em seu são juízo se oporia à globalização”. Compreendida como um processo mais amplo, a globalização não aparece como uma ameaça, o grande problema é a maneira como ela se apresenta, ou seja, a forma como ela se adota.<sup>84</sup>

Se, por um lado, o primeiro passo para a resistência consiste em reconhecer na sociedade a presença de relações de dominação e perceber que essas relações ameaçam ou tornam vulnerável sua existência individual ou comunitária, o segundo passo, certamente, será tomar posse dos recursos que sustentem ou possibilitem essa resistência. Perguntamos, agora, como é possível avaliar o alcance de uma resistência? De acordo com Nelson Molina Valencia, em *Resistencia comunitaria y transformación de conflictos*, o que vai determinar o alcance tanto da resistência quanto da dominação é a disponibilização de recursos materiais, econômicos, morais, simbólicos e estratégicos nas mãos desses personagens. A partir da posse desses recursos, cada comunidade teria condições de decidir a estratégia de ação que seria colocada em prática por todos ou pela maior parte dos seus integrantes. Esta escolha revelaria, entre outras coisas, o modo pelo qual a comunidade decidiu resistir. Para Molina Valencia, existem pelo menos duas grandes expressões da resistência: a violenta e a não violenta.<sup>85</sup>

O antropólogo Hector Díaz-Polanco, que também localiza em seus estudos dois tipos de resistência, prefere identificá-las como: passiva e ativa. A resistência passiva seria a opção de grande parte dos indígenas na contemporaneidade. Trata-se, no entendimento de Díaz-Polanco de uma escolha equivocada. A resistência passiva é considerada, em sua opinião, bastante frágil e sua fragilidade está principalmente em pautar suas ações em argumentos pouco racionais como o “mito da comunidade invencível”. Díaz-Polanco se refere “[...] a convicção, mais ou menos explícita, de que a sobrevivência dos povos indígenas é uma batalha ganha de antemão; tudo é questão de aguardar e esperar tempos melhores, que

<sup>84</sup> CHOMSKY, Noam. El proceso llamado “globalización”. **Rebelión**, 2002. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>85</sup> MOLINA VALENCIA, Nelson. Resistencia comunitaria y transformación de conflictos. **Reflexión Política**, 2005, ano/vol.7 n° 14. Bucaramanga, Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11001406>> Acesso em: dez. 2010.

chegarão sem dúvida alguma”.<sup>86</sup> A crença na imbatibilidade da comunidade termina justificando, segundo o antropólogo, a inércia do grupo e colaborando com o enfraquecimento do movimento indígena e com o perecimento de suas identidades étnicas, uma vez que não apresenta alternativas de mudanças. O antropólogo argumenta que a única opção das comunidades indígenas para enfrentar a opressão e salvaguardar suas culturas, no contexto atual, seria optar pela resistência ativa,<sup>87</sup> opinião partilhada pelo subcomandante Marcos e, também, pela dirigência política do EZLN. Para o insurgente, “a resistência entendida como um «me encerro e aguento» significa o aniquilamento, não só para o EZLN, mas para qualquer força social não armada. Resistir isolado é renunciar à vida, assim, aniquilar-se”.<sup>88</sup> Marcos quer dizer com isso que “o zapatismo, como qualquer força, tem que lançar iniciativas continuamente para se tornar presente no espaço político e para ampliar seu horizonte”. É justamente sobre essas iniciativas que iremos nos ocupar no decorrer deste trabalho.

---

<sup>86</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México. D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2003. p. 26-27.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p.26-28.

<sup>88</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997, p. 130. Esta e a citação subsequente.

## SEGUNDO CAPÍTULO: NUNCA MAIS UM MÉXICO SEM NÓS!

*¡¡Bienvenido!!...Ha llegado usted al estado más pobre del país: Chiapas. [...] En este país todos sueñan. Ya llega la hora de despertar...*

LA TORMENTA...la que está. Nacerá del choque de estos dos vientos, llega ya su tiempo, se atiza ya el horno de la historia. Reina ahora el viento de arriba, ya viene el viento de abajo, ya la tormenta viene...así será...

LA PROFECÍA... la que está. Cuando amaine la tormenta, cuando lluvia y fuego dejen en paz otra vez la tierra, el mundo ya no será el mundo, sino algo mejor.

(Subcomandante Marcos)<sup>89</sup>

### 2. A rebelião chiapaneca.

Chiapas é um estado mexicano situado na região sudeste do país (ver mapa, na página seguinte).<sup>90</sup> Possui uma superfície de 74.415 Km<sup>2</sup> dividida constitucionalmente em 122 municípios,<sup>91</sup> sete dos quais nascidos em 1999 por meio de uma proposta de remunicipalização do estado impulsionada pelo ex-governador de Chiapas, o priista Roberto Albores Guillén (1998-2000).<sup>92</sup> Ainda que postulasse o cumprimento dos acordos sobre direitos e cultura indígenas, Acordos de San Andrés (1996), o principal objetivo da proposta governista era conter o avanço dos municípios autônomo zapatistas (territórios controlados pelos insurgentes) conforme nos explica Araceli Burguete Cal y Mayor. A ideia de realizar uma remunicipalização na região havia sido aventada ainda em 1994, durante as negociações entre o governo federal e os rebeldes no município de San Andrés (nome atribuído aos acordos selados dois anos depois). Diversas comunidades enxergavam nessa proposta uma oportunidade para expandir seus espaços de representação e para exercer formas próprias e autônomas de governo, mas a criação de novos municípios sem uma ampla reforma municipal, ou seja, sem a concessão de direitos políticos às comunidades indígenas foi considerada pelos zapatistas uma afronta à autonomia, um desrespeito aos direitos indígenas à

<sup>89</sup> MARCOS. Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nova York: Siete Cuentos, 2001. p. 23-38.

<sup>90</sup> O México é formado por 31 estados mais o Distrito Federal, totalizando 32 entidades federativas.

<sup>91</sup> Mais informações: [www.chiapas.gob.mx](http://www.chiapas.gob.mx)

<sup>92</sup> Em julho de 1999, o Congresso Estadual aprovou a criação dos seguintes municípios: Montecristo de Guerrero, Maravilla Tenejapa, San Andrés Duraznal, Marqués de Comillas, Benemérito de las Américas, Santiago e Aldama. Cf. BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli. Chiapas: nuevos municipios para espantar municipios autónomos. In: Rosalva Aída Hernández, Sarela Paz y MaríaTeresa Sierra (coords.) **El Estado y los indígenas en tiempos del PAN**. Neoindigenismo, legalidad e identidad. México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa, 2004. p. 137-169.



Fonte: Governo de Chiapas

livre determinação e uma compreensão equivocada do havia sido discutido naquela ocasião, prova disso é que somente dois desses novos municípios se estabeleceram sobre o território rebelde, explica Araceli. Com a remunicipalização, formas de autogoverno (governo com relativa autonomia) e autogestão mantidas pelas comunidades indígenas ao longo dos anos, que gozavam de legitimidade, embora não fossem legalizadas, foram enfraquecidas e pouco a pouco perderam a centralidade nessas regiões.<sup>93</sup> Após a remunicipalização os municípios que antes encontravam-se distribuídos em nove regiões econômicas (Centro, Altos, Fronteriza, Frailesca, Norte, Selva, Sierra, Soconusco e Istmo-Costa), foram reorganizados em quinze novas regiões (Metropolitana, Valles Zoque, Mezcalapa, De los Llanos, Altos Tsotsil-Tseltal, Frailesca, De Los Bosques, Norte, Istmo-Costa, Soconusco, Sierra Mariscal, Selva Lacandona, Maya, Tulijá Tseltal Chol e Meseta Comiteca Tojolabal).<sup>94</sup>

Chiapas é um estado de grandes proporções, ocupa o oitavo lugar entre os estados mexicanos com maior extensão territorial.<sup>95</sup> Dimensão bastante generosa, similar a de alguns países da América Central que, segundo Andrés Barreda e Ana Esther Ceceña, pelo menos teoricamente, tornaria possível a idéia de uma autonomia nacional.<sup>96</sup> Embora esta possibilidade exista, a tendência dos movimentos indígenas tem sido a de concretizar seu direito à livre determinação<sup>97</sup> nos países em que estão inseridos e não através da constituição de novos Estados nacionais.<sup>98</sup> Os zapatistas, por exemplo, defendem seu direito à livre determinação não como separatismo ou independência, mas como um direito de virem-se integrados à nação de modo autônomo e não subordinado. Por esse motivo, frequentemente, em suas declarações e documentos, identificam-se como mexicanos, como indígenas mexicanos. Na realidade, eles insistem em evidenciar sua pertença à sociedade nacional.<sup>99</sup> Ao

<sup>93</sup> BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli. Chiapas: nuevos municipios para espantar municipios autónomos. In: Rosalva Aída Hernández, Sarela Paz y MaríaTeresa Sierra (coords.) **El Estado y los indígenas en tiempos del PAN**. Neoindigenismo, legalidad e identidad. México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa, 2004. p. 137-169.

<sup>94</sup> Parece-nos relevante manter essas informações, pois a bibliografia sobre o zapatismo costuma se referir às antigas regiões econômicas de Chiapas. Mais informações em: <<http://www.chiapas.gob.mx/>>

<sup>95</sup> Mais informações em: <<http://www.chiapas.gob.mx/>>

<sup>96</sup> BARREDA, Andrés e CECEÑA, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabareda.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>97</sup> O direito à livre determinação dos povos indígenas foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da *Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas* aprovada em 2007. Depois de terem conquistado o reconhecimento internacional do direito de determinarem livremente sua condição política e de perseguirem à sua maneira o desenvolvimento econômico, social e cultural, os povos indígenas passaram a lutar por sua concretização. Cf. SÁNCHEZ, Consuelo. Autonomia, Estados pluriétnicos e plurinacionais. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Constituições e Reformas Políticas na América Latina**. Brasília: INESC, 2009. p.63-90.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>99</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona, Plaza & Janés, 1997. p. 40.

que nos parece, a intenção é afastar as suspeitas de um suposto separatismo e, acima de tudo, evidenciar sua dupla representação identitária: étnica e nacional.

O estado chiapaneco é rico em biodiversidade e recursos naturais. Destaca-se por concentrar 30% da água superficial do país reunida, sobretudo, na Reserva de Montes Azuis; por reunir diversos animais e milhares de espécies de plantas e por abrigar importantes jazidas petrolíferas.<sup>100</sup> Chiapas, aliás, possui um grande potencial energético. É responsável por 20% de toda a energia elétrica do país, contribuindo sozinho com 55% da energia do tipo hidroelétrico.<sup>101</sup>

Soma-se à sua extensão territorial, biodiversidade, riqueza aquífera e potencial energético, uma localização geográfica estratégica, sobretudo, do ponto de vista econômico e político. Chiapas limita-se ao norte com o estado de Tabasco, região igualmente estratégica; a oeste com os estados de Veracruz e Oaxaca; ao sul com o Oceano Pacífico, acesso para diversas transações comerciais; e a leste com a República da Guatemala.<sup>102</sup> A proximidade com a Guatemala é especialmente importante. De acordo com Barreda e Ceceña, “ser o principal território da fronteira mexicana com a Guatemala implica para o capitalismo chiapaneco e mexicano uma série de vantagens, mas também de vulnerabilidades econômicas, políticas, militares e culturais”. Entre as vantagens levantadas por Barreda e Ceceña,<sup>103</sup> em *Chiapas y sus recursos estratégicos*, está a possibilidade de exportar para a América Central e a lucrativa intermediação no contrabando de gado, madeiras finas e fauna selvagem da América Central para os Estados Unidos. Além, é claro, da importação de mão de obra barata oriunda da região central do continente americano. Entre as desvantagens ou vulnerabilidades mais significativas desta proximidade estaria o compartilhamento com a Guatemala de algumas jazidas petrolíferas e bacias hidrográficas.<sup>104</sup>

Na concepção desses autores, as novas modalidades de acumulação mundial da riqueza, com suas formas específicas de organização territorial e produtiva, conferem uma importância estratégica ao estado. As riquezas e potencialidades do território chiapaneco despertariam o interesse do capital internacional, nacional e regional, uma vez que seu uso e

<sup>100</sup> Mais informações em: <<http://www.sipaz.org.mx>>

<sup>101</sup> Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana.; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

<sup>102</sup> Chiapas pertenceu à Capitania Geral da Guatemala até o ano de 1824, quando as elites chiapanecas decidiram integrar-se ao México.

<sup>103</sup> Andrés Barreda é Professor da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Licenciado em Economia, Mestre em Sociologia e Doutor em Estudos Latino-Americanos. Ana Esther Ceceña é pesquisadora do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e diretora da revista *Chiapas*.

<sup>104</sup> BARREDA, Andrés; CECEÑA, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabarreda.html>> Acesso em: jun. 2010.

domínio conferem força econômica, política e militar para quem deles se apropria. Isto é, capitalistas nacionais, internacionais ou mesmo a população, quando esta consegue se organizar política e/ou militarmente.<sup>105</sup>

Admiravelmente, “as riquezas naturais que convertem esse estado em um dos paraísos do mundo, com condições inigualáveis para o desenvolvimento da vida, o fazem, paradoxalmente, um dos espaços mais inóspitos para a vida humana”.<sup>106</sup> Na verdade, o berço da rebelião zapatista ocupa desde 2000 o segundo lugar entre os estados com maior índice de marginalidade,<sup>107</sup> de acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de População (CONAPO) em 2005.<sup>108</sup> O mesmo estudo revelou que Chiapas, assim como Guerrero e Oaxaca, estava entre os estados com os maiores níveis de analfabetismo no México. Chiapas também apresentava altos índices de moradias sem energia elétrica e água encanada. Em 2010, cinco anos depois da pesquisa realizada pelo CONAPO, o Censo de População e Moradia, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI),<sup>109</sup> revelou que o grau de escolaridade da população com idade igual ou superior a 15 anos ainda estava abaixo da média nacional. Enquanto em Chiapas o índice de escolaridade era de 6.7, a média nacional era de 8.6. O mesmo ocorreu com a proporção de moradias com energia elétrica e água encanada. Apesar de constatada uma melhora na distribuição desses serviços, Chiapas não conseguiu equiparar-se à média nacional. Enquanto a média entre os estados apontava para 96,18% de habitações com energia elétrica e 86,72% de habitações com água encanada, Chiapas aparecia com 94,23% de habitações com energia elétrica e 72,47% de habitações com água encanada. Uma diferença de 14,47 pontos percentuais quando o assunto é o abastecimento de água.

Para o historiador Juan Pedro Viqueira, em *Los peligros del Chiapas Imaginario*, a afirmação de que Chiapas é um estado rico está longe de ser evidente. No seu entendimento, a produção de café, de milho, a criação de gado, a extração de gás natural e a geração de eletricidade nas represas da região não são suficientes, na atualidade, para garantir a prosperidade de uma população em rápido crescimento demográfico. Ademais, a região quase não possui atividades industriais, os empregos no setor de serviços são bastante escassos e a

---

<sup>105</sup> BARREDA, Andrés e CECEÑA, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabarreda.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> O índice de marginalidade empregado pela CONAPO mede o déficit e a intensidade das privações e carências da população tomando como base dados relativos à educação, à moradia e aos ingressos monetários. A maior preocupação com o seu emprego é revelar a existência de estruturas precárias que obstruam o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

<sup>108</sup> Mais informações em <<http://www.conapo.gob.mx/>>

<sup>109</sup> Mais informações em <<http://www.inegi.gob.mx/>>



população economicamente ativa recebe salários baixos, bastante inferiores aos salários correspondentes a média nacional,<sup>110</sup> pontua o pesquisador.

É bem verdade que o crescimento populacional em Chiapas está acima da média nacional, mas é necessário levar em consideração que também está alta a taxa que mede a mortalidade infantil na região.<sup>111</sup> No nosso entendimento, altos índices de mortalidade infantil associados, principalmente, a altas taxas de natalidade indicam, em geral, precariedade ou dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Quanto à argumentação utilizada para explicar a pobreza na região, julgamo-la inoportuna e, de certo modo, precária. Acreditamos que a relação direta entre pobreza e insuficiência produtiva, levantada há muitos anos pelo economista Thomas Robert Malthus (1766-1834) já demonstrou suas insuficiências, uma vez que desconsidera o emprego da tecnologia na produção de alimentos e, sobretudo, a distribuição desigual da riqueza em suas diversas escalas: local, nacional e global.

De acordo com Igor Fuser, autor de *México em transe*, é preciso considerar que “a realidade fala por si: o perfil econômico e social da região é tão eloquente que inviabiliza qualquer tentativa de argumentar em favor do *status quo*”.<sup>112</sup> No seu entendimento, “Chiapas é um dos estados mexicanos que expressam mais claramente a iniquidade na distribuição de renda nacional”. Lá, “oitenta por cento de sua população ativa ganha menos de dois salários mínimos e o Produto Interno Bruto por habitante do estado é de apenas US\$ 1.466, contra US\$ 8,129 no Distrito Federal e uma média nacional em torno dos três mil dólares”. Embora esses dados sejam de meados da década de 90, eles não estão tão distantes da realidade atual. Em 2000, foi registrado em Chiapas um Produto Interno Bruto de US\$ 3.302 contra US\$ 17.696 do Distrito Federal e uma média nacional de US\$ 7.495 por habitante.<sup>113</sup> Como podemos observar os estados participam de maneira desigual na geração de riqueza para a nação e desfrutam de maneira igualmente *desigual* da mesma.

Ao apresentar à imprensa o livro produzido pela Secretaria de Governo (Segob) e o Conselho Nacional de População (CONAPO) intitulado *Índices de marginalidade por localidade 2005*, Ricardo Aparício, Diretor Geral Adjunto do Planejamento Micro Regional da Secretaria de Desenvolvimento (Sedesol), teria afirmado, segundo Lourdes Godínez Leal,

<sup>110</sup> VIQUEIRA, Juan Pedro. Los peligros del Chiapas imaginario. **Letras libres**, 1999. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/index.php?art=5630>> Acesso em: abr. 2011.

<sup>111</sup> INEGI, 2002. Mais informações em <<http://www.inegi.gob.mx/>>.

<sup>112</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 57. Todas as citações contidas neste parágrafo.

<sup>113</sup> Dados obtidos através do quadro de índices de desenvolvimento humano por entidade federativa realizado em 2000 pela CONAPO.

as desigualdades, a marginalidade e a pobreza no México ainda persistiam. Aparício teria dito que a marginalidade afeta principalmente as comunidades e povos das zonas indígenas e rurais. Lourdes Godínez Leal afirma que, ao final da exposição, o diretor da Sedesol concluiu que 99% das localidades indígenas têm um alto ou muito alto grau de marginalização no México.<sup>114</sup>

O mapa dos índices de desenvolvimento humano por municípios mexicanos, realizado pela CONAPO, com base em resultados do XII Censo de População e Moradia de 2000, revela que os municípios que registraram um grau de desenvolvimento humano alto estão localizados principalmente no norte do país e nos espaços urbanos e metropolitanos; os municípios com grau de desenvolvimento médio alto estão em quase todo o território nacional e os municípios com grau de desenvolvimento humano médio baixo e baixo são, principalmente, aqueles que contam com uma importante presença indígena ou são habitados predominantemente por indígenas.

A partir da exposição desses dados, devemos considerar bastante acertada a declaração de Federico Navarrete Linares, em *Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México*, de que a discriminação étnica encontra-se atrelada às desigualdades no México. O antropólogo sustenta a tese de que “[...] as formas de discriminação ‘cromática’ e ‘cultural’ que imperam na sociedade mexicana serviram historicamente para construir, legitimar e acentuar as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os diferentes grupos que a integram”.<sup>115</sup> Infelizmente, o estado chiapaneco não foge à regra. De acordo com Figueiredo, “Chiapas é apenas um caso extremo da discriminação racial existente no México”<sup>116</sup>. Lá, até a eclosão da guerrilha, em janeiro de 1994, os indígenas deveriam ceder seus lugares nos ônibus aos brancos ou mestiços,<sup>117</sup> denuncia Igor Fuser.

Os grupos indígenas que sobreviveram às epidemias, à fome e às guerras logo após o impacto da conquista se reproduziram ao longo dos anos por meio de uma interação subordinada com os grupos dirigentes e as classes médias, conforme nos explica Otero. Como a reprodução de seus modos de vida (material e simbólico) dependia do acesso à terra, quando esse acesso ficou comprometido os povos indígenas não tiveram outra escolha a não ser

<sup>114</sup> GODÍNEZ LEAL, Lourdes. Localidades indígenas estão em 99% marginalizadas. **Adital**. México, 12 de Julho de 2007. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>115</sup> NAVARRETE LINARES, Federico. **Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México**. México, D.F: Faculdade de Filosofia e Letras – UNAN, 2007. p.6.

<sup>116</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo** - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 109.

<sup>117</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p.50.

assimilarem-se a sociedade mestiça.<sup>118</sup> Ainda que dessa assimilação decorra um intenso processo de mestiçagem, deve-se ter claro que as desigualdades se mantiveram. Diversas formas de sujeição que vigeram antigamente ainda persistem e, inclusive, têm sido agravadas com o desenvolvimento do capital.

Durante o período de colonização espanhola os povos indígenas viveram sob o regime comunal de propriedade, onde conseguiram reproduzir minimamente seus modos de vida (ainda que de uma nova maneira) e garantir seu sustento. Mas apesar da relativa autonomia desfrutada pelos indígenas, permaneceram asseguradas à coroa o controle social, político e econômico sobre as etnias subordinadas,<sup>119</sup> salienta o antropólogo mexicano Héctor Díaz-Polanco. Com as Reformas Liberais, as medidas adotadas pelos governos terminaram favorecendo a expropriação das terras indígenas e do clero forçando milhares de indígenas a converterem-se em *peones acasillados* (espécie de trabalho que resultava na escravidão por dívida).<sup>120</sup> Calcula-se que, aproximadamente, um quarto dos indígenas de Chiapas teria se convertido em *peones* ou *baldios* (trabalhadores das fazendas e de terras devolutas), entre 1826 e início da década de 1850.<sup>121</sup>

Nos oitocentos, apesar da alternância no poder, tanto liberais quanto conservadores insistiram em medidas que resultavam na apropriação privada das terras. De modo que, logo se formou uma pequena elite de latifundiários dedicados à pecuária extensiva que se valiam do trabalho dos *peones*.<sup>122</sup> Com o porfiriato verifica-se que a concentração de terras prosseguiu. O governo do general Porfirio Díaz (1876-1911) acelerou o desenvolvimento do capitalismo no país. Em Chiapas, muitas terras passaram a ser adquiridas com capital estrangeiro e destinadas à produção do café e à exploração da goma, borracha e madeira.<sup>123</sup>

Consuelo Sánchez explica que as aspirações liberais – que privilegiavam a propriedade privada e a concentração de terras – somente foram contidas com a legislação

---

<sup>118</sup> BARTRA, Armando e OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, La autonomía y la democracia. In: MOYO, Sam e YEROS, Paris (coord.) **Recuperando la tierra**. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/moyo/18BarOt.pdf>> Acesso em: jun. 2012. p.402.

<sup>119</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México: Siglo veintiuno editores, 2003. p.20.

<sup>120</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México: Editora Era, 2000. p.64-65.

<sup>121</sup> Ibid.,p.65

<sup>122</sup> PÓLITO BARRIOS, Elizabeth e GONZÁLES ESPONDA, Juan. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzales-polito.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>123</sup> Ibid.

agrária de 1917, fruto da Revolução Mexicana de 1910.<sup>124</sup> Ao comparar a partilha das terras com os outros estados da federação, verifica-se que no restante do país a partilha das terras caminhou, mesmo que vagorosamente, mas que em Chiapas não houve grandes avanços.<sup>125</sup>

Durante a gestão de Lázaro Cárdenas (1934-1940) a reforma agrária avançou um pouco na região. Diferente das políticas agrárias dos governos que o sucederam, a política agrária cadernista caracterizou-se por acelerar a entrega de terras – com água, créditos e ajuda técnica.<sup>126</sup> Por volta dos anos cinquenta verifica-se que a ausência de incentivos agrícolas, a desaceleração da partilha agrária, o desinteresse governamental pela produção em pequena escala e o apoio à produção para a exportação aliadas às medidas que favoreciam a concentração fundiária, contribuíram para o início de um complexo e intenso processo migratório na região. A insatisfação no campo cresceu e o governo na tentativa de contê-la e, ao mesmo tempo, não contrariar os interesses da oligarquia local, conhecida como “família chiapaneca”, o governo passou a incentivar a ocupação de terras menos férteis e fronteiriças situadas na região da Selva Lacandona, também conhecida como *Desierto del Lacandón*. Apesar dessa iniciativa, a insatisfação não cessou, pelo contrário aumentou ainda mais nos anos setenta, quando Echeverría (1970-1976) assinou um decreto presidencial entregando uma grande extensão de terras da Selva Lacandona para uma única étnica (lacandón), gerando descontentamento entre as outras etnias que habitavam a região e que haviam sido excluídas da partilha, como explica Gonzáles Casanova. Em sua opinião o decreto presidencial ocultava o interesse de grandes companhias pelas riquezas naturais da Selva Lacandona.

Por trás do decreto, havia um grande negócio de políticos e madeireiros. Todos se apresentaram como a Companhia Florestal Lacandona S. A. Esta se apressou em firmar um contrato com os “legítimos donos” da terra, adquirindo, assim, o direito de extrair, ao ano, 35 mil m<sup>2</sup> de madeira, o que equivale a dez mil árvores de cedro e de acajú.<sup>127</sup>

Nos anos setenta, a exarcebção da exploração capitalista intensificou os conflitos agrários no México. Por outro lado, contribuiu para a formação de diversas organizações indígenas e camponesas interessadas em recuperar a posse das terras.

---

<sup>124</sup> SÁNCHEZ, Consuelo. **Los Pueblos indígenas del indigenismo a la autonomía**. México, D.F: Ed. Siglo veintiuno editores, 1999, p.25.

<sup>125</sup> O governador de Chiapas emitiu um decreto protegendo o latifúndio, logo após ter sido nomeado para o cargo pelo presidente Álvaro Obregón (1920-1924).

<sup>126</sup> SÁNCHEZ, 1999, op. cit. p.20.

<sup>127</sup> GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Causas da rebelião em Chiapas. **Olho da História**. nº 3. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03casano.html>>. Acesso em: jun. 2010.

Desde 1970 há um processo de integração de novos territórios à exploração capitalista em Chiapas e este processo assume novas formas: a exploração de petróleo, a construção de hidroelétricas, a pecuária, o desenvolvimento de zonas turísticas, o crescimento de centros urbanos, fatores que aliados têm ocasionado no deslocamento de milhares de camponeses de seus modos de reprodução e desintegrado às pessoas de suas antigas relações de produção sem integrá-las a outras. [...] Isto resultou, em primeiro lugar, em uma crescente pressão sobre a terra e, como efeito disso, o agravamento das contradições de classe e o surgimento e radicalização do movimento camponês.<sup>128</sup>

Durante os anos noventa do século XX, a propriedade comunal novamente viu-se ameaçada. Como já foi dito anteriormente, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) encaminhou ao Congresso uma proposta – aprovada poucos meses depois – de modificação do artigo 27 da Constituição Federal. Neil Harvey explica que essa nova legislação agrária incorporava quatro mudanças significativas na legislação de 1917: o direito de comprar, vender, arrendar ou oferecer as terras comunais que conformam o *ejido* como garantia em transações econômicas; o direito de que fossem adquiridas por companhias privadas; o direito de investidores privados e *ejidatários* associarem-se e, por fim, a eliminação da constituição das sessões em torno do artigo 27 que permitiam aos camponeses solicitar a partilha de terras.<sup>129</sup>

Por que a rebelião zapatista nasceu em Chiapas? Certamente a questão da terra foi fundamental, mas é preciso ter claro que só ela não explica a insurgência. Para nós, o levante zapatista é fruto da combinação de vários fatores, tanto econômicos e materiais quanto culturais e políticos. Na verdade, esses fatores encontram-se atrelados. Acreditamos que durante séculos os indígenas estiveram submetidos a relações subordinadas. Com a globalização eles se depararam com novos dilemas, mas também com a renovação e acentuação de formas antigas de subordinação.

Por tudo o que foi dito, não é surpresa que o estado chiapaneco tenha gestado o movimento zapatista, tampouco que tenham sido os indígenas seus principais protagonistas. Alguns afirmam que Chiapas teria se transformado, nos últimos anos, no cenário perfeito para a insurgência de 1994. Harvey, por exemplo, alega que alguns atos teriam inclusive preparado a região para o levante de 1994.

---

<sup>128</sup> REYES RAMOS, Maria Eugenia. Aspectos Generales sobre el reparto agrario en Chiapas, ponencia presentada en el Primer Congreso Internacional de Mayistas, celebrado en San Cristóbal de las Casas, del 14 al 19 de agosto de 1989, p. 10. Apud. PÓLITO BARRIOS, Elizabeth e GONZÁLES ESPONDA, Juan. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzales-polito.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>129</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México. D. F.: Era, 2000. p. 198.

Dois anos antes do levantamento zapatista, duas manifestações chamaram bastante a atenção da sociedade: a mobilização conhecida como Xi'Nich (formiga que marcha em chol) e a celebração dos “500 anos de Resistência” (uma resposta às comemorações dos “500 anos do Descobrimento”). A marcha Xi'Nich, realizada em março de 1992, foi organizada por diferentes povos indígenas com o propósito de denunciar a repressão contra as populações indígenas e a inconstitucionalidade do Código Penal de Chiapas, conforme expõe Harvey. A marcha também se propôs a questionar as reformas do Artigo 27 da Constituição e as péssimas condições de vida dos indígenas mexicanos. Em pouco mais de seis semanas, foram percorridos mais de mil quilômetros de Palenque (cidade chiapaneca) até a Cidade do México (capital do país). Entre as exigências dos grupos indígenas, estava o julgamento de policiais que atuaram com violência durante uma reunião indígena realizada em Palenque, em dezembro do ano anterior.<sup>130</sup>

Mais de cem indígenas foram presos, e vários foram espancados e torturados. Para justificar a dissolução da manifestação, o governo se amparou em uma reforma ao Código Penal estatal instituída em 1989, cujos artigos 129 ao 135 qualificavam a participação em grandes protestos pacíficos como ameaça à ordem pública, sujeita à penas de dois a quatro anos de prisão.<sup>131</sup>

A manifestação em repúdio às comemorações do aniversário dos quinhentos anos do “Descobrimento da América” que estavam sendo organizadas não só pelos governos mexicanos, mas também pelos governantes de diversos países latino-americanos, foi sem dúvida bastante significativa. Em meados de 1992, milhares de indígenas mexicanos organizaram uma grande manifestação na antiga capital do estado chiapaneco, San Cristóbal de Las Casas. Chegando à praça central da cidade, os manifestantes denunciaram a repressão, a pobreza, os impactos da modernização no campo e um manifestante, sendo ajudado pelos demais, derrubou a estátua do conquistador Diego de Mazariego, símbolo de 500 anos de opressão. Para Nash, “este ato significou o fim da tolerância indígena por sua cidadania de segunda classe”.<sup>132</sup> Para Harvey esses episódios nada mais eram do que um ensaio geral para janeiro de 1994.

<sup>130</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México. D. F.: Era, 2000. p. 204-205.

<sup>131</sup> Ibid., p. 205.

<sup>132</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.169.

## 2.1. Tomar as armas.

Depois de várias tentativas frustradas, os indígenas zapatistas<sup>133</sup> decidiram pegar em armas para serem escutados. Através do seu boletim informativo, chamado *El Despertador Mexicano*, eles relataram que estavam cansados de serem tratados com descaso. O texto diz o seguinte: “caminhamos centenas de anos pedindo e crendo em promessas que nunca se cumpriram, sempre nos disseram que fôssemos pacientes e que soubessemos esperar por tempos melhores. [...] E vimos que não, tudo segue igual ou pior como no tempo de nossos avós e nossos pais”.<sup>134</sup> Diante da descrença com a via pacífica, os zapatistas enxergaram na ofensiva militar uma alternativa para terem seus reclames atendidos.<sup>135</sup> A princípio, o projeto insurgente pareceu uma loucura e, por esse motivo, não foi aceito por todos os indígenas.<sup>136</sup> Mas foi confirmado, apesar das opiniões contrárias, pela grande maioria, depois de uma longa e demorada consulta às comunidades indígenas nos anos que antecederam o levante. Na realidade, os indígenas chiapanecos somente aceitaram a ideia de organizar um levantamento armado porque se sentiram ameaçados pelas mudanças introduzidas pela globalização neoliberal. Fizeram, então, da resistência sua forma de vida,<sup>137</sup> nas palavras do historiador Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto.

Mas como teriam conseguido o armamento necessário para a insurgência se apostavam na luta pacífica? Em entrevista concedida ao jornalista Pedro Ortiz,<sup>138</sup> o subcomandante Marcos explicou que grande parte do armamento necessário para a constituição do exército insurgente, batizado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), uma clara referência ao herói da Revolução Mexicana de 1910, Emiliano Zapata, chefe militar do Exército Libertador do Sul, que liderou centenas de camponeses durante a ditadura do General Porfírio Díaz (1876-1910), teria sido obtida durante as disputas por terras entre os indígenas e as milícias armadas comandadas pelos fazendeiros da região, conhecidas como *guardias blancas*. O restante do armamento foi adquirido com os próprios camponeses (que as empregavam para a proteção e caça) ou através do comércio de armas com o próprio

<sup>133</sup> Embora diversos autores prefiram identificá-los como neozapatistas, para diferenciá-los dos zapatistas de 1910, nós preferimos chamá-los de zapatistas, sendo fiel ao modo pelo qual os rebeldes se identificam.

<sup>134</sup> EL DESPERTADOR MEXICANO. **Órgão Informativo do EZLN**, México, No.1, dezembro de 1993. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>135</sup> Na concepção de Figueiredo, a guerra teria sido apenas o espetáculo forjado pelos zapatistas para chamar a atenção da sociedade para a questão indígena, pois o conflito já existia.

<sup>136</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona, Plaza & Janés, 1997. p. 27.

<sup>137</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007. p. 71.

<sup>138</sup> ORTÍZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. **Zapatistas** – a velocidade do sonho. Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006. p. 169.

exército mexicano, que supunham comercializá-las com traficantes. De acordo com Igor Fuser, diferente de outros levantes,

o poder de fogo dos zapatistas foi construído sem assaltos a bancos (como na guerrilha urbana brasileira), sem ajuda cubana (como em El Salvador), sem sequestros de empresários (como na Colômbia) e sem a associação com traficantes de drogas (principal fonte de recursos de Sendero Luminoso, no Peru).<sup>139</sup>

Há poucos documentos sobre a organização do exército insurgente. Sabemos apenas que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) possui insígnias, uniforme, hino, bandeira, comando central e uma organização hierárquica como um exército qualquer. Igor Fuser confirma nossas afirmações. Segundo esse jornalista, os membros deste exército recebem “[...] adestramento militar e obedecem a uma hierarquia interna claramente definida, com patentes similares às de qualquer exército: comandantes, subcomandantes, majores, capitães, tenentes, sargentos e recrutas”.<sup>140</sup>

Podemos defini-lo como uma estrutura político-militar, formada por representantes indígenas de todas as etnias que compõem o movimento zapatista (tzeltales, tzotziles, tojolabales, choles, zoques, mames e alguns mestiços). Martínez Espinoza nos explica que o exército insurgente é dirigido pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena-Comando Geral (CCRI-CG) – sua instância máxima – e também que representa apenas a parte político-militar de algo mais amplo, o movimento zapatista.<sup>141</sup> Apesar dessa diferenciação de suma importância, não observamos qualquer impedimento em empregá-los como termos sinônimos, porque, como veremos no decorrer desse trabalho, o exército insurgente esteve à frente do movimento zapatista (tomando as decisões não só militares, mas também as políticas) até 2003, quando abdicou do papel político em favor das Juntas de Bom Governo (JBG).

Embora seja bastante comum, em artigos jornalísticos e também em trabalhos acadêmicos, associar o subcomandante Marcos à liderança dessa organização, os indígenas insistem em destacar que o comando do exército insurgente lhes pertence. Durante uma grande manifestação em frente ao Congresso Federal, conhecida como *Marcha del Color de la Tierra* (2001), a comandante Esther disse: “alguns pensaram que esta tribuna seria ocupada pelo *sub Marcos* e que seria ele quem daria a mensagem central dos zapatistas. Como podem ver não é assim.” Esther, uma das quatro mulheres indígenas que fazem parte do comando

<sup>139</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p.106.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>141</sup> MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. Autonomía de resistência. Análisis y caracterización de la autonomía en las juntas de buen gobierno del movimiento zapatista. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela, Espanha, 2007, ano/vol.6, nº 001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/380/38060107.pdf>> Acesso em: dez. 2010.



geral do EZLN, prosseguiu: “o *subcomandante insurgente Marcos* é isso, um *subcomandante*. Nós somos os comandantes, os que juntos mandamos, os que mandam obedecendo a nossos povos.<sup>142</sup> O longo caminho de resistência demonstra que o subcomandante Marcos desempenhou um papel importantíssimo dentro do zapatismo. Além de porta-voz dos indígenas, grande ensaísta, o subcomandante (único mestiço do exército insurgente) também atuou como um tradutor cultural, realizando uma espécie de ponte entre os diferentes modos de apreender e compreender a realidade. Mas dentro da dirigência do exército insurgente, ele ocupou mais um dos vários cargos que conformam o EZLN.

Dando continuidade a nossa argumentação sobre o EZLN, é importante esclarecer que vários autores assinalaram em seus trabalhos o envolvimento de outros grupos na constituição do exército insurgente. Esses pesquisadores destacam, sobretudo, o papel de diversas comunidades indígenas na formação desse exército; o envolvimento da Igreja Católica (representada pelo Bispo Samuel Ruíz da Diocese de San Cristóbal) na mobilização dos povos indígenas por volta dos anos setenta do século XX e a participação de um pequeno grupo de guerrilheiros pertencentes às chamadas Forças de Libertação Nacional (FLN)<sup>143</sup> na composição do EZLN. Como podemos observar nesta passagem de Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto, o EZLN representaria a fusão desses três elementos:

[...] um movimento indígena organizado e politizado com lideranças experientes e muitas vezes de inspiração maoísta; o imenso trabalho de conscientização política de catequizadores e educadores inspirados pela Teologia da Libertação e o núcleo guerrilheiro, instalado em Chiapas desde 1983, que fazia parte de uma organização mais antiga e de porte nacional: as Forças de Libertação Nacional.<sup>144</sup>

Alguns teóricos questionaram essa interpretação por julgarem que ela diminui a importância dos indígenas na formação do EZLN. Nós não entendemos dessa maneira. Ainda que esses três elementos (grupos étnicos, Igreja Católica e a FLN) façam parte da constituição do EZLN, deve-se considerar que os longos anos de conflito e a proximidade com a realidade indígena tornaram o exército insurgente singular. Ademais, o próprio subcomandante Marcos reconheceu, durante entrevista concedida ao sociólogo francês Yvon Le Bot, a presença das Forças de Libertação Nacional (FLN) na constituição do EZLN. Marcos esclareceu que a influência da FLN, bem como de outros movimentos revolucionários latino-americanos,

<sup>142</sup> ESTHER. **Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión**. México, 28 de março de 2001. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx> Acesso em: jun. 2012.

<sup>143</sup> Organização clandestina e armada, nascida em 1969, um ano após o massacre de estudantes e civis na Praça das Três Culturas na cidade de Tlatelolco, que buscou refúgio nas montanhas chiapanecas, durante os anos oitenta, para fugir da repressão do governo mexicano.

<sup>144</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007. p.108.

esteve presente na utilização de alguns de seus símbolos e no emprego de alguns de seus elementos no discurso zapatista. O subcomandante explicou que “os conceitos de socialismo, luta de classes, ditadura do proletariado, estiveram presentes durante muito tempo nos textos e nas declarações de alguns membros do EZLN, ou suas imediações, antes de se dissiparem completamente ou serem diluídos”.<sup>145</sup> Marcos atribuiu esse afastamento exclusivamente à aproximação do grupo guerrilheiro com a realidade das comunidades que habitavam a região. Esclareceu que foi preciso aprender a viver no ambiente hostil da montanha e a conviver com as culturas, formas de luta e organização indígena.

Assim nasceu o exército insurgente, conhecido mundialmente em primeiro de janeiro de 1994, quando centenas de homens e mulheres, a maioria com armas em punho e os rostos cobertos, tomaram diversas cidades de Chiapas, enquanto todos comemoravam a entrada do novo ano. A mesma data escolhida para a insurgência zapatista marcava o início da vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC ou NAFTA), um acordo econômico selado entre o Canadá, os Estados Unidos da América e o México, repudiado pelos indígenas zapatistas. Diversos documentos e pronunciamentos do EZLN demonstraram que essa coincidência de datas não era fruto do acaso, mas que se tratava de uma escolha intencional. Nas palavras de Fuser, o dia primeiro de janeiro representava para os insurgentes “o dia da revanche”.<sup>146</sup>

Encontramos uma descrição detalhada sobre a “revanche” zapatista no trabalho do historiador Carlos Tello Díaz. De acordo com esse historiador, inicialmente os insurgentes ocuparam os centros urbanos dos municípios de Altamirano, Chanal, Ocosingo, San Cristóbal e Las Margaritas e em seguida se dirigiram para regiões menos habitadas.<sup>147</sup> No município de Ocosingo, os zapatistas tomaram as instalações da rádio XEOCH e leram em tzeltal à população mexicana as demandas contidas em sua primeira declaração pública, a Declaração da Selva Lacandona, que pouco tempo depois seria divulgada no boletim informativo do movimento.<sup>148</sup>

Depois do pronunciamento na rádio, por volta das seis horas da manhã, os rebeldes entraram na casa de uma família tradicional de latifundiários. Os Solórzano, ao lado de outras poucas famílias, “formavam a nata da sociedade em Ocosingo”,<sup>149</sup> nas palavras de Tello Díaz. Naquela manhã, os zapatistas levaram os homens dessa família e atearam fogo na casa, junto

---

<sup>145</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p. 30. (Grifos e acréscimos nossos).

<sup>146</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p. 50.

<sup>147</sup> TELLO DÍAZ, Carlos. **Chiapas**. La rebelión de las Cañadas. Madri: Acento Editorial, 1995. p. 187-190.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 20-21.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p.21.

de cinco carros e duas caminhonetes, que estavam estacionados na garagem.<sup>150</sup> De acordo com o relato de Tello Díaz, neste mesmo dia, foram destruídos alguns órgãos públicos, o escritório da Associação de Pecuaristas e realizados saques em alguns estabelecimentos - uma sucursal do banco Banamex, uma loja de sapatos, uma de roupas e um depósito da Coca-Cola. Tello Díaz alega que o restante dos estabelecimentos (mercearias, restaurantes e papelarias) foram poupados e que a população que participava dos saques não foi molestada.<sup>151</sup> Ao acompanharmos a narrativa de Tello Díaz, percebemos que os zapatistas foram compassivos com a população que acompanhava a ofensiva militar, mas implacáveis com os símbolos da autoridade mexicana, do poderio norte-americano, da injustiça no campo e na cidade.

Chanal teria sido ocupada por aproximadamente cem guerrilheiros antes mesmo da celebração da meia noite, segundo o relato de outro importante historiador. Guilherme Gitahy de Figueiredo diz o seguinte: “houve tiroteio no escritório da Segurança Pública e na Prefeitura, e morreram um comandante da polícia e um professor que, tentando escapar em meio à confusão, foi alcançado pelos disparos.”<sup>152</sup> Figueiredo afirma que a “batalha mais dura” ocorreu em Ocosingo, mas que teria sido em Las Margaritas o lugar onde o exército insurgente teria sofrido “baixas muito significativas”. Segundo este historiador, morreu nesta cidade um dos guerrilheiros das FLN que ocuparam a Selva Lacandona na década de oitenta e ajudaram a formar o EZLN.<sup>153</sup>

Na antiga capital de Chiapas, San Cristóbal de Las Casas, órgãos públicos foram ocupados e alguns presos foram libertos. No povoado de Oxchuc, um dos mais importantes nas montanhas dos Altos, “todos os escritórios vinculados ao governo foram destruídos – o Palácio Municipal, o Registro Civil, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), a sede da Companhia Nacional de Subsistências Populares (Conasupo), a CNC, o *Comisariado de bienes comunales*”.<sup>154</sup>

Como reação à insurgência zapatista, o governo mexicano organizou uma ampla ofensiva militar e não hesitou em bombardear a região do levante.<sup>155</sup> O exército mexicano formado por poucos homens foi reforçado e em poucos dias reuniu entre 12 a 15 mil

<sup>150</sup> TELLO DÍAZ, Carlos. **Chiapas**. La rebelión de las Cañadas. Madri: Acento Editorial, 1995. p. 21.

<sup>151</sup> Ibid., p. 21-22.

<sup>152</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo** - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p.176.

<sup>153</sup> Ibid. p. 176-177.

<sup>154</sup> TELLO DÍAZ, op. cit. p. 22-23.

<sup>155</sup> CECEÑA, Ana Ester. Pela humanidade e contra o neoliberalismo – Linhas centrais do discurso zapatista. In.: SEONE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências Mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001, p.189.

homens.<sup>156</sup> Aos poucos o governo foi retomando o controle do território e passou a proibir a imprensa de divulgar informações sobre a zona de conflito. Segundo Igor Fuser, a tentativa desesperada do governo em esconder o problema do mundo foi um fracasso. Turistas que estavam na região divulgaram várias fotos do conflito, muitas delas bastante comprometedoras.<sup>157</sup> Em pouco tempo surgiram denúncias de tortura e execuções sumárias.<sup>158</sup> Logo o conflito ganhou o mundo.

A sociedade civil apoiou as demandas dos rebeldes, mas exigiu o fim da violência e uma saída negociada e dialogada para o conflito. Pressionado, Salinas decidiu anunciar o cessar fogo e os insurgentes viram-se obrigados a abandonar a estratégia militar. Depois deste episódio, o movimento zapatista mudou de posicionamento. Os zapatistas se aproximaram da sociedade civil, ampliaram os espaços democráticos (promoveram diálogos, consultas públicas, fóruns de discussões), construíram redes de solidariedade e investiram na publicização de suas demandas, avançando sobre outras esferas da luta política. Buscava-se a adesão e o apoio político de diversos setores da sociedade civil nacional e internacional à luta indígena. Uma articulação fundamental para a sobrevivência da luta zapatista, nas palavras de Pedro Ortiz:

Talvez, sem essa combinação de resistência das comunidades e das bases indígenas do EZLN com a articulação de uma ampla rede de relações políticas e de solidariedade nacional e internacional, o movimento zapatista já teria sido mortalmente golpeado pelo governo e o exército mexicano.<sup>159</sup>

Com o fim da fase militarista, a palavra assumiu um papel de destaque, adquiriu grande importância para a luta zapatista. Os zapatistas, cada vez mais, concentraram suas ações nos discursos, travando uma luta também no campo das representações. Segundo os insurgentes, os indígenas mexicanos que ao longo dos anos foram “obrigados a escutar, a obedecer, a aceitar, a resignarem-se tomaram a palavra e falaram da sabedoria que há em seus passos”.<sup>160</sup> A intenção era romper com “a imagem do índio ignorante, covarde e ridículo, que o poder havia decretado para consumo nacional,”<sup>161</sup> recuperando dessa maneira o orgulho e a dignidade indígena, mas também a possibilidade de contar ao mundo à sua versão da história.

<sup>156</sup> Dados numéricos e cronológicos podem ser obtidos em: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel. **As raízes do Fenômeno Chiapas**. O Já Basta da resistência Zapatista. São Paulo, 2002.

<sup>157</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p. 56.

<sup>158</sup> Ibid. p. 56.

<sup>159</sup> ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. **Estudos avançados**. 19(55), 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf>> Acesso em: dez. 2010. p. 179.

<sup>160</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva de Lacandona**. México, janeiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>161</sup> Ibid.

Pedro Ortiz, em *A Velocidade do Sonho*, chegou a mencionar que a força da palavra em lugar dos fuzis sempre foi a preferência da guerrilha. Ele explica que desde o início o movimento demonstrou preocupação em tornar públicas suas demandas e suas motivações. Primeiro através da divulgação de suas demandas em boletins informativos ou por meio do rádio (como averiguamos na narrativa de Tello Díaz), depois “valendo-se dos recursos tecnológicos da virada do século.”<sup>162</sup> Os zapatistas, com a ajuda da sociedade civil, conseguiram ampliar seus espaços cognitivos, chegando, inclusive, a ocupar espaços impensáveis anteriormente (o espaço cibernético).

Figueiredo chama nossa atenção para outra questão: o grande volume de documentos produzidos pelo movimento. De acordo com Figueiredo, o movimento produziu 107 textos entre os meses de janeiro a julho de 1994, o equivalente a uma média de um texto escrito a cada dois dias. Um volume muito grande, em sua opinião, principalmente porque os textos assinados pelo CCRI-CG tinham que ser discutidos entre as várias etnias que formam o movimento zapatista antes de serem aprovados pelo Comitê.<sup>163</sup> Realmente um volume considerável.

Surpreendentemente, o que mais chamou a atenção das pessoas não foi o volume de informações produzidas e transmitidas pelos rebeldes, mas a característica dos textos produzidos pelo movimento. Nas palavras de Figueiredo, “os comunicados zapatistas se tornaram célebres pelo senso de humor e o uso de recursos de estilo literário, que os distinguiam dos textos políticos típicos, sérios e pretensamente racionais, a que o público estava acostumado”.<sup>164</sup> Os escritos zapatistas se destacavam diante dos escritos políticos tradicionais, porque a linguagem empregada geralmente era simples, “*una palabra sencilla*”, como diriam os insurgentes, capaz de conciliar elementos estilísticos da tradição ocidental com valores e visão de mundo partilhados pelos indígenas.<sup>165</sup>

Para Hilsenbeck, os personagens literários criados pelo subcomandante Marcos foram os grandes responsáveis por tal façanha. No seu entendimento, esses personagens realizaram “algo como uma ponte em que se encontram dois mundos de matriz civilizatória distintas – o ocidental capitalista e o indígena – mas muito iguais na exploração e na miséria impostas pelo capital.” Os personagens, segundo Hilsenbeck, teriam “por propósito a decodificação de uma determinada linguagem e uma determinada realidade para outra.” No seu entendimento, “tal

<sup>162</sup> ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. *Estudos avançados*. 19(55), 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf>> Acesso em: dez. 2010. p. 179.

<sup>163</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A Guerra é o Espetáculo* - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 197.

<sup>164</sup> Ibid., p.197.

<sup>165</sup> Ibid.,p. 198.

fato não apenas resgata e ressignifica aspectos da cultura secular de resistência indígena, mas, principalmente, auxilia na compreensão das táticas e estratégias desenvolvidas pelos zapatistas na condução de suas lutas.”<sup>166</sup> Dos personagens presentes nos discursos zapatistas, dois se destacam: Durito (grilo falante), personagem fictício criado por Marcos para explicar o contexto político, em termos compreensíveis, a uma menina de dez anos de idade e o Velho Antonio (indígena), personagem real e a principal fonte do subcomandante sobre o mundo indígena.<sup>167</sup>

Durante o curso da luta, os rebeldes se questionaram sobre como iriam superar as barreiras geográficas para dialogar com a sociedade civil e sobre como tornar sua produção discursiva conhecida por um número maior de pessoas. Nada melhor do que a imprensa para tornar algo público, foi o que pensaram os insurgentes. Ao contrário do que se espera de um grupo que desejava conseguir uma ampla publicidade, os rebeldes decidiram que não procurariam todos os meios de comunicação para divulgar os seus textos. Figueiredo esclareceu que “embora o EZLN tivesse interesse na mais ampla cobertura jornalística possível, e procurasse abrir os seus territórios para todos ou quase todos os meios de comunicação, adotou a tática de elevar alguns meios a interlocutores privilegiados,”<sup>168</sup> Segundo o historiador, foram escolhidos apenas quatro meios de comunicação: três de circulação nacional e um de circulação local. As escolhas foram devidamente justificadas pelo comando geral do EZLN e divulgadas em um comunicado endereçado à imprensa. Neste comunicado, os insurgentes justificaram suas preferências demonstrando que a escolha pelos canais informativos não havia sido aleatória. A experiência dos indígenas em décadas anteriores foi o motivo apontado pelos zapatistas para a escolha do jornal chiapaneco *Tiempo*. Os jornais *La Jornada*, *El Financiero* e a revista semanal de divulgação nacional *Proceso* foram escolhidos por possuírem políticas editoriais plurais, com espaço para várias correntes ideológicas e interpretações da realidade. O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena elogiou a objetividade do jornal *Proceso* e o empenho dos jornalistas do *La Jornada* em ir buscar informações em seus locais de origem e exaltou a profundidade analítica do jornal *El Financiero*. Figueiredo relata que mesmo com o passar dos anos, Marcos continuou

---

<sup>166</sup> HILSENBECK, Alexandre M. Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. **Passa Palavra**. 2009. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=2677> > Acesso em: abr. 2011.

<sup>167</sup> Em entrevista concedida a Yvon Le Bot, Marcos esclarece que o velho Antonio de fato existiu. Eles teriam se conhecido em 1984, pouco depois de Marcos ter ocupado a Selva Lacandona. Segundo o insurgente, o velho, que morreu de tuberculose, em junho de 1994, contribuiu significativamente com o contato entre guerrilheiros e comunidades indígenas.

<sup>168</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo** - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 198.

privilegiando os órgãos citados acima, embora tivesse anunciado que o EZLN iria ampliar o número de interlocutores.<sup>169</sup>

A estratégia adotada pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - CCRI-CG revelou-se bastante exitosa. Os insurgentes permaneceram por muito tempo na mídia e despertaram o interesse de várias pessoas em sua causa. Depois de ampliarem seu espaço na imprensa, os insurgentes ocuparam um espaço novo. Tratava-se de algo tão novo e inusitado, segundo o subcomandante Marcos, que parecia inimaginável que fosse ocupado por um grupo de rebeldes. Marcos, em entrevista concedida a Yvon Le Bot, explica que o mundo cibernético, era um terreno novo e que ainda não havia sido ocupado por nenhuma força contestatória. Durante a entrevista o subcomandante alega que, em sua concepção, esse espaço permaneceu por tanto tempo desocupado, porque no mundo globalizado esperava-se que a Internet deveria cumprir apenas objetivos comerciais e não humanitários, mas que felizmente os zapatistas e outros grupos teriam descoberto que a Internet poderia ser utilizada para subverter a ordem estabelecida.<sup>170</sup>

Manuel Castells, em *A estratégia de comunicação dos zapatistas: a Internet e os media*, atribui uma grande parcela do sucesso que os zapatistas conquistaram à estratégia de comunicação adotada pelo movimento. Em suas palavras,

um elemento essencial nesta estratégia foi o uso das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador, pelos zapatistas, visando tanto difundir as suas mensagens de Chiapas para o mundo (embora essas mensagens provavelmente não tenham sido transmitidas da floresta) como organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade que literalmente condicionaram as intenções repressivas do governo mexicano [...].<sup>171</sup>

De fato, o emprego dos recursos tecnológicos desempenharam um papel fundamental na “guerra contra a desinformação”.<sup>172</sup> O uso da tecnologia tornou os zapatistas conhecidos mundialmente e por um número maior de pessoas. Também facilitou a divulgação de denúncias contra as constantes ameaças do exército mexicano aos indígenas. Castells nos conta que a internet foi importante principalmente na criação de uma rede solidária em escala mundial e na limitação de condutas violentas por parte do Estado. Em suas palavras:

a utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas divulgarem informações e a sua causa por todo o mundo de forma praticamente instantânea e

<sup>169</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo** - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p.198-199.

<sup>170</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p.148.

<sup>171</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.97.

<sup>172</sup> ORTÍZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. **Zapatistas** – a velocidade do sonho. Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006. p.34.

estabelecerem uma rede de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de utilizar a repressão em larga escala.<sup>173</sup>

Como os zapatistas não disfrutavam do aparato tecnológico necessário, nem de condições seguras para alimentar as páginas eletrônicas sobre o zapatismo, eles contaram com a ajuda de vários simpatizantes do movimento – ativistas de direitos humanos, movimentos sociais alternativos, organizações não governamentais, por exemplo. Como os textos conseguiam chegar às mãos desses simpatizantes ou da imprensa? Hilsenbeck nos explica que “na verdade são «mensageiros» do EZLN, indígenas que conhecem muito bem a região, que levam os comunicados e discursos através das trilhas, para burlar o cerco do Exército, para jornais, centros de mídia, revistas e outros canais independentes de comunicação”.<sup>174</sup>

Esses fatos, somados à surpreendente capacidade de comunicador e de conhecedor dos meios de comunicação do subcomandante Marcos, rapidamente transformaram o EZLN em um importante fenômeno comunicacional ou *midiático*, na concepção de Ortiz.<sup>175</sup> Influenciado pelo artigo de Dee Dee Halleck, intitulado *Zapatistas on-line*, Ortiz chega a mencionar que Marcos teria se tornado o primeiro *super-herói da Internet*. A expressão, cunhada originalmente por Halleck, após a análise do uso da internet pelos zapatistas, revela o alcance surpreendente que o movimento adquiriu com a mídia eletrônica.

Em seu artigo, Hilsenbeck explica que a experiência comunicativa e midiática zapatista suscitou um caloroso debate sobre o papel da comunicação no conflito. A dúvida que pairava no ar dizia respeito à materialidade do conflito, uma vez que os zapatistas estavam se afastando cada vez mais do conflito armado. O que muitos queriam saber era se a guerra zapatista teria se convertido em uma guerra de palavras. De acordo com Hilsenbeck, esta polarização, presente na bibliografia sobre o EZLN, segue duas frentes: “de um lado, estudiosos defendendo a substituição gradual de uma guerra armada por um conflito eletrônico, de palavras, símbolos e legitimidades; de outro lado, teóricos ressaltando a efemeridade destas práticas e recolocando a pura materialidade bélica do conflito”.<sup>176</sup> No nosso entendimento, embora esses posicionamentos sejam distintos, eles não precisam, necessariamente, ser auto-excludentes. Acreditamos que a substituição gradual da guerra armada pela guerra de palavras não torna o conflito “virtual”. As disputas situam-se também

<sup>173</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.98.

<sup>174</sup> HILSENBECK, Alexandre M. Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. **Passa Palavra**. 2009. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=2677>> Acesso em: abr. 2011.

<sup>175</sup> ORTÍZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. **Zapatistas** – a velocidade do sonho. Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006. p.28-29.

<sup>176</sup> HILSENBECK, Alexandre M. Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. **Passa Palavra**. 2009. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=2677>> Acesso em: abr. 2011.



no campo das representações sociais. Ademais, Chiapas continua sendo cenário de uma guerra, não nas mesmas dimensões da guerra iniciada em 1994, mas ela existe. Alguns autores, inclusive, a identificam como uma guerra de baixa intensidade, caracterizada pela articulação de várias frentes de luta e pela presença insistente de grupos militares e paramilitares nas regiões de conflito. Além disso, é preciso esclarecer que esse distanciamento não inibe um conflito armado, motivo pelo qual o EZLN até hoje não foi desfeito.

Para o subcomandante Marcos a presença dos zapatistas na era digital não é o seu feito mais inovador. No seu entendimento, a novidade do movimento “está em uma redimensionalização da palavra política que, paradoxalmente, se vira para olhar para trás”.<sup>177</sup> Parece-nos correta a afirmação do subcomandante. De fato, o movimento zapatista é bastante inovador em muitos outros aspectos e o espaço digital é apenas um dos vários espaços conquistados pelos zapatistas ao longo de sua luta.

## 2.2. Aqui estamos.

Desde sua primeira aparição pública, em janeiro de 1994, os zapatistas fizeram questão de destacar o caráter étnico de seu movimento, mesmo que no início do conflito não tenham apresentado à sociedade demandas específicas sobre direitos e cultura indígenas. No relato que pouco tempo depois ficaria conhecido como a Primeira Declaração da Selva Lacandona, eles disseram: “somos produto de 500 anos de luta”.<sup>178</sup>

Embora não existissem dúvidas a respeito da base indígena do movimento, mesmo porque as características físicas dos combatentes tornavam ainda mais evidente a sua ascendência étnica, foram levantadas suspeitas quanto à sua legitimidade. Em geral, os discursos produzidos por governantes, funcionários do governo, alguns intelectuais e analistas políticos afirmavam que a insurgência zapatista era fruto da manipulação das comunidades indígenas por grupos não indígenas. Segundo o sociólogo francês Yvon Le Bot, Octávio Paz foi um dos principais expoentes desse tipo de argumentação. Para o literato, o levante armado de 1994, nada mais era do que o resultado da ação de comunidades manipuláveis e manipuladas por grupos externos,<sup>179</sup> concluiu Le Bot.

---

<sup>177</sup> LE BOT, Yvon e MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p.149.

<sup>178</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

<sup>179</sup> LE BOT, Yvon e MARCOS, op. cit. p.5.

De acordo com o antropólogo Hector Díaz-Polanco, era possível identificar dois padrões explicativos para o levantamento de Chiapas. O primeiro explicava a insurgência como resultado *direto* da atividade de grupos externos às comunidades indígenas. O segundo apelava para a desqualificação da atuação dessas comunidades no levante. Por um lado, presumia-se que os indígenas seriam incapazes de organizar a si próprios, de construir uma organização política e militar e até mesmo de falar por si mesmos de suas necessidades. Por outro lado, atribuía-se aos povos indígenas um tipo específico de demandas – pequenos créditos, escolas, moradia, trabalho – todas vinculadas às suas existências concretas, tornando os questionamentos dirigidos ao modelo econômico e à organização política da nação, ilegítimos. Em geral, os indígenas seriam nada mais nada menos do que “sujeitos enganados pela astúcia de seus incitadores”,<sup>180</sup> explica o antropólogo.

Marcos transformar-se-ia no principal “suspeito” de manipular os indígenas. Sua habilidade como orador e ensaísta, assim como sua capacidade de liderança e de persuasão foram destacadas em diversas ocasiões para justificar a acusação. O principal porta-voz dos indígenas, por ser mestiço, também foi acusado de ser um impostor. Mas, ao contrário do que se esperava, o subcomandante foi adquirindo prestígio na sociedade. Em pouco tempo, Marcos se tornou uma figura importante tanto dentro quanto fora do movimento. De acordo com Yvon Le Bot, Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000), acreditando que poderia destruir o mito criado em torno do subcomandante, anunciou publicamente a “verdadeira” identidade do insurgente. Marcos seria um ex-aluno de Filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), nascido em 1957, chamado Rafael Sebastián Guillén Vicente.<sup>181</sup>

Marcos jamais reconheceu publicamente a identidade que lhe atribuíram e durante entrevistas sempre procurou demonstrar a inutilidade de tais especulações, preferindo enfatizar a identidade coletiva que assumiu ao ingressar no EZLN, esclarece Le Bot. Quanto às acusações de que não era indígena, sempre respondia dizendo que nunca afirmou sê-lo.<sup>182</sup> De fato, o subcomandante Marcos, assim como outros integrantes do movimento zapatista, não é indígena. Mas, como prefere salientar o antropólogo José Begoa, “muitos outros são e a base que se mobilizou o é majoritariamente”.<sup>183</sup>

<sup>180</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México. D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2003. p.151-154.

<sup>181</sup> LE BOT, Yvon e MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p.6-7.

<sup>182</sup> DÍAZ-POLANCO, op. cit. p.6.

<sup>183</sup> BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. México. D.F. Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 101.

Perguntamos, então, qual seria o fundamento dessas alegações? Assim como o antropólogo Hector Díaz-Polanco, acreditamos que tais alegações possuem um substrato discriminatório, na medida em que recorrem a argumentações preconceituosas em relação aos povos indígenas para sustentar a tese de sua incapacidade política e organizativa.

Federico Navarrete Linares, historiador e antropólogo, explica que mesmo não sendo reconhecida, a discriminação contra os povos indígenas está presente na sociedade mexicana e, inclusive, assumiu uma dimensão pública ao ser institucionalizada através de políticas governamentais e reformas legais.<sup>184</sup> Navarrete Linares se refere à política indigenista do século XX, uma política governamental formulada por não indígenas interessada na assimilação cultural do indígena à nação.

José Bengoa, antropólogo chileno, salienta que os indígenas mexicanos estiveram *invisibilizados* no interior dos Estados Nacionais. Mesmo durante a composição da identidade nacional mexicana, quando alguns elementos identitários dos indígenas foram recuperados, fica claro que foram empregados em sua forma clássica, ou seja, atendendo perspectivas essencialistas e figurativas, se reportando a um passado pré-hispânico glorioso e ignorando os elementos característicos dos indígenas contemporâneos.<sup>185</sup> Em outras palavras, o indígena morto era fonte de orgulho, enquanto o indígena vivo seguiu sendo motivo de vergonha e alvo de discriminação.

Se de fato o nacional recobriu o étnico é bem verdade que não conseguiu suprimi-lo. Nas últimas décadas, nasceram movimentos sociais e organizações de caráter étnico, em diversos países da América Latina, contrariando as perspectivas que apostavam na superação da problemática indígena. De maneira geral, esse processo de revitalização dos movimentos étnicos, iniciado nos final dos anos setenta, experimentou o ápice nos noventa do século XX. Consuelo Sánchez, em *Los pueblos indígenas: del indigenismo a la autonomía*, identifica três tipos de organizações e movimentos indígenas que surgiram nesse período: as que acentuaram sua condição étnica, buscando filiações e lealdades étnicas, no intuito de atribuir legitimidade aos seus reclames; as que insistiram em sua condição de classe, centrando suas demandas na luta pela terra e por apoio estatal; e, por fim, as que sublinharam sua dupla condição (étnica e de classe).

De acordo com José Bengoa, essa onda contemporânea de mobilizações no continente americano, conhecida como “emergência indígena”, contou com a ajuda de um lento e

---

<sup>184</sup> NAVARRETE LINARES, Federico. **Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México**. México, D.F: Faculdade de Filosofia e Letras – UNAN, 2007. p. 4-5.

<sup>185</sup> REINA, Letícia. **La construcción del indio y la nación en el México del siglo XX**. Porto Alegre: VII RAM, 2007. p.11.

gradual processo de (re)construção de identidades aparentemente extintas. Segundo Bengoa, os indígenas que haviam perdido há muito tempo signos exteriores de sua identidade como as vestimentas, o idioma e as tradições; que haviam abandonado e até “esquecido” suas identidades, decidiram (re)construí-las. Isso quer dizer que passaram a buscar em suas raízes elementos culturais e simbólicos que os identificassem. Certamente, as novas identidades indígenas que surgiram desse processo de (re)construção, identificado pelos antropólogos como etnogênese,<sup>186</sup> não são idênticas as identidades do passado. Mesmo que as identidades de antigamente ofereçam conteúdo simbólico para a identificação social dos indígenas do presente, elas não serão iguais. Estamos querendo dizer que não são, nem podem ser iguais, porque as identidades são construtos sociais, ou seja, ocorrem em contextos e momentos históricos determinados.<sup>187</sup> Nesse sentido, as novas identidades indígenas, não devem ser confundidas como um mero resgate de antigas identidades rurais que foram perdidas, mas como identidades “re-criadas.”<sup>188</sup> Estamos falando de “*novas representações coletivas da identidade*”,<sup>189</sup> realizadas por meio da recuperação de referências identitárias, que por sua vez são re-significados pelos indígenas, embora algumas vezes também sejam mitificados.<sup>190</sup>

Embora o processo de etnogêneses tenha adquirido maior visibilidade nos últimos anos, em face da “emergência indígena”, ele sempre esteve presente entre os agrupamentos humanos, explica Bartolomé. Em síntese,

[...] a etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, como parecia depreender-se das reações de surpresa de alguns pesquisadores sociais em face de sua evidência contemporânea. E a América Latina, do mesmo modo que o resto do mundo, foi e é um espaço marcado por múltiplos processos de etnogênese que se manifestam até a atualidade, embora agora inseridos no contexto da chamada globalização e de um sistema mundial. Uma breve abordagem do passado latino-americano nos possibilitará uma melhor compreensão dos processos atuais.<sup>191</sup>

<sup>186</sup> Etnogênese é o termo utilizado pelos antropólogos para designar o processo pelo qual os indígenas buscam em suas raízes elementos para a construção de suas novas identidades culturais. Cf. BENGUA, José. **La emergência indígena em América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p.68-69. Em Bartolomé o termo assume uma dimensão mais ampla incluindo também as construções, reconstruções e atualizações identitárias.

<sup>187</sup> BARTOLOMÉ, Miguel A. Los laberintos de la identidad: procesos identitarios en las poblaciones indígenas. **Avá**, Posadas, n9, agosto 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso)> Acesso em: dez. 2010. p. 39-40.

<sup>188</sup> BENGUA, José. **La emergência indígena em América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 84.

<sup>189</sup> BARTOLOMÉ, op. cit. p.45.

<sup>190</sup> Ibid., p.43.

<sup>191</sup> BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA** 12(1): 2006. p. 41.

Mas o que são as identidades étnicas? O antropólogo Miguel A. Bartolomé, no ensaio intitulado *Los laberintos de la identidad. Procesos identitarios en las poblaciones indígenas*, esclarece que as identidades étnicas são construtos sociais, produzidos a partir da relação entre um “nós” e um “os outros”. Segundo o antropólogo,

A identidade étnica é uma construção realizada tanto pelas sociedades para expressar sua alteridade frente a outras e ordenar suas condutas, quanto pelo antropólogo que pretende vislumbrar as identificações sociais que se fazem inteligíveis em contextos interétnicos.<sup>192</sup>

Para compreender a abordagem de Bartolomé, é preciso pensar a identidade a partir de uma perspectiva dinâmica e relacional. Fredrik Barth, antropólogo norueguês, contribui significativamente para elucidar essa questão. No seu entendimento, as identidades coletivas – sejam elas culturais ou étnicas – sempre são relacionais. Isto é, são construídas e transformadas na interação dos grupos, através de processos de exclusão e inclusão. De acordo com essa perspectiva, os grupos, em diferentes contextos históricos, escolheriam alguns elementos de sua cultura para definir fronteiras perante seus vizinhos e estabelecer fronteiras em seu interior, definindo assim suas identidades. Nesse sentido, são principalmente as fronteiras étnicas, acredita o antropólogo, que definem o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado.<sup>193</sup> Significa que,

as fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para a determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão.<sup>194</sup>

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, parte do princípio que vivemos em tempos de incertezas e inseguranças, caracterizados pela desregulamentação, descentralização e individualização, que tornam incertas e transitórias as identidades dos sujeitos, sejam elas culturais ou sexuais. No seu entendimento, cada vez mais as pessoas experimentam uma multiplicação de identidades. Bauman explica que, anteriormente, os sujeitos experimentavam uma identidade unificada e estável, geralmente determinada pelo papel que ocupavam no sistema produtivo, que podia ser vivida pela vida inteira. Atualmente, conclui o sociólogo, os sujeitos se deparam com inúmeras possibilidades e terminam construindo múltiplas

<sup>192</sup> BARTOLOMÉ, Miguel A.. *Los laberintos de la identidad: procesos identitarios en las poblaciones indígenas*. Avá, Posadas, n. 9, agosto 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso)> Acesso em: dez. 2010. p. 29.

<sup>193</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 33-34.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 34.

identidades, reflexo da liberdade experimentada pela auto-identificação, peculiar da era multicultural.<sup>195</sup>

A percepção de Zygmunt Bauman sobre as identidades é bastante válida, mas não ajuda a compreender as identidades étnicas. De acordo com Bartolomé, as identidades que surgem para designar situações sociais provisórias são “condicionais”. Ou seja, possuem um caráter muito circunstancial, uma vez que estão sujeitas unicamente a fatores externos, o que explica o fato de muitas desaparecerem rapidamente, logo após o término das situações provisórias que as originaram. A respeito das outras identidades, como raça ou gênero, é preciso levar em consideração que, embora exista certa semelhança contextual entre elas e as identidades étnicas, elas são distintas culturalmente. Isto quer dizer que não partilham a mesma racionalidade e, por esse motivo, não devem ser analisadas pelos mesmos parâmetros. Bartolomé está querendo dizer que as identidades étnicas, embora sejam orientadas para determinados fins, assumindo uma conotação política, são construídas com base em uma tradição cultural preexistente ou construída posteriormente. É certo que as identidades étnicas não excluem as outras identificações, diz o antropólogo, mas é preciso lembrar que possuem particularidades. A principal particularidade da identidade étnica é o fato de não partilhar a mesma lógica das outras identificações sociais.<sup>196</sup> As identidades étnicas sustentam as práticas dos sujeitos, diferente das outras identidades, elas organizam os modos de vida de um grupo. Ademais, é preciso considerar que o objeto do reconhecimento é o sujeito étnico, seus modos de vida e suas expressões de mundo, mas que são nas identidades que os sujeitos encontram os elementos necessários para significar as suas existências.

Ao analisar as mobilizações étnicas contemporâneas, nos deparamos com outra questão: a elaboração de uma identidade coletiva para a constituição de um novo sujeito coletivo. O movimento zapatista não é formado por um único grupo étnico, na verdade, o movimento é composto por vários grupos: tzotziles, tzeltales, choles, tojolabales, manes, zoques. Esses grupos se reuniram e assumiram uma identidade coletiva (zapatistas) para lutar contra a globalização neoliberal. Trata-se de uma identidade de resistência, nos termos empregados por Manuel Castells. Isto é, uma identidade

criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de

<sup>195</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.20-31 e p.38-56.

<sup>196</sup> BARTOLOME, Miguel A. Los laberintos de la identidad: procesos identitarios en las poblaciones indígenas. *Avá*, Posadas, n. 9, agosto 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso)> Acesso em: dez. 2010. p. 39-40.

resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].<sup>197</sup>

Por se tratar de uma identidade de resistência é comum que seus sujeitos reivindicuem um lugar nos relatos históricos. Para os zapatistas, significa contar com suas próprias palavras sua versão da história. Rompendo, dessa maneira, com o passado contido nos documentos oficiais que insistem em ocultar as diferentes concepções de mundo e em divulgar um México sem contradições. De acordo com o historiador Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto, a “reescritura” da história permite que os insurgentes recuperem um passado não-oficial que tem sido ocultado nos textos, mas que persiste de algum modo na memória coletiva desses sujeitos.<sup>198</sup>

Parte desse passado não-oficial é recuperado através das narrativas míticas e da apropriação de outros referências identitários como, por exemplo: a recuperação da figura do caracol ou a referência à personagens históricos importantes para os insurgentes. Embora os relatos míticos não correspondam exatamente com os fatos da realidade, é preciso ter claro que eles não deixam de possuir uma relação com o real, uma vez que orientam o modo de ser, de viver e de pensar de um grupo. Logo, os mitos permitiram e permitem aos indígenas zapatistas a (re)construção e a construção de suas próprias historicidades. Para exemplificar o que estamos falando, escolhemos dois mitos,<sup>199</sup> recuperados pelos zapatistas ao longo de sua luta.

O primeiro mito conta a história da criação dos homens e das mulheres. De acordo com esse relato mítico, depois de criarem o mundo, os deuses decidiram criar os homens e as mulheres. Para realizar tal obra os deuses recorreram ao ouro, porque consideravam esse material brilhante e durável. No início, os deuses ficaram contentes com o material empregado, pois deu origem a pessoas fortes e bonitas. Contudo, logo perceberam que o peso do ouro impedia as pessoas de andar ou trabalhar. Então, os deuses voltaram a se reunir e, de maneira consensual, decidiram criar pessoas de madeira. Diferente das pessoas de ouro, as pessoas de madeira demonstravam agilidade, elas conseguiam trabalhar e caminhar sem dificuldade. Infelizmente, essas pessoas foram submetidas pelos homens de ouro ao trabalho forçado, fazendo com que os deuses se empenhassem em criar um terceiro tipo de gente: as pessoas de milho. Finalmente, os deuses teriam ficado satisfeitos, pois haviam conseguido

---

<sup>197</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 4-5.

<sup>198</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007. p. 144

<sup>199</sup> Cf. MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

criar homens e mulheres de verdade que, diferente dos homens de madeira, não se submetiam a ninguém. De acordo com este mito, narrado pelo Velho Antonio, as pessoas de ouro seriam as ricas, as pessoas de pele clara. As pessoas de madeira seriam as pobres, as de pele morena, que trabalham para as ricas à espera das pessoas de milho. As pessoas de ouro esperam os homens de milho com medo, enquanto as pessoas de madeira os esperam com esperança, dizia o mito. De acordo com esse relato mítico, ninguém sabia ao certo qual a cor das pessoas de milho, porque elas não tinham rosto. Acreditava-se, no entanto, que essas pessoas eram de todas as cores.

O segundo mito, também narrado pelo velho Antonio, conta a história da medida da memória. Segundo o mito, os primeiros deuses decidiram repartir a memória entre todos os homens e mulheres. Durante a partilha, os deuses enfatizaram a importância da memória, dizendo que ela era uma coisa boa, pois funcionaria como um espelho (refletindo o presente e anunciando o futuro). Conforme o mito, os deuses perceberam que algumas pessoas eram maiores do que outras, de modo que a porção reservada para cada um, embora fosse a mesma, não parecia proporcional. Assim, nas pessoas menores a memória se apresenta mais plena, enquanto nas maiores se revela mais opaca. Por isso, os indígenas acreditam que a memória é maior nos pequenos e não nos poderosos.

Nos dois relatos míticos percebemos que alguns homens e mulheres são diferentes dos demais. Os “homens de milho” ou “os homens pequenos” possuem a capacidade produzir mudanças, ou seja, são capazes de romper com a lógica de submissão. Na primeira narrativa o elemento distintivo é a autonomia. Na segunda narrativa é a memória. É interessante notar que em seus discursos, os zapatistas se identificam com essas pessoas, também representadas como “*los de abajo*”.

Nos discursos produzidos pelo movimento, também percebemos a referência constante aos personagens e eventos históricos importantes para os insurgentes. A referência a Emiliano Zapata se repete com mais frequência nas declarações, mas também é possível verificar a recuperação de outros personagens como, por exemplo, Che Guevara ou Bolívar. Na verdade, como diriam os próprios insurgentes, às vezes os povos agarram um nome para dizer que agarram uma bandeira.

De acordo com Figueiredo, a referência dos zapatistas aos símbolos e aos lemas da Revolução Mexicana, em particular à luta de Emiliano Zapata, não é uma prática inovadora. Segundo o historiador, a invocação de heróis e simbologias revolucionárias e sua incorporação ao discurso oficial são recorrentes dentro dos movimentos sociais mexicanos. Em suas palavras, “trata-se portanto de uma memória viva, de uma linguagem na qual o novo



regime buscou retirar a sua legitimidade e na qual os novos movimentos foram inspirando as suas identidades e renovando as suas demandas”.<sup>200</sup> Enrique Rajchenberg e Catherine Héau-Lambert acreditam que a apropriação dos mitos e de um passado remoto, através da recuperação tanto de símbolos visuais quanto da conversão de determinadas experiências históricas em símbolos, colabora com a construção da identidade dos zapatistas.<sup>201</sup> A partir da recuperação do passado (por meio das narrativas míticas) e da recuperação de referenciais identitários, os indígenas zapatistas vão elaborando as suas próprias representações do mundo e de si mesmos.

---

<sup>200</sup> FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo** - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003. p.99.

<sup>201</sup> RAJCHENBERG, Enrique; HÉAU-LAMBERT, Catherine. Historia y simbolismo en el movimiento zapatista. **Revista Chiapas**, n.2, IIE-UNAM/Era, México, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No2/ch2heau-rajch.html>>. Acesso em: jun. 2010.

## TERCEIRO CAPÍTULO: NOSSAS VIDAS VALEM UM MUNDO MELHOR!

En NUESTROS SUEÑOS hemos visto otro mundo, un mundo verdadero, un mundo definitivamente más justo que en el que ahora andamos. Vimos que en este mundo no eran necesarios los ejércitos, que en él eran la paz, la justicia y la libertad tan comunes que no se hablaba de ellas como cosas lejanas, como quien nombra pan, pájaro, aire, agua, como quien dice libro y voz, así eran nombradas las cosas buenas en este mundo. Y en este mundo eran razón y voluntad el gobierno de los más, y eran los que mandaban gente de bien pensar; mandaban obedeciendo, no era ese mundo verdadero un sueño del pasado, no era algo que venía de nuestros antepasados. Era de adelante, era del siguiente paso que dábamos. Así fue que nos echamos a andar para alcanzar este sueño, para lograr que se sentara a nuestra mesa, iluminara nuestra casa, creciera en nuestras milpas, llenara en el corazón de nuestros hijos, limpiara nuestro sudor, sanara nuestra historia y para todos fuera. Esto es lo que queremos, nada más pero nada menos.

(Subcomandante Marcos)<sup>202</sup>

### 3.1. Há um tempo para pedir.

Como já foi dito anteriormente, um grupo formado por centenas de homens e mulheres, pertencentes ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ocupou alguns municípios importantes, da região de topografia montanhosa conhecida como *Los Altos de Chiapas*, em janeiro de 1994. Nesta mesma data, os rebeldes emitiram a primeira de uma série de declarações, que mais tarde seriam descritas como as principais fontes políticas sobre o zapatismo.

A Primeira Declaração da Selva Lacandona, como vimos, foi publicada pelo próprio boletim informativo do EZLN e lida pelos insurgentes em uma rádio local. Provavelmente esta declaração tornou-se a mais conhecida, entre as declarações insurgentes, por sua crítica ao regime político mexicano e por seu teor militar. Como podemos verificar, a primeira declaração está repleta de orientações de cunho político e militar aos membros do exército zapatista e se distingue das demais, sobretudo, pelo seu caráter bélico.

Primeiro. Avançar em direção à capital do país vencendo o exército federal mexicano, protegendo durante sua ação libertadora os civis e permitindo aos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

---

<sup>202</sup> MARCOS. En nuestros sueños hemos visto otro mundo. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001. p.19.

Segundo. Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional para que recebam assistência médica.

Terceiro. Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido curso e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro de nossa nação ou fora dela, acusados de traição à Pátria, e contra todos aqueles que reprimem e maltratam a população civil e roubem ou atentem contra os bens do povo.

Quarto. Formar novas forças militares com todos aqueles mexicanos que desejarem somar à nossa luta justa, incluindo aqueles que, sendo soldados inimigos, se rendam não lutando contra nossas forças e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Liberação Nacional.

Quinto. Pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de reiniciar os combates.

Sexta. Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN.<sup>203</sup>

A Primeira Declaração da Selva Lacandona, considerada pelos próprios zapatistas uma declaração de guerra, foi remetida ao exército federal mexicano “[...] pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como seu chefe máximo e ilegítimo”.<sup>204</sup> Os insurgentes alegavam fraude no processo eleitoral que havia consagrado Salinas à presidência e, por esse motivo, exigiam a sua destituição imediata e a instauração de um governo provisório que sustentasse uma transição política democrática no país.

A rigor, embora o Presidente da República no México seja eleito pelo voto direto e popular para mandatos de seis anos, sem possibilidade de reeleição, na opinião de Vargas Llosa, a reincidência priista no poder (ver tabela, abaixo),<sup>205</sup> principalmente por meios obscuros, fazia do país a representação mais fiel de uma “ditadura perfeita”.<sup>206</sup> Segundo o analista político brasileiro, Sebastião Tigüera Sobrinho, a perspectiva que considerava o regime político mexicano um regime ditatorial era minoritária entre a intelectualidade mexicana. Muitos intelectuais estavam convencidos de que o México caminhava para um regime cada vez mais democrático e atribuíam esse trânsito à política econômica neoliberal,

<sup>203</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> O Partido Revolucionário Institucional (PRI) permaneceu hegemônico entre os anos de 1928 a 2000, nas eleições à Presidência da República e, entre os anos de 1929 a 1989, nas eleições estaduais.

<sup>206</sup> Expressão cunhada pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa, durante um encontro de intelectuais, promovido pela revista *Vuelta*, em agosto de 1990, na Cidade do México. Após ter exposto seu pensamento sobre o sistema político mexicano, o intelectual deixou o país sob o título de *persona non grata*. FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p.13.

por acreditarem que sua vigência demandava uma abertura política maior.<sup>207</sup> De acordo com o brasileiro, “nesta hipótese, o PRI não seria um partido de Estado, mas parte de um regime, cujo partido é hegemônico na sociedade”.<sup>208</sup> Apesar de minoritária entre a intelectualidade, o analista político está convencido de que a primeira leitura é a mais correta.

TABELA 1 – PRESIDENTES MEXICANOS (1928 - 2012)

<b>Presidentes</b>	<b>Mandatos</b>	<b>Partidos Políticos</b>
Emilio Portes Gil	1928 a 1930	Partido Revolucionário Nacional (PNR)
Pascual Ortiz Rubio	1930 a 1932	Partido Revolucionário Nacional (PNR)
Abelardo L. Rodríguez	1932 a 1934	Partido Revolucionário Nacional (PNR)
Lázaro Cárdenas	1934 a 1940	Partido Revolucionário Nacional (PNR)
Manuel Ávila Camacho	1940 a 1946	Partido da Revolução Mexicana (PRM)
Miguel Alemán Valdés	1946 a 1952	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Adolfo Ruiz Cortines	1952 a 1958	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Adolfo López Mateos	1958 a 1964	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Gustavo Díaz Ordaz	1964 a 1970	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Luis Echeverría	1970 a 1976	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
José López Portillo	1976 a 1982	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Miguel de La Madrid	1982 a 1988	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Carlos Salinas de Gortari	1988 a 1994	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Ernesto Zedillo Ponce de León	1994 a 2000	Partido Revolucionário Institucional (PRI)
Vicente Fox Quesada	2000 a 2006	Partido da Ação Nacional (PAN)
Felipe Calderón	2006 a 2012	Partido da Ação Nacional (PAN)

Fonte: Elaborada com base em dados divulgados nos *sites* oficiais dos partidos.

Nota: Em 1929, nasceu o Partido Nacional Revolucionário (PNR) sob a liderança do General Plutarco Elias Calles. No início dos anos quarenta, o partido se apresentou como Partido da Revolução Mexicana (PRM) e, em 1946, se transformou no Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Sebastião Tigüera Sobrinho atribui a ampliação dos espaços democráticos no país diretamente ao levante zapatista. Em suas análises sobre o sistema político mexicano aponta as críticas desferidas pelo movimento aos partidos políticos, ao regime democrático como um todo e o estabelecimento de canais de diálogo com a sociedade civil como alguns exemplos dos motivos pelos quais se pode chegar a essa conclusão.

De fato, em diversas ocasiões, os zapatistas questionaram a vigência de um regime democrático que reduz a participação dos sujeitos à eleição de representantes políticos. Na verdade, quando os insurgentes exigiram que o presidente fosse deposto para que a legalidade e a estabilidade da Nação fossem restauradas,<sup>209</sup> eles também criticaram a capacidade desse

<sup>207</sup> TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997.p.57.

<sup>208</sup> Ibid.p.57.

<sup>209</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

regime em atender e em responder às aspirações populares. É interessante notar, todavia, que os questionamentos à democracia formal criaram condições favoráveis à emergência no cenário político mexicano de uma concepção distinta de democracia.

Segundo Le Bot, ao longo de sua luta de resistência os zapatistas foram elaborando uma proposta alternativa de democracia. A proposta do EZLN tenta conciliar o modelo de democracia formal e os mecanismos de gerir a vida das comunidades indígenas. Trata-se de um casamento entre “democracia direta com eleição de representantes, participação e representação”.<sup>210</sup> Resumindo, podemos dizer que se trata de uma democracia plural que, nas palavras desse autor, encontra-se “enriquecida por concepções e práticas políticas que o atual sistema não reconhece”.<sup>211</sup> É importante destacar que a proposta de democracia formulada pelos zapatistas requer o exercício de um modelo de cidadania distinto do atual. Pensa-se em um modelo de cidadania capaz de garantir a expressão política e cultural dos vários grupos culturais e étnicos que formam o México. Algo bastante diferente do modelo de “cidadania étnica” – termo cunhado por Federico Navarrete Linares para se referir ao modelo de cidadania que privilegia um grupo étnico em detrimento dos demais – centrado em valores individualistas que, segundo Navarrete Linares, por anos foi imposto neste país. Para o historiador e antropólogo mexicano, a crise de legitimidade que a democracia mexicana experimenta explica-se, pelo menos em parte, justamente por sua incapacidade “para reconhecer as realidades da diversidade cultural do país e por sua insistência em impor uma ‘cidadania étnica’ excludente”.<sup>212</sup>

Neil Harvey, ao pesquisar a luta pela terra e pela democracia no estado chiapaneco, constatou que a democracia ocupa um lugar significativo na experiência política dos movimentos populares mexicanos. De acordo com o historiador inglês, ainda que os zapatistas tenham se inspirado em lutas anteriores, a Revolução Mexicana, por exemplo, eles foram capazes de conferir um novo significado político para os discursos proferidos antigamente. Significa que a rebelião levada a cabo em janeiro de 1994 “[...] criou uma abertura não só para a mudança democrática, mas também para a redefinição mesma de democracia e cidadania no México”.<sup>213</sup> Para chegar a esta constatação, o historiador primeiro se perguntou como esses movimentos elaboravam a ideia de democracia e de cidadania. Harvey chegou à conclusão de que os movimentos populares mexicanos, considerando suas

<sup>210</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. *El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p.43.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p.43.

<sup>212</sup> NAVARRETE LINARES, Federico. *Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y desigualdad en México*. México: Faculdade de Filosofia e Letras – UNAM, 2007.p. 46.

<sup>213</sup> HARVEY, Neil. *Rebelión de Chiapas*. La lucha por la tierra y la democracia. México: Editora Era, 2000. p. 209-210.

particularidades regionais e históricas, de modo geral, não eram e não são guiados por princípios universais e abstratos sobre essas questões, mas que seu entendimento sobre democracia e cidadania remete mais à vida cotidiana, às práticas culturais e à memória histórica do grupo. Digamos que a democracia e o exercício da cidadania possuem uma relação muito próxima do vivido. Nesse sentido, pode-se concluir que, semelhante ao modo como significou para os movimentos rurais brasileiros sob forte influência da igreja católica, “a democracia é valorizada menos por suas regras e procedimentos e mais pela dignidade que devolve ao pobre. A cidadania é entendida como o desfrute coletivo de justiça social, em vez da encarnação de direitos e obrigações individuais diante de um estado liberal”.<sup>214</sup>

Não surpreende que a democracia tenha se convertido no centro das reivindicações zapatistas. Depois dos termos relacionados à guerra, presentes na primeira declaração, os mais frequentes estão relacionados à questão democrática. No entanto, é preciso levar em consideração que a democracia se encontra vinculada à luta por “justiça e igualdade”.<sup>215</sup> Para os zapatistas, explica Sebastião, “a luta pela democracia é inseparável da luta por justiça social. Uma não pode caminhar sem a outra”.<sup>216</sup> Por esse motivo, à demanda democrática somam-se outras dez: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, justiça e paz.<sup>217</sup> Todas identificadas como demandas básicas, pelas quais os insurgentes demonstravam disposição para lutar até o seu cumprimento e a formação de um governo livre e democrático.

Os ditadores estão aplicando uma guerra genocida não declarada contra nossos povos há muitos anos, assim pedimos a sua participação decidida apoiando este plano de pessoas mexicanas que lutam por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Declaramos que não deixaremos de lutar até conseguir o cumprimento destas demandas básicas de nosso povo formando em nosso país um governo livre e democrático.<sup>218</sup>

Sebastião Tigüera Sobrinho chama a nossa atenção para a importância dessa vinculação. No seu entendimento, é nesse momento que a luta por democracia deixa de pertencer exclusivamente à esfera política e passa a assumir o caráter de contestação ao modelo econômico. Contestação que, neste primeiro momento, esclareceu Neil Harvey,

<sup>214</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México: Editora Era, 2000. p. 49.

<sup>215</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

<sup>216</sup> TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997. p.56.

<sup>217</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

<sup>218</sup> Ibid.

“concentrou a atenção nos custos sociais das reformas econômicas neoliberais e na discriminação dirigida contra dois setores tradicionalmente mais marginalizados da sociedade mexicana: os indígenas e as mulheres”.<sup>219</sup>

O ensaio intitulado *Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía* de autoria do subcomandante insurgente Marcos veio corroborar com esta perspectiva. Escrito em meados de 1992, o ensaio tornado público pela CCRI-CG apenas em 1994, oferecia à população um retrato pontual e bem elaborado sobre a realidade chiapaneca. Conforme o ensaio, Chiapas era um solo habitado por um milhão de indígenas que compartilhavam com mestiços e ladinos um mesmo pesadelo: “morrer de miséria ou de repressão”. A pobreza era considerada, pelos insurgentes, fruto da ganância do capitalismo. Para os rebeldes, o capitalismo, mesmo em “pleno auge do neoliberalismo,” assim “como há 500 anos,” seguia importando o principal de sua produção: “morte e miséria.” O Estado Mexicano? Para a direção política e organizativa do EZLN, insistia em programas assistencialistas acreditando que com esse comportamento conseguiria comprar também “a lealdade indígena.” Mas em solo chiapaneco “[...] tudo se compra e se vende, menos a dignidade indígena”,<sup>220</sup> concluem orgulhosos – por não se deixarem vender nem render – os insurgentes.

Percebemos, diante do exposto, que os zapatistas reconhecem que muitos problemas ainda persistem ou são acentuados pelo capitalismo em sua face global e neoliberal. No mesmo documento, nota-se que há críticas à postura do Estado e momentos onde a dignidade é exaltada, atitudes que vão se repetir em muitas outras ocasiões. Em 2003, durante uma crítica desferida pelo subcomandante Marcos aos programas sociais governamentais, os zapatistas novamente atribuíram uma grande importância às suas dignidades. Nesta ocasião, o subcomandante teria acusado os programas governamentais de possuírem um caráter assistencialista e advertido que esse tipo de comportamento atentava contra as suas dignidades. Para o insurgente esses programas não passavam de estratégias desinteressadas e descompromissadas com a resolução verdadeira dos problemas. Em geral, tais programas costumam atender por diferentes nomes nos mais diversos contextos, mas possuem quase sempre os mesmos objetivos. Durante a gestão salinista, por exemplo, chamava-se PRONASOL. Já no foxismo chamava-se “Fundação Vamos México”. A “Fundação Vamos

<sup>219</sup> HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México. D. F.: Era, 2000, p. 209.

<sup>220</sup> MARCOS. Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nova York: Siete Cuentos, 2001. Esta e as demais as citações contidas nesse parágrafo.

México”, afirmou o subcomandante, cheirava a “cortiço velho”, enquanto o PRONASOL “não era mais que esmola institucionalizada”.<sup>221</sup>

A ênfase conferida à questão social fez com que muitos acreditassem que a solução para o conflito estaria em ações pontuais e localizadas. Embora na primeira declaração fique claro que o apelo democrático é uma questão de ordem nacional e o ensaio mencionado logo acima apresente claros indícios de que a luta, assim como os problemas em Chiapas, possuem uma dimensão local, regional, nacional e até mesmo internacional, o governo federal insistiu em minimizar e regionalizar o conflito. Em parte, essa percepção limitada do conflito pode ser atribuída à perspectiva simplista dos dirigentes políticos no início do levante zapatista. Por outra parte, deve-se, certamente, à tendência dos governistas em reduzir os conflitos a apenas uma de suas facetas. A estratégia político-militar de Salinas, aliás, consistia justamente em “isolar o problema, não lhe outorgando dimensão urbana”,<sup>222</sup> para restringir a atuação política do movimento. Nas palavras de Sebastião Tigüera Sobrinho,

O esforço realizado no sentido de caracterizar como “regional” o conflito e as condições existentes em Chiapas pretende – e este é o verdadeiro objetivo do discurso dominante – isolar as demandas populares das imensas necessidades urbanas. Trata-se de uma estratégia político-militar que pretende isolar politicamente o EZLN, estratégia clara se consideramos o aumento da pobreza no país derivado das políticas de ajuste.<sup>223</sup>

Acreditamos, por outro lado, que também se deva à tática adotada pelo próprio movimento. Os insurgentes julgaram que seria mais prudente inserir algumas questões, como a étnica, por exemplo, de modo mais contundente, à medida que o movimento fosse avançando, embora desde o início tenham se apresentado como indígenas. Em entrevista, concedida à jornalista Gloria Muñoz (2003), o subcomandante Marcos afirmou que julgou acertada a atitude do comando geral do EZLN. Explicou que pouco tempo antes do início do levante zapatista, quando era formado o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, que representaria os chefes das diferentes comunidades indígenas que compõem o movimento – tzeltal, tzotzil, tojolabal, chol, zoque e man – houve uma discussão sobre a presença ou ausência de certas demandas indígenas no momento do levante. Segundo o subcomandante,

[...] a parte que melhor argumentou e que triunfou foi a que dizia que deveríamos dar um carácter nacional, de modo que o movimiento não fosse identificado à

<sup>221</sup> MARCOS. **Chiapas: La treceava estela**. México. 2003. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan.2012.

<sup>222</sup> TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997. p.32.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p.39.



aspirações regionais ou “étnicas”, porque acreditava-se que havia perigo de enxergarem nossa guerra como uma guerra de índios contra mestiços, e esse é um perigo que devemos evitar. Parece-me que a decisão foi acertada, que a *Primera Declaración de la Selva Lacandona* é contundente e é clara, que a definição mais clara da questão indígena avançasse conforme o movimento progredisse, isso depois que o movimento tivesse se tornado público, e depois da guerra ter sido iniciada, o que também foi acertado e modesto.<sup>224</sup>

Essa não foi a única situação em que os zapatistas demonstraram cautela. Precavendo-se de uma possível atitude governamental que apelasse para a desqualificação do movimento, os zapatistas fizeram questão de registrar em sua declaração de guerra uma recusa às intervenções, cujo propósito fosse desvirtuar o teor moral de suas demandas ao associar a luta zapatista com o narcotráfico ou com outra contravenção qualquer.<sup>225</sup>

Em contrapartida os zapatistas se comprometeram em respeitar a Convenção de Genebra sobre os direitos dos prisioneiros e feridos de guerra e solicitaram que organismos internacionais e a Cruz Vermelha Internacional vigiassem e regulassem os combates. Ao final, depois de se reportarem a um passado de opressão e exploração, “somos produto de 500 anos de luta” e denunciarem as péssimas condições de vida a que estavam submetidos, “estamos morrendo de fome e de enfermidades para as quais já existe tratamento médico”, fizeram um convite à sociedade: “Integra-te às Forças Insurgentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional”.<sup>226</sup>

Fica claro, nesse momento, o esforço em conferir legitimidade à ofensiva armada. Esforço que se repete quando os zapatistas decidem recorrer à Carta Magna em busca de amparo legal para a sua ação. Embora muitos juristas discordem de que haja valor jurídico para o apelo dos insurgentes,<sup>227</sup> os zapatistas julgavam-se amparados pelo Artigo 39 da Constituição Federal que concede ao povo “o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo”. De acordo com o Artigo, “a soberania nacional reside essencial e

<sup>224</sup> MARCOS. **Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer**. 20 y 10: el fuego y la palabra. Entrevista com Gloria Muñoz Ramírez. México. Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>225</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>226</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010. Todas as citações contidas neste parágrafo.

<sup>227</sup> Para alguns juristas uma ação legítima é aquela que está em conformidade com os princípios da legalidade, ou seja, uma ação que recorre aos meios legais (previstos na própria Constituição) para se efetivar. Esse entendimento jurídico reduz a legitimidade à legalidade, algo que o filósofo Jürgen Habermas já havia questionado. De acordo com a vice-presidente da Academia Mexicana de Direitos Humanos, Magdalena Gómez, o filósofo alemão consegue vencer essa barreira jurídica, para Habermas não é o direito que cria legitimidade, mas a legitimidade que cria o direito. GÓMEZ, Magdalena. Las Estratégias Políticas del Movimiento Indígena. La autonomía en la antesala: la paz inconclusa (el caso mexicano 1995-2003). In: ESCÁRZAGA, Fabiola; GUTIÉRREZ, Raquel. **Movimiento Indígena en América Latina**: resistencia e proyecto alternativo. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2005. p.221-223.

originariamente no povo. Todo o poder público demanda do povo e se institui para o benefício deste”. Assim, através da busca por amparo legal e do esclarecimento à população do caráter justo de suas demandas os insurgentes insistiram na legitimidade da guerra iniciada: “nossa luta se apega ao direito constitucional e defende a justiça e a igualdade”. Quanto ao método empregado, esclareceram: “nós, homens e mulheres íntegros e livres estamos convencidos de que a guerra que declaramos é uma medida última, mas justa”.<sup>228</sup>

Em diversas ocasiões os insurgentes explicaram que a opção pela via armada foi o modo que encontraram para não serem esquecidos e para serem escutados, mas na concepção da antropóloga June Nash, o ataque armado representou mais do que isso. Foi o retrato, segundo ela, “[...] de meses de protestos pacíficos e de anos de ressentimentos acumulados frente à negação do governo em conceder serviços sociais e direitos políticos aos colonos na Selva”.<sup>229</sup> Ressentimento que ficou estampado logo no início da primeira declaração. Dirigida à população mexicana, também identificada como *hermanos mexicanos*, a primeira Declaração da Selva Lacandona começava com um ressonante: “*HOY DECIMOS ;BASTA!*” Seguido prontamente por uma declaração explícita de guerra.

Embora os insurgentes tenham optado pela ação militar, a guerra propriamente dita durou apenas alguns dias, doze para sermos mais precisos. Le Bot esclarece que “desde então os zapatistas, [...], buscam vias para a invenção de uma democracia aberta à participação dos atores sociais, que leve em consideração as exigências éticas e as afirmações de identidade”.<sup>230</sup>

Estamos querendo dizer que,

[...] se a decisão pela via armada foi importante e estratégica para mudar a correlação de forças no país, será na negociação e na capacidade de superar as armadilhas que o regime coloca para o zapatismo, onde veremos a verdadeira capacidade de um movimento com implantação regional e de composição indígena. Capacidade inclusive de se apresentar como alternativa à crise que ajudaram a parir.<sup>231</sup>

Decorridos doze dias desde o início do conflito armado, o governo federal mexicano se viu obrigado pela sociedade em anunciar um cessar fogo unilateral e em abrir espaço para

<sup>228</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010. Todas as citações contidas neste parágrafo.

<sup>229</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p. 170.

<sup>230</sup> LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. p.9.

<sup>231</sup> TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente**: 5 ensayos sobre la realidad mexicana. Navarra: Txalaparta, 1997. p.79.

as negociações de paz. Os zapatistas concordaram em encontrar uma saída pacífica para o conflito e também anunciaram a suspensão da ofensiva militar. Pouco tempo depois do término das ações militares, os mexicanos assistiram a entrega pelos zapatistas de seu único prisioneiro de guerra, o ex-governador de Chiapas (1982-1988) e General Absalón Castellanos Domínguez. O prisioneiro foi entregue pelos rebeldes em troca da libertação de dezenas de indígenas zapatistas que haviam sido presos durante os doze dias de conflito armado. O que chama a atenção é o fato da libertação do prisioneiro ter acontecido durante uma cerimônia aberta ao público. Tal ato, segundo o jornalista Igor Fuser, tornou-se um grande sucesso de propaganda para o exército insurgente.<sup>232</sup> Condenado à prisão perpétua pelos insurgentes, por ter cometido vários delitos contra a população indígena chiapaneca, o latifundiário foi beneficiado pela comutação da sentença original, expedida pelo Tribunal de Justiça Zapatista,<sup>233</sup> depois de terem sido divulgados os seus crimes à nação.

Antes do início das negociações de paz, os zapatistas apresentaram à população uma carta intitulada: *¿De que nos van a perdonar?* Tratava-se da resposta zapatista à oferta de perdão do Presidente da República durante seu primeiro pronunciamento à nação depois do início do levante. Carlos Salinas de Gortari, durante mensagem televisionada, teria negado o caráter étnico do movimento e oferecido perdão aos que participaram da ofensiva em Chiapas. O perdão, previsto no Artigo primeiro da proposta de *Ley de Amnistia* encaminhada pelo presidente ao Congresso no dia 12 de janeiro, estava condicionado “a entrega de todo o tipo de armas, explosivos, instrumentos e outros objetos empregados na constituição dos mesmos, dentro do prazo de trinta dias a partir da vigência desta lei e nos lugares que oportunamente serão apresentados”.<sup>234</sup> Esperava-se, desse modo, que todos aqueles que decidiram “se confrontar” com o Estado Mexicano não teriam “mais desculpa para não se reintegrarem pacificamente às suas comunidades e a se incorporarem à tarefa de solidariamente superar suas necessidades e suas deficiências”.<sup>235</sup> Conforme a antropóloga June Nash, para os que decidiram se conformar, aceitando as propostas governamentais, o presidente pareceu disposto em adotar um tratamento brando, considerando, inclusive, o perdão. Mas os

<sup>232</sup> FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995. p. 62.

<sup>233</sup> Os insurgentes comutaram a pena inicial de prisão perpétua ao general Absalón Castellanos Domínguez, por liberdade física, condenando-o a viver “[...] até o último de seus dias com a pena e a vergonha de ter recebido o perdão e a bondade daqueles a quem por tanto tempo humilhou, sequestrou, despojou, roubou e assassinou.” CCRI-CG. TRIBUNAL DE JUSTICIA ZAPATISTA. **Conclusiones del juicio popular seguido para establecer responsabilidad del señor general de división Absalón Castellanos Domínguez**. México. 20 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>234</sup> MÉXICO. **Ley de Amnistia, de 22 de enero de 1994**. México, janeiro de 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/16ene94.html>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>235</sup> Ibid.

zapatistas optaram pela resistência, de modo que, assim que tomaram conhecimento da formalização do pedido de perdão, endereçaram uma carta aos departamentos de imprensa e propaganda dos órgãos informativos eleitos pelo movimento. Nesta carta perguntaram de modo contundente:

Do que temos que pedir perdão? Do que vão nos perdoar? De não morrer de fome? De não nos calarmos diante da nossa miséria? De não termos aceitado humildemente a gigantesca carga histórica de desprezo e abandono? De nos levantar em armas quando encontramos fechados os outros caminhos? [...] De termos demonstrado ao resto do país e ao mundo inteiro que a dignidade humana ainda vive e está em seus habitantes mais pobres? [...] De termos ido ao combate armados de fuzis no lugar de arcos e flechas? [...] De termos aprendido a lutar antes de nos insurgirmos? De sermos mexicanos? De a maioria ser indígena? De convocarmos todo o povo mexicano a lutar de todas as formas possíveis por aquilo que lhes pertence? De lutarmos por liberdade, democracia e justiça? De não seguir os padrões das guerrilhas anteriores? De não nos rendermos? De não nos vendermos? De não nos traírmos?<sup>236</sup>

Adotando um tom ligeiramente sarcástico e depreciativo, insistiram:

Quem deve pedir perdão e quem pode outorgá-lo? Os que, por longos anos, saciaram sua fome sentados diante de uma mesa farta enquanto nós sentávamos ao lado da morte, tão cotidiana e tão nossa que aprendemos a não ter medo dela? [...] Os que negaram o direito e a capacidade de nossa gente de governar e nos governar? Os que negaram o respeito aos nossos costumes, à nossa cor, à nossa língua? Os que nos tratam como estrangeiros em nossa própria terra, exigem documentos e a obediência a uma lei cuja existência e justiça ignoramos? Os que nos torturaram, prenderam, assassinaram e nos fizeram desaparecer por ter cometido o grave delito de querer um pedaço de terra, não um pedaço grande, não um pedaço pequeno, apenas um pedaço do qual se poderia tirar alguma coisa capaz de matar a fome? Quem deve pedir perdão e quem pode outorgá-lo?<sup>237</sup>

Depois de uma série de perguntas retóricas, o leitor é conduzido a uma reflexão sobre a legitimidade da luta zapatista. A repetição insistente do questionamento *¿Quién debe pedir perdón y quién lo debe otorgar?* longe de constituir uma mera aposta discursiva, aponta para a necessidade em conferir ética à ação política.<sup>238</sup> No nosso entendimento, a proposta política zapatista começa a ser desenhada a partir desse momento. Trata-se de uma proposta de cunho emancipatório que segue o princípio político do “mandar obedecendo”, mas sobre isso falaremos mais tarde.

<sup>236</sup> MARCOS. *¿De que nos van a perdonar?* México, 18 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: dez. 2011.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> De acordo com o filósofo Luis Villoro, citado pelo subcomandante Marcos em carta dirigida ao próprio filósofo, a ética está um passo à frente da moral social. A ética crítica, explica o filósofo, questiona a validade das regras e dos comportamentos, afastando o sujeito da pura moralidade. Cf. BELLINGHAUSEN, Hermann. *Es peculiar la guerra zapatista, si perdemos, ganamos: Marcos. La Jornada*. México, 13 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/03/13/politica/018n1pol>>. Acesso em: jan. 2012.

Em fevereiro começaram os diálogos entre o governo federal mexicano e o EZLN. Os encontros foram realizados no município de San Cristóbal de Las Casas, em uma Catedral do século XVI, que ficou conhecida como *Catedral de La Paz* por ter sido a sede dos primeiros diálogos de paz entre o exército insurgente e o governo federal. Na antiga Catedral da cidade reuniram-se os dirigentes do EZLN – o subcomandante Marcos, alguns comandantes e membros do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena; o Secretário de Relações Exteriores, Manuel Camacho Solís, nomeado pelo Presidente da República como Comissário para a Paz e a Reconciliação em Chiapas; o bispo da Diocese de San Cristóbal de Las Casas, Samuel Ruiz García, que havia sido convidado pelos insurgentes para mediar o conflito; alguns jornalistas e, também, representantes de diversos partidos e assessores políticos.<sup>239</sup>

Três grupos se formaram ao redor da *Catedral de La Paz* para acompanhar os diálogos: um constituído pela polícia militar; outro formado pela Cruz Vermelha e o terceiro composto por representantes de organismos não governamentais. A participação de representantes de organismos não governamentais foi uma resposta à solicitação de apoio do EZLN. Os zapatistas haviam solicitado, em fevereiro daquele ano, que todas as organizações não governamentais do México formassem um *cinturón de seguridad* ou *cinturón de paz* na região onde seriam realizados os diálogos, com a finalidade de reduzir riscos de provocações e de atentados contra seus delegados, uma vez que os acordos estariam sendo conduzidos dentro de uma zona em conflito.<sup>240</sup>

A intervenção da sociedade civil nesse processo foi fundamental. Diversos documentos produzidos pelos zapatistas chegaram, inclusive, a destacar a sua importância na busca por uma solução pacífica para o conflito. No informativo do dia 11 de março de 1995, por exemplo, os insurgentes disseram: “hoje, graças à sociedade civil, é possível que se abra um novo espaço para o diálogo e para uma solução política para a guerra”.<sup>241</sup> Em maio de 1996, o subcomandante Marcos fez questão de agradecer o seu apoio, em nome do EZLN: “Gostaria de [...] agradecer à sociedade civil nacional e internacional o apoio que nos deram para alcançar uma paz digna e ir contra a guerra”.<sup>242</sup>

<sup>239</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Diálogo de La Catedral**. México, 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

<sup>240</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Pedido de Cinturones de Paz**. México, 20 de fevereiro de 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

<sup>241</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna em Chiapas**. México, 11 de março de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx> >. Acesso em: nov. 2011.

<sup>242</sup> MARCOS. La injusta sentencia contra Elorriaga berdegué y Sebastián Entzín Gómez. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001. p.11.

Embora os insurgentes tenham reconhecido a importância da sociedade civil, a relação entre eles nem sempre esteve isenta de conflitos. No comunicado intitulado *La sociedad civil, el concepto incómodo y la realidad molesta*, o subcomandante Marcos esclareceu que os zapatistas haviam sido criticados no passado por terem estabelecido um diálogo com a sociedade civil e que, naquele momento, estavam sendo criticados novamente por depositarem sua confiança na mesma, no lugar de buscarem o apoio de organizações políticas. Logo em seguida, no mesmo comunicado, datado de outubro de 1996, o subcomandante tratou de esclarecer como os insurgentes percebiam essa questão e foram contundentes ao ratificar sua escolha: “esta nova força, a sociedade civil que tanto incomoda aos governantes, que os dirigentes políticos e intelectuais tanto depreciam, é hoje a esperança de que é possível reconstruir o país, apesar da destruição que o projeto neoliberal fez à nação mexicana”.<sup>243</sup>

Pelas referências sucessivas e, em geral, amistosas percebemos que a sociedade civil exerceu um papel importantíssimo no movimento. Foi nela, inclusive, que os zapatistas buscaram apoio político quando apresentaram ao governo salinista um documento contendo trinta e quatro demandas, sintetizadas pela antropóloga June Nash da seguinte maneira:

1. Autonomia para os povos indígenas, com direito de usar sua própria linguagem nas escolas, nos contratos públicos, nos tribunais e nos meios de comunicação. Como um passo para a democratização do governo e o reconhecimento de grupos pluriétnicos, os zapatistas propuseram a descentralização do governo em todos os níveis, superando o presidencialismo e o controle do Distrito Federal sobre todo o país. Pediram um reordenamento dos distritos eleitorais que levasse em conta o número real de eleitores. Desde o início das negociações o subcomandante Marcos deixou claro que os zapatistas não desejavam um parlamento com representantes de grupos étnicos específicos. Isso de modo algum respondia aos interesses dos povos indígenas, como ficou evidenciado em quinhentos anos de caciquismo. Ao contrário, seu desejo era de ter autênticos representantes, levando em consideração a vontade das pessoas, resgatando a democracia da atração exercida por falsos líderes.
2. Redistribuição de grandes latifúndios em favor de povoados de pequenos proprietários e apoio governamental para aqueles que trabalham a terra, incluindo maquinaria agrícola, fertilizantes, inseticidas, créditos, apoio técnico, sementes melhoradas e apoio à pecuária. Assegurar preços justos para as culturas como um pré-requisito para a produção comercial destinada aos mercados internacionais, levando em conta que os agricultores mexicanos devem suportar a concorrência dos subsidiados agricultores norte-americanos.
3. Apoio para a construção, saúde, educação, recreação, comunicação e outras necessidades para superar a marginalização cultural. Os zapatistas exigiram a prestação de serviços equivalentes aos serviços existentes em outras comunidades e regiões da república, tais como eletricidade, água potável, esgotos, estradas, telefones, centros de recreação e instalações esportivas.

---

<sup>243</sup> MARCOS. *La sociedad civil, el concepto incómodo y la realidad molesta*. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001. p. 24.

4. Reconhecimento dos direitos da mulher e atenção às suas necessidades médicas específicas e apoio para que tenham acesso aos mercados de produção artesanal. Os zapatistas têm o mérito de ter trazido o problema dos direitos da mulher à atenção nacional.<sup>244</sup>

A resposta às propostas formuladas pelos insurgentes não tardou. Em pouco tempo o governo federal apresentou um documento contendo uma contraproposta às demandas zapatistas. Após a análise do documento governista, os zapatistas se manifestaram. O EZLN considerou que o governo federal havia evitado responder de maneira satisfatória às demandas de cunho nacional, como a promoção de eleições livres e democráticas, a destituição de todos aqueles que haviam assumido seus respectivos cargos de modo ilegítimo, a revisão do NAFTA, a libertação de presos políticos, o perdão das dívidas contraídas por meio de créditos, empréstimos e impostos, para citar apenas alguns exemplos.<sup>245</sup>

No dia 10 de junho de 1994, depois de consultarem às suas comunidades,<sup>246</sup> o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena do Exército Zapatista de Libertação Nacional se dirigiu aos mexicanos, aos povos e governos do mundo, às organizações não governamentais, à Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) e à imprensa nacional e internacional para informar e declarar que as propostas de acordo de paz, feitas pelo governo federal ao EZLN, haviam sido rechaçadas pela grande maioria dos votantes, pouco mais de noventa e cinco por cento. É interessante notar que as propostas do governo não foram simplesmente recusadas, a decisão tomada pelos zapatistas carrega em si um conteúdo de resignação, de resistência. Prova disso é que no mesmo documento em que rechaçaram as propostas do governo os rebeldes informaram que as comunidades zapatistas tinham decidido “pela resistência e pela convocação de todas as forças honestas e independentes para um novo diálogo nacional”.<sup>247</sup>

Nesta mesma data, os zapatistas anunciaram através da sua Segunda Declaração da Selva Lacandona que realizariam uma Convenção Nacional Democrática (CND). O convite para participar da CND foi dirigido à população mexicana e também a todos os povos e governos do mundo, descrentes nos “falidos” poderes da União. Os rebeldes convocaram apenas o que qualificaram de “forças honestas e independentes” para o que eles definiram como um “novo diálogo nacional”. A Convenção Nacional Democrática (CND) reuniu

<sup>244</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.p. 182-183.

<sup>245</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Rechazo a las Propuestas del Supremo Gobierno**. México, 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

<sup>246</sup> A consulta às comunidades zapatistas foi suspensa por algum tempo pelos zapatistas por causa do assassinato do candidato priista à presidência Luis Donald Colosio (PRI), no dia 23 de março de 1994. Os insurgentes emitiram um alerta vermelho (sinal de risco extremo) nas regiões zapatistas temendo um ataque militar.

<sup>247</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Resultado de la Consulta a las Bases Zapatistas**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

centenas de pessoas durante o mês de agosto de 1994. Para receber os trabalhadores, camponeses, indígenas, estudantes, professores, as mulheres e alguns membros da esquerda partidária, foi construída uma grande estrutura física em um lugarejo de Guadalupe Tepeyac batizado como *Aguascalientes*, uma referência à cidade de mesmo nome, localizada no norte do México, que recebeu a famosa Convenção Revolucionária de 1914. O primeiro *Aguascalientes* foi construído para sediar a CND e, assim como os outros que se formaram, recebeu esse nome para indicar que se tratava de um lugar destinado ao encontro e ao diálogo com a sociedade civil.

Os rebeldes também aproveitaram a segunda declaração para denunciar a atuação militar do governo federal mexicano na Selva Lacandona, que contrariava o compromisso assumido pelo governista de manter o cessar fogo na região. Mesmo condenando a ofensiva do governo, os insurgentes asseguraram que, de sua parte, o cessar fogo seria mantido. Com essa atitude, os rebeldes esperavam não interferir no processo eleitoral que iria ocorrer no mês de agosto, permitindo, segundo eles, a organização da sociedade civil da maneira que ela julgasse mais vantajosa, mais pertinente para o trânsito político à democracia no país.<sup>248</sup> Estamos certos de que, antes de qualquer coisa, os rebeldes não desejavam perder o apoio da sociedade civil, o que certamente iria acontecer se decidissem se arriscar em um novo ataque armado.

A segunda declaração retrata o abandono da estratégia militar e o compromisso dos insurgentes com a sociedade civil de encontrar uma saída política para o conflito. Conforme salientou Neil Harvey, na Segunda Declaração da Selva Lacandona a luta pacífica foi claramente privilegiada.<sup>249</sup> O documento inaugurado com a declaração “*HOY DECIMOS: no nos renderemos*” marca o início de um longo caminho onde a dignidade e as soluções políticas para o conflito são priorizadas. Não nos renderemos, afirmavam os zapatistas:

Ainda que aumentem nossa dor e nossa pena; ainda que a morte siga ao nosso lado na mesa, terra e leito; ainda que vejamos que outros se vendem à mão que os oprime [...]. Não aceitaremos nada. [...] Resistiremos até que o que mande, mande obedecendo.<sup>250</sup>

As referências à resistência e à importância de se resistir são frequentes na segunda declaração. Ao analisá-la juntamente com outros documentos do mesmo período, percebemos

<sup>248</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>249</sup> HARVEY, Neil. Apuestas y riesgos en la Sexta Declaración de la Selva Lacandona. **La Jornada**. México, 10 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>250</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010.



que a dignidade (valor como ser humano) geralmente encontra-se associada à postura de resistência assumida pelos rebeldes. De modo que somos levados a concluir que a dignidade é apontada pelos zapatistas como um atributo dessa humanidade dissidente. James Scott, em suas análises sobre as estratégias de resistência dos grupos subordinados, explica que a defesa da dignidade é fundamental. Segundo ele, ela é a resposta elaborada pelos grupos subordinados aos insultos e às ofensas presentes em todos os sistemas de dominação.<sup>251</sup>

A Segunda Declaração da Selva Lacandona chama a atenção também por outro motivo. Observamos, neste documento, o alargamento da resistência a uma experiência política. A resistência deixa de se restringir somente à conformação e ao sentimento de recusa (característico da desobediência civil), para orientar práticas políticas e incorporar em sua postura a elaboração de um novo projeto societário. Segundo Neil Harvey, foi a partir desta declaração que “os zapatistas começaram a formular seu conceito alternativo de poder [...]”.<sup>252</sup>

O conceito zapatista do “mandar obedecendo” aparece, ainda de maneira tímida, para indicar um modo distinto de conceber o poder. De acordo com Ceceña, o “mandar obedecendo”, presente também de maneiras diversas na cosmovisão maia pré-colombiana, permite pensar em uma estrutura horizontal de tomada de decisões que privilegia o coletivo. Acredita-se que o poder pode e deve ser exercido pela maioria. Certamente sua credibilidade requer uma “resubstancialização” da política, diz a pesquisadora.<sup>253</sup> Isto é, uma transformação profunda nas relações de poder. Trata-se de recuperar a ética política e de romper com as estruturas dominantes para que um novo mundo possa existir. O que o filósofo e economista John Holloway traduziu com a expressão que empresta nome ao seu livro “Mudar o mundo sem tomar o poder”.<sup>254</sup> Ou seja, modificar a maneira de conceber e de fazer política. Pensa-se em uma mudança que, necessariamente, não precisa e não deseja ser levada a cabo pelos partidos políticos. Na verdade, a política zapatista se apresenta como uma prática sem vinculação partidária, incorformada com o sistema de representatividade e com a profissionalização da política.<sup>255</sup> Desta nova relação com o poder, os rebeldes acreditam que:

Nascerá uma relação política nova. Uma nova política cuja base não seja uma confrontação entre organizações políticas entre si, mas a confrontação de suas

<sup>251</sup> SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México. D.F: Era, 2000. p. 31.

<sup>252</sup> HARVEY, Neil. Apuestas y riesgos en la Sexta Declaración de la Selva Lacandona. **La Jornada**. México, 10 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>253</sup> CECEÑA, Ana Esther. La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo. **Revista Chiapas**, México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7cecena.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>254</sup> Cf. HOLLOWAY, Jonh. **Mudar o Mundo sem Tomar o Poder**. São Paulo, Ed. Viramundo, 2002.

<sup>255</sup> CECEÑA, op. cit.

propostas políticas com as distintas classes sociais, pois o exercício da titularidade do poder político dependerá do seu apoio real e não do seu exercício. Dentro desta nova relação política, as distintas propostas de rumo e de sistema (socialismo, capitalismo, social democracia, liberalismo, democracia cristã, etc.) deverão convencer a maioria da Nação de que sua proposta é a melhor para o país. Mas não só isso. Também serão ‘vigilados’ por esse país que estão governando de modo que se submeterão ao veredito da Nação a respeito de sua permanência na titularidade do poder ou a sua remoção.<sup>256</sup>

O problema levantado pelos zapatistas se refere à Constituição Política do México. Os zapatistas apontam a legislação mexicana como um empecilho para o nascimento dessa nova relação política. Para os rebeldes a legislação de seu país é “[...] demasiadamente estreita para as novas relações políticas que nascerão entre governantes e governados”.<sup>257</sup> Para resolver essa questão os zapatistas propuseram à sociedade a elaboração de um conjunto de propostas, para um governo de transição e para a constituição de uma nova lei nacional. A intenção dos zapatistas era ampliar os espaços de representação social e política para o âmbito jurídico, assegurando constitucionalmente as decisões tomadas pela coletividade.

As atitudes que descrevemos são bastante significativas, em geral, elas revelam a intenção dos rebeldes em ampliar seus espaços de representação através da construção de canais de diálogo, da formação de uma base de apoio e do aumento do número de interlocutores com o movimento. Por outro lado, sinalizam uma postura de confrontação com o governo federal, assumida abertamente pelos rebeldes.

Em janeiro de 1995, os zapatistas publicaram a Terceira Declaração da Selva Lacandona, onde novamente destacaram a importância da sociedade civil. Para o exército insurgente, cabia a ela a “tarefa de restaurar a legalidade, a ordem, a legitimidade e a soberania nacional”. Diante do exposto, fica claro que os insurgentes pretendiam unir forças na “luta pela formação e instauração de um governo nacional de transição para a democracia”,<sup>258</sup> que possuísse as características abaixo mencionadas:

1. Que elimine o sistema de partido de Estado e tire o PRI do governo.
2. Que formule uma nova lei eleitoral que garanta transparência, credibilidade, equidade, participação cidadã não partidária e não governamental, reconhecimento de todas as forças políticas nacionais, regionais ou locais e que se convoque eleições gerais em todos os níveis.
3. Que convoque uma assembléia constituinte para a elaboração de uma nova Constituição.

<sup>256</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>257</sup> Ibid.

<sup>258</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010. Todas as citações contidas neste parágrafo.

4. Que reconheça as particularidades dos grupos indígenas, reconhecendo o seu direito a uma autonomia que não seja excludente e à cidadania.

5. Que oriente o programa econômico nacional para que este, deixando de lado a dissimulação e a mentira, favoreça aos setores mais despossuídos do país, os operários e os camponeses, que são os principais produtores da riqueza da qual os outros se apropriam.<sup>259</sup>

Depois de registrarem toda a sua indignação diante das irregularidades, iniquidade, corrupção, chantagem, intimidação, furto e falsificação em torno do processo eleitoral municipal, recordarem o caminho que haviam trilhado em busca de uma solução negociada para o conflito, os zapatistas concluíram: “a questão indígena não terá solução se não houver uma transformação radical do pacto nacional”.<sup>260</sup> Como solução para a desesperança que os afligia, os zapatistas propuseram à sociedade civil a formação do Movimento de Libertação Nacional (MLN). Os zapatistas pretendiam formar uma ampla frente de oposição com esta iniciativa, ideia retomada pelos rebeldes na declaração seguinte. Para fazer parte do MLN os zapatistas decidiram convocar “todas as forças que, sem distinção de religião, raça ou ideologia política, fossem contrárias ao sistema de partido de Estado”.<sup>261</sup> O Movimento de Libertação Nacional (MLN), proposto pelos rebeldes, deveria ser encabeçado pela Convenção Nacional Democrática (CND) e pelo perredista Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, candidato da esquerda à Presidência da República (1994) pela Frente Democrática Nacional (FDN), partido político que, por muito tempo, se manteve aliado às estratégias zapatistas.

Ernesto Zedillo Ponce de León (PRI), candidato da direita, ganhou às eleições presidenciais no México, assumindo o cargo em primeiro de dezembro de 1994. A vitória priista nas urnas levantou novas suspeitas de irregularidades no processo eleitoral e resultou no enfraquecimento tanto da CND quanto do MLN. Assim que tomou posse, o presidente eleito sob a bandeira conciliatória declarou guerra ao EZLN. Segundo a antropóloga June Nash, o presidente recém-empossado intensificou a pressão sobre as comunidades indígenas, retomou a ação militar na região e perseguiu o principal porta-voz do exército insurgente, o subcomandante Marcos.

No início de 1995, o governo federal enviou um exército de aproximadamente sessenta mil soldados à Selva Lacandona. Há relatos de que as tropas federais queimaram casas e violentaram mulheres. Representantes da imprensa, observadores dos direitos

---

<sup>259</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>260</sup> Ibid.

<sup>261</sup> Ibid.

humanos e até mesmo a Cruz Vermelha Internacional foram impedidos pelo governo de presenciar as invasões. Nash, que esteve no México nesta ocasião, relata que a presença de membros de organizações não governamentais na zona de conflito significava, para os mexicanos, detenção na prisão de Tuxtla Gutiérrez, capital de Chiapas e, para os cidadãos de outros países, expulsão imediata.<sup>262</sup>

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) conseguiu vencer o cerco militar na região e marcou o seu domínio sobre trinta e oito municípios, que em seguida foram declarados municípios rebeldes. Os espaços físicos ocupados e controlados pelos insurgentes foram chamados de Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), regiões que passaram a ser coordenadas por Conselhos Autônomos Zapatistas (conselhos formados pelas bases de apoio zapatistas). Lá, aplicavam-se as leis revolucionárias zapatistas de 1993, as leis locais determinadas pelas comunidades e as contidas na Constituição Política de 1917. Nessas regiões, o diretor do periódico local *El Tiempo* e ex-candidato ao governo do estado de Chiapas, Amado Avendaño Figueroa, que havia sido vencido pelo priista Eduardo Robledo Rincón (dez.1994-fev.1995) em eleições sob fortes suspeitas de fraude, foi reconhecido “Governador Constitucional do Estado Rebelde de Chiapas”.<sup>263</sup>

Nos MAREZ, os zapatistas finalmente conquistaram a autonomia política e um espaço para a reprodução dos seus modos de vida. Para Raúl Ornelas “a formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), ilustram o alcance da luta zapatista no horizonte da transformação social.” Em suas palavras, “diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos municípios ‘oficiais’, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações”.<sup>264</sup> Na verdade, os limites geográficos dos novos municípios não correspondem às delimitações territoriais oficiais, eles são formados a partir dos critérios estabelecidos pelas próprias comunidades indígenas zapatistas – étnicos, linguísticos, religiosos, entre outros. Ornelas está querendo dizer que a experiência formativa e funcional desses municípios autônomos extrapola a ideia de uma resistência política, “pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território”.<sup>265</sup> Significa que a formação e o funcionamento desses espaços não só permite a autonomia política, como também contribui com a reprodução cultural, material e simbólica dessas

<sup>262</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.184.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. CECEÑA, Ana Esther. (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. São Paulo: CLACSO. 2005. p.134.

<sup>265</sup> Ibid. p.134.

comunidades, deslocando o debate sobre a questão étnica para o direito das populações indígenas sobre o território.

Enquanto os zapatistas criavam espaços para uma “subcultura dissidente”,<sup>266</sup> termo empregado por James Scott para se referir aos espaços simbólicos, discursivos ou físicos que os grupos marginais criam para existir, Ernesto Zedillo Ponce de León seguia demonstrando pouco interesse em retomar as negociações de paz. Na verdade, “a paz não estava na agenda do débil governo de Zedillo”,<sup>267</sup> salienta a antropóloga June Nash. Apesar do desinteresse, o presidente eleito pelo PRI se viu obrigado pela sociedade civil a retomar o diálogo com o EZLN. Agora, porém, exigia-se que as negociações possuíssem uma instância legislativa.

Em março, foi encaminhada ao Congresso Federal, para ser discutida na Câmara dos Deputados, uma iniciativa de *Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas*. A lei, aprovada pelo Congresso, considerava o atendimento das causas que originaram o conflito e previa a promoção de soluções consensuais às demandas de caráter político, social, cultural e econômico.<sup>268</sup> Cabia à lei, de 11 de março de 1995, possibilitar a formulação de propostas conjuntas que pudessem ser enviadas às Câmaras Legislativas para serem convertidas em reformas constitucionais. Para isso, instituía-se uma Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), integrada por uma Comissão Legislativa do Congresso da União, constituída por um representante do Poder Executivo e por outro do Poder Legislativo designados para essa finalidade.<sup>269</sup> O principal objetivo da COCOPA era facilitar o novo diálogo entre o governo e o exército insurgente e redigir as propostas formuladas pelas partes envolvidas.<sup>270</sup>

Embora o EZLN reconhecesse que a *Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas* continha elementos importantes para a retomada das negociações, eles consideraram a lei insatisfatória. Os zapatistas diziam que a lei apresentava omissões importantes que poderiam ser utilizadas de má fé pelo Executivo Federal. Os zapatistas temiam que o governo se aproveitasse dessas lacunas para impor condições desfavoráveis aos insurgentes durante os diálogos ou para levar adiante planos de cunho policial e militar contra

<sup>266</sup> Termo empregado por James Scott para se referir aos espaços simbólicos, discursivos ou físicos que os grupos marginais criam para existir.

<sup>267</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.184.

<sup>268</sup> MÉXICO. **Ley para el Diálogo, la Conciliación y la paz Digna en Chiapas, de 11 de março de 1995**. México, 1995. Disponível em: <zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/ley-dialogo.html>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>269</sup> Ibid.

<sup>270</sup> Ibid.

as comunidades rebeldes.<sup>271</sup> Apesar das ponderações, os diálogos entre zapatistas e governo foram retomados.

Em abril de 1995, ocorreu o primeiro encontro entre os zapatistas, a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) – fundada pelo bispo Samuel Ruiz ao lado da sociedade civil – e os representantes do governo, no *ejido* de San Miguel, município de Ocosingo. Durante esse primeiro encontro, as partes definiriam os princípios do protocolo que permitiria a retomada das negociações. A antropóloga June Nash salienta que “as condições para um diálogo agora eram menos propícias”,<sup>272</sup> Marcos e outros membros da delegação zapatista corriam risco de vida. Por temer pela integridade física de seus membros, a CCRI-CG do EZLN decidiu condicionar o início dos diálogos à retirada do exército mexicano da Selva, ao reconhecimento da CONAI e à anulação das ordens de apreensão da justiça mexicana contra sua dirigência. No comunicado endereçado à CONAI, do dia vinte de fevereiro de 1995, o comando geral do EZLN alegou que “qualquer iniciativa para retomar o diálogo só será possível se forem criadas condições físicas e legais de um encontro entre as partes envolvidas”.<sup>273</sup>

Por meio do *Protocolo de Bases para el Diálogo y Negociación del Acuerdo de Concordia y Pacificación con Justicia y Dignidad*,<sup>274</sup> assinado em abril de 1995, o governo federal e a dirigência política do EZLN acordaram as bases para o diálogo e para as negociações que aconteceriam no povoado indígena de San Andrés Larráinzar, rebatizado pelos zapatistas San Andrés Sacam'chen de los Pobres. De acordo com June Nash, Larrainzar era o sobrenome de um grande proprietário de terras da região que, entre os anos de 1867 a 1869, foi confrontado pelos tzotziles que habitavam a região (Guerra de Castas). Nash acredita que “a rejeição do apêndice Larráinzar no nome do município está relacionada com este episódio histórico”, uma vez que “a consolidação do poder ladino levou ao deslocamento dos indígenas do centro da cidade e a sua subordinação política e econômica”.<sup>275</sup>

Durante o ano de 1995, a *Alianza Cívica* (uma organização não governamental formada pela sociedade civil) com a colaboração da Convenção Nacional Democrática

<sup>271</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas**. México, 15 de março de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: nov. 2011.

<sup>272</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomia en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006. p.187.

<sup>273</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la Conai: sobre reanudación del diálogo**. México, 20 de fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: nov. 2011.

<sup>274</sup> MÉXICO. **Protocolo de Bases para el Diálogo y la Negociación de un Acuerdo de Concordia y Pacificación con Justicia y Dignidad, de 9 de abril de 1995**. México, 1995. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/snmiguel.html>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>275</sup> NASH, op. cit. p.187.

(CND), organizou uma consulta à sociedade, chamada de Consulta Nacional e Internacional pela Paz e a Democracia. Tratava-se da primeira consulta convocada diretamente pelo EZLN. Desta consulta participaram pouco mais de um milhão de mexicanos e cerca de sessenta mil pessoas de vinte e oito países. Pessoas que haviam respondido às perguntas formuladas pelo EZLN a respeito do rumo que a luta zapatista deveria tomar. Em resposta à consulta, os zapatistas anunciaram uma série de medidas: o nascimento de novos Aguascalientes, a celebração do *Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*, a constituição da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) e, por fim, a realização de um Fórum Nacional Indígena (FNI) de onde nasceria o Congresso Nacional Indígena (CNI).

### 3.2. Há um tempo para exigir.

Em janeiro de 1996, os zapatistas publicaram a Quarta Declaração da Selva Lacandona, onde anunciaram à sociedade a constituição de uma nova força política, não partidária e pacífica, baseada no EZLN: a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN). Tratava-se, nas palavras dos insurgentes, de uma "organização civil e pacífica, independente e democrática, mexicana e nacional" empenhada em organizar a sociedade civil, sob o princípio político zapatista do "mandar obedecendo". Por seguir tal princípio, seus integrantes não deveriam aspirar nem tampouco desempenhar cargos eletivos ou postos governamentais. Eles deveriam ser capazes de organizar as demandas sociais e lutar por sua concretização de modo independente. A Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) foi descrita pelos insurgentes da seguinte maneira:

Uma força política cujos integrantes não desempenhem nem aspirem desempenhar cargos eletivos ou postos governamentais em quaisquer de seus níveis. Uma força política que não aspire à tomada do poder. Uma força que não seja um partido político. Uma força política que possa organizar as demandas e propostas dos cidadãos para que o quem mande, mande obedecendo. Uma força que possa organizar a solução dos problemas coletivos mesmo sem a intervenção dos partidos políticos e do governo. [...] Uma força que lute contra a concentração da riqueza em poucas mãos e contra a centralização do poder. Uma força política cujos integrantes não tenham outros privilégios, a não ser a satisfação do dever cumprido.<sup>276</sup>

Com o seu anúncio fica clara a insistência dos zapatistas em alargar os espaços democráticos de participação política por meio da formação de uma ampla frente de oposição.

<sup>276</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º jan. 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

A diferença da tentativa anterior é que agora não pensavam em constituí-la como um movimento, mas como uma unidade organizada, dotada de estrutura orgânica e de plano de ação. Uma espécie de “[...] lugar de ação política cidadã de onde confluíam outras forças políticas de oposição independente, espaço de encontro de vontades e coordenador de ações unitárias”.<sup>277</sup>

A Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), chamada dessa maneira pelos insurgentes para evidenciar que não se tratava de uma organização política partidária, deveria ser organizada nos âmbitos local, regional e estadual, facilitando, desse modo, o seu crescimento a partir de suas bases de apoio. Quando foi concebida, a frente zapatista possuía um programa de luta relativamente modesto, mas terminou com um programa bastante extenso até a ocasião de sua fundação em 1997. Junto das onze demandas descritas na Primeira Declaração da Selva Lacandona, Trabalho, Teto, Terra, Alimentação, Saúde, Educação, Independência, Democracia, Justiça, Liberdade e Paz, acrescentaram-se outras cinco: Respeito à Cultura, Direito à Informação, Segurança, Combate à Corrupção e Defesa do Meio Ambiente.

Embora o convite para constituição dessa nova força política tenha partido do EZLN, em diversas ocasiões o exército insurgente esclareceu que não participaria diretamente do seu funcionamento. Isso não significava que os zapatistas não desejassem poder, um dia, se unir a essa organização civil ou que ignorassem a influência que exerciam sobre a mesma. Apesar dessa postura cautelosa, o EZLN recebeu críticas a respeito de sua relação com a FZLN. Para os críticos, a FZLN teria se convertido, com o passar dos anos, no braço civil do EZLN. É certo que o EZLN exerceu uma influência muito forte sobre a FZLN, não apenas durante a sua constituição, mas também durante a sua vigência e inclusive na ocasião do seu encerramento,<sup>278</sup> mas é difícil supor que uma frente tão abrangente, composta por tantos membros, não tivesse liberdade, ainda que relativa, para agir de acordo com a sua própria vontade. Falamos de liberdade relativa, pois a FZLN deveria seguir o direcionamento político do EZLN e sobre isso, certamente, não poderia se desviar. Durante o encerramento do Fórum Especial sobre a Reforma do Estado, realizado em julho de 1996, os insurgentes se posicionaram a respeito da FZLN:

<sup>277</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º jan. 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>278</sup> Após o nascimento da *La Otra Campaña* em 2005, decidiu-se pelo encerramento da frente zapatista. A decisão foi tomada pelo EZLN com o consentimento dos membros da FZLN, como podemos verificar no Comunicado do EZLN. Cf. COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Comunicado do EZLN sobre a disolución del FZLN**. México, 20 novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=728&cat=78>>. Acesso em: jan. 2012.



Hoje, a Frente Zapatista de Libertação Nacional é a intuição do que podemos ser amanhã. [...] Não há alianças entre o EZLN e a FZLN. Não há isso de que um é o braço armado do outro, e que o segundo é o braço civil do primeiro. Há um caminho do qual falam e que percorrem juntos. O caminho pelo qual andam é novo e o vão fazendo juntos. Somos a mesma coisa no amanhã que construiremos.<sup>279</sup>

A Quarta Declaração da Selva Lacandona é particularmente interessante. A insistência dos rebeldes em buscar uma saída política e dialogada para o conflito, reiteradamente propagada nas declarações anteriores, começou a ceder espaço para a apresentação de propostas alternativas de coexistência. Também observamos que as críticas geralmente direcionadas aos partidos políticos, aos governistas e à relação dos indígenas com os Estados nacionais passaram a se concentrar na globalização neoliberal.

Estamos no meio de uma grande guerra que sacudiu o México no final do século XX. A guerra entre aqueles que pretendem perpetuar um regime social, cultural e político, o equivalente ao crime de traição à Pátria, e os que lutam por uma mudança democrática, livre e justa.<sup>280</sup>

Embora os zapatistas não se refiram diretamente à globalização nesta declaração, somos levados a acreditar que ela constitui o seu mais novo e mais importante adversário. Em diversos documentos produzidos pelos zapatistas depois dessa data, a globalização passa a ser traduzida como uma grande guerra. Como resposta a essa guerra os zapatistas alegam que desenvolveram outra guerra ou resistência, como os insurgentes preferem chamá-la, o que no início deste trabalho identificamos também como “globalização de baixo para cima”, terminologia proposta por Boaventura Souza Santos.

Na concepção dos rebeldes, “a guerra zapatista é apenas uma parte dessa grande guerra que é a luta entre a memória que aspira ao futuro e o esquecimento que é vocação externa”.<sup>281</sup> Ao afirmarem que a resistência zapatista faz parte de uma luta maior, os zapatistas a inserem no conjunto de lutas contrárias à globalização neoliberal que acreditam na possibilidade de outra globalização. Ao defini-la como uma luta da memória contra o esquecimento, a inscrevem no plano das lutas de representações. Queremos destacar que, com o tempo, a luta zapatista vai adquirindo uma dimensão de projeto, sintetizada por meio da

<sup>279</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Clausura del Foro Especial para la Reforma del Estado.** México, Julho de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>280</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.** México, 1º jan. 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>281</sup> Ibid.

seguinte expressão: *un mundo donde quepan muchos mundos*.<sup>282</sup> Ana Ester Ceceña demonstra bastante entusiasmo com essa colocação. Em suas palavras,

A construção de um mundo no qual caibam todos os mundos é a proposta mais radical que se formulou até agora. Diante de um mundo cada vez mais articulado, mas mais fragmentado, onde as relações humanas se estabelecem através de um número infinito de mediações e onde os sistemas de controle penetram todas as esferas da vida pública e privada do indivíduo, a construção de comunidades de sistemas pessoais de relacionamento e de redes de resistência e rebelião é o maior desafio para a regulamentação do mercado, por sua capacidade de converter a exclusão múltipla e variada do mundo ocidental na trama do novo mundo, esse onde há lugar para todos os mundos, por mais distintos que eles sejam.<sup>283</sup>

Assim como a pesquisadora mexicana, estamos convencidos de que nesta proposta reside um dos princípios fundamentais da resistência zapatista, ao perceberem que no mundo que está posto só lhes é destinado um papel subalterno, os zapatistas passam a formular uma alternativa de sociabilidade. Segundo os zapatistas, diferente do mundo dos poderosos onde não há espaço para mais ninguém, exceto para si mesmos e para os seus servos, o mundo que eles desejam e estão empenhados em construir é um mundo onde há espaço para modos diferentes de vida. Trata-se, na concepção dos insurgentes, de um mundo onde cabem todos os povos e suas línguas, um mundo mais justo, livre e democrático.

O mundo que queremos é um mundo onde caibam muitos mundos. A Pátria que queremos construir é uma onde caibam todos os povos e suas línguas; que todos possam nela caminhar, rir e amanhecer.<sup>284</sup>

Depois da publicação da Quarta Declaração da Selva Lacandona, percebemos que os zapatistas não temem mais que sua luta seja confundida com uma disputa entre indígenas e não indígenas. Em seus textos e documentos nota-se uma ênfase maior em suas identificações étnicas. De “combatentes” e “insurgentes”, representações que sobressaem na primeira declaração, a “mexicanos” e “patriotas”, identificações empregadas nas declarações posteriores, os zapatistas passam a se enxergar também como “indígenas mexicanos”, “aqueles que têm o rosto moreno” ou somente “índios”. Com o passar do tempo e a proximidade com outros interlocutores mudam-se as estratégias, mas também mudam as representações que eles fazem de si mesmos.

A partir desse momento, em torno da publicação da quarta declaração, os zapatistas passam a atribuir uma importância maior às questões relativas às diferenças culturais e

<sup>282</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º jan. 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>283</sup> CECEÑA, Ana Esther. La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo. **Revista Chiapas**, México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7cecena.html>> Acesso em: jun. 2010.

<sup>284</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. México, 1º jan. 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

étnicas. O caráter pluriétnico da nação volta a ser discutido com afinco e os indígenas passam a se questionar sobre o que deveria ser feito, quais as mudanças necessárias para que essa diversidade fosse reconhecida constitucionalmente.

Embora os direitos culturais, sociais e políticos dos indígenas estivessem na pauta de discussões entre o EZLN e o governo federal – como sabemos os diálogos haviam sido retomados – os zapatistas decidiram discuti-los também em fóruns civis convocados especificamente para esse propósito. Parece-nos que a intenção dos zapatistas era partilhar com a sociedade civil o poder decisório e, ao mesmo tempo, avançar com os diálogos, independente do resultado obtido das primeiras negociações realizadas no município de San Andrés.

Em geral, pode-se dizer que os assuntos discutidos nesses fóruns se concentraram na autonomia, concebida como parte integrante do direito dos diferentes povos indígenas mexicanos à livre determinação. Com o aparecimento dessa categoria é inevitável que não nos deparemos com os seguintes questionamentos. O que é autonomia? Em que implica o seu reconhecimento? Em primeiro lugar, convém esclarecer que existem diversas concepções de autonomia. O antropólogo mexicano Hector Díaz-Polanco identifica duas posturas. A primeira, mais próxima da zapatista, concebe a autonomia como um sistema jurídico e político capaz de alterar a relação entre os indígenas e os outros grupos sociais. A segunda, mais conservadora, apresenta a autonomia como mais um reclame numa lista de demandas e não como um eixo articulador das reivindicações. De acordo com esta perspectiva, “[...] a autonomia não é o programa dirigente e a proposta global que permitiria organizar o Estado multiétnico, mas apenas parte do repertório de demandas”.<sup>285</sup> Para o antropólogo a última postura está próxima da autarquia ou do abstracionismo, uma vez que não apresenta uma proposta alternativa para a organização da sociedade nacional ou para a instauração do Estado multiétnico e também por não incluir uma análise sobre as mudanças políticas necessárias para a efetivação dos seus reclames, sendo, desse modo, considerada muito limitada.<sup>286</sup>

Em outro texto, *La rebelión de los indios zapatistas y la autonomía*, Héctor Díaz-Polanco explica que um regime autonômico não ameaça a integridade nacional (uma vez que não se expressa como independência da nação), que sua vigência não significa um retorno ao passado, que a autonomia não impede a garantia de direitos humanos fundamentais e direitos individuais básicos e, também, que não se traduz em direitos de caráter personalista, mas em

---

<sup>285</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. *La rebelión zapatista y la autonomía*. México. D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2003. p.17.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p.17.

prerrogativas territoriais.<sup>287</sup> Segundo o pesquisador, a autonomia consiste em um regime jurídico-político que exige a criação de uma nova etapa na organização político-territorial do país e a regulação de novas formas de convivência entre os diversos grupos étnicos (índios e não índios). Em suma, “a autonomia se define e opera como parte do Estado nação; cria um novo ‘piso’ na organização político-territorial, um nível adicional no marco de um sistema de poderes verticais (em nosso caso, talvez entre o município e a entidade federativa)”<sup>288</sup>

O antropólogo mexicano esclarece que a condição mais importante para o estabelecimento da autonomia se refere à constituição de uma base político-territorial onde seriam definidos o caráter, os órgãos e as funções dos governos autônomos e exercidas as prerrogativas constitucionais e legalmente estabelecidas entre os grupos que compartilham a mesma região autônoma, o que implicaria em amplas e profundas reformas constitucionais como parte importante para a construção da democracia e como uma peça fundamental para a formação de um Estado multiétnico.<sup>289</sup>

A autonomia estava no centro das negociações entre o EZLN e o governo federal. Havia uma grande expectativa de que, durante os diálogos que estavam acontecendo, as partes chegassem a um consenso sobre essa e outras questões. Para avançar com os diálogos, o governo federal e o exército insurgente concordaram em formaram seis mesas temáticas: Direitos e Cultura Indígenas; Democracia e Justiça; Bem-estar e Desenvolvimento; Reconciliação em Chiapas; Direitos da Mulher e Término das Hostilidades.

As discussões sobre a primeira mesa de trabalho começaram em outubro de 1995 e terminaram no início do ano seguinte, com a assinatura dos primeiros acordos entre o governo federal e o exército insurgente. Nesses acordos, conhecidos como Acordos de San Andrés, o Estado mexicano se comprometeu em reconhecer constitucionalmente o direito à livre determinação dos povos indígenas:

O Estado deve promover o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito a livre determinação dos povos indígenas que são os que "descendem das populações que habitavam o país na época da conquista ou da colonização e do estabelecimento das atuais fronteiras estatais, e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou parte delas. A consciência de sua identidade indígena é considerada um critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições" sobre povos indígenas.<sup>290</sup>

<sup>287</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. La rebelión de los índios zapatistas y la autonomía. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997. p.98.

<sup>288</sup> Ibid., p.98.

<sup>289</sup> Ibid., p.99.

<sup>290</sup> GOVERNO FEDERAL DO MÉXICO; EZLN. **Acuerdos de San Andrés**. México, 16 fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>>. Acesso em: jan. 2012.

O Estado também assumiu o compromisso em garantir aos indígenas o acesso à justiça, respeitando suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos:

O Estado deve garantir o pleno acesso dos povos à jurisdição do Estado mexicano, com reconhecimento e respeito às especificidades culturais e seus sistemas normativos internos, garantindo o pleno respeito aos direitos humanos. Promoverá que o direito positivo mexicano reconheça as autoridades, normas e procedimentos de resolução de conflitos internos dos povos e comunidades indígenas, para aplicar a justiça baseada em seus sistemas normativos internos, e mediante procedimentos simples, suas sentenças e decisões deverão ser convalidadas pelas autoridades jurisdicionais do Estado.<sup>291</sup>

E, ainda, se comprometeu em impulsionar mudanças jurídicas e legislativas para que a participação e a representação política dos povos indígenas fossem ampliadas:

O Estado deve impulsionar mudanças jurídicas e legislativas que ampliem a participação e a representação política local e nacional dos povos indígenas, respeitando suas situações e tradições diferentes, e fortalecendo um novo federalismo na República mexicana. O pedido de que as vozes e as demandas dos povos indígenas sejam escutadas e atendidas deve levar ao reconhecimento dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais dos povos indígenas, no âmbito da nação mexicana e a uma reforma fundamental do Estado no que diz respeito às suas práticas institucionais. O governo federal promoverá reformas constitucionais e legais que correspondam aos acordos e consensos alcançados.<sup>292</sup>

O Estado também prometeu melhorar as condições de vida dos povos indígenas (garantindo investimentos na educação, saúde e moradia) e afirmou que atuaria em favor do reconhecimento e da ampliação dos espaços culturais dos povos indígenas:

O Estado deve promover políticas culturais nacionais e locais para o reconhecimento e ampliação dos espaços dos povos indígenas para a produção, recreação e divulgação das suas culturas; de promoção e coordenação das atividades e instituições dedicadas ao desenvolvimento das culturas indígenas, com a participação ativa dos povos indígenas e da incorporação do conhecimento das diversas práticas culturais nos planos e currículos das instituições educacionais públicas e privadas. O conhecimento das culturas indígenas é um enriquecimento nacional e uma etapa necessária para eliminar mal-entendidos e discriminações dirigidas aos indígenas.<sup>293</sup>

No mês seguinte, o governo federal e o exército insurgente começaram a discutir os assuntos referentes à segunda mesa de trabalho: Democracia e Justiça. O desinteresse do governo federal em discutir tal temática se manifestou na maneira como os diálogos foram conduzidos. A delegação governamental demonstrou, segundo os zapatistas, que estava

<sup>291</sup> GOVERNO FEDERAL DO MÉXICO; EZLN. **Acuerdos de San Andrés**. México, 16 fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> Ibid.

“empenhada em fazer fracassar a negociação”. Em primeiro lugar, ao reduzir o tema a “questões locais”. Em segundo lugar, ao torná-lo distante de uma ação concreta, quando partiram para “declarações puramente abstratas” sobre democracia e justiça.<sup>294</sup>

Diante do descaso governamental, o EZLN decidiu organizar um fórum de debate, conhecido como Fórum Especial sobre a Reforma do Estado, presidido pela CCRI-CG com o apoio da COCOPA e CONAI. Os Comitês Cívicos de Diálogo do EZLN, as organizações sociais e políticas, os movimentos, as organizações não governamentais, a sociedade civil e algumas personalidades importantes foram todos convocados para participar deste novo fórum de discussões.<sup>295</sup> Realizado em junho de 1996, em San Cristóbal de Las Casas, o fórum destinava-se a dar continuidade às discussões sobre democracia e justiça iniciadas em março daquele ano. Para os rebeldes esse espaço de discussão apresentava-se como um caminho para a construção de um trânsito civil e pacífico rumo à democracia e, também, como um meio para a superação da subordinação dos povos indígenas em relação ao Estado.

A ausência de propostas “sérias e concretas” – como os zapatistas qualificaram as iniciativas do governo zedillista para a mesa sobre Democracia e Justiça – foi acompanhada pelo aumento da violência na zona de conflito. Os rebeldes acusaram a *Secretaría de Gobernación* de realizar uma campanha permanente de perseguição, hostilidades, intimidações, militarização e de repressão tanto às suas comunidades quanto aos membros da EZLN, aos assessores da mesa de San Andrés e também aos grupos de estrangeiros que acompanhavam as negociações de paz. Os zapatistas também denunciaram que a *Ley de Concordia y Pacificación* estava sendo descumprida e culpavam o governo de afastá-los, com essa atitude intransigente, de uma solução pacífica para o conflito. Em um comunicado publicado em agosto de 1996, os rebeldes informaram que estava suspensa a participação de sua delegação nos diálogos de San Andrés até que condições mínimas e críveis fossem adotadas.<sup>296</sup>

O governo federal, por outro lado, alegou que o rompimento não passava de pretexto dos zapatistas para não negociar. Ao analisarmos os documentos, constatamos que toda a gestão zedillista foi cercada por um clima de animosidade entre o governo federal e o exército insurgente. Não demorou para que a hostilidade ao EZLN fosse estendida também à

<sup>294</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El CCRI-CG del EZLN suspende su participación en los diálogos de San Andrés hasta que existan garantías de un compromiso serio por parte del gobierno.** México, 29 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>295</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Convocatoria para un foro sobre la reforma política.** México, 14 de junho de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>296</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El CCRI-CG del EZLN suspende su participación en los diálogos de San Andrés hasta que existan garantías de un compromiso serio por parte del gobierno.** México, 29 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) presidida pelo bispo da Diocese de San Cristóbal de Las Casas, Samuel Ruiz García. Em março de 1998, o Presidente da República teria intimado o órgão intermediador para que retificasse as denúncias da CONAI de militarização e paramilitarização de Chiapas e a crítica de que o governo de Zedillo atuava com descomprometimento.

O presidente da CONAI não retificou suas declarações, pelo contrário as ratificou. No comunicado intitulado *Hacia una nueva etapa del proceso de paz*, Samuel Ruiz García esclareceu que quando aceitou participar da Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) foi para servir como mediador em um processo de diálogo que buscava uma solução pacífica para Chiapas, sem representar nenhuma das partes envolvidas no conflito. Samuel Ruiz García alegava que os acordos de San Andrés teriam se convertido “em uma afirmação reiterada que não se concretiza”. Segundo o religioso, isso teria levado o EZLN a dizer “[...] suas últimas palavras para sumir por um longo, compreensível e ao final pesado silêncio, que foi lido pela outra parte como um rechaço ao diálogo”. Depois desses esclarecimentos, o presidente da CONAI teria dito que, naquele momento, apesar das afirmações contrárias, era evidente que o Governo Federal havia desistido do caminho do diálogo e que a intermediação da CONAI chegava ao fim. A interrupção do diálogo que “deteriorou a situação em Chiapas e no País”, o descumprimento do que havia sido acordado na mesa sobre Direitos e Cultura Indígenas em San Andrés, o silêncio dos zapatistas e as denúncias feitas pelo próprio Ruiz García de “[...] constante e crescente agressão governamental à Diocese de San Cristóbal de Las Casas, à mediação e ao próprio mediador, posta em marcha por distintas instâncias oficiais e recentemente levada a cabo, com signos e palavras, pelo próprio titular do Executivo [...]”,<sup>297</sup> certamente contribuíram para que essa decisão fosse tomada. Samuel Ruiz García, que pouco tempo antes de anunciar a dissolução da CONAI, havia sido alvo de uma emboscada,<sup>298</sup> constatou que uma etapa do processo de paz havia terminado. Em suas palavras “há de se construir outra etapa na qual se recriem as condições do processo de paz com um diálogo e negociação que mirem a solução pacífica das causas do conflito”.<sup>299</sup> O que não observamos ao longo dos dez anos que se seguiram à sua dissolução.

---

<sup>297</sup> CONAI. **Hacia una nueva etapa del proceso de paz**. México. 7 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=707&cat=142>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>298</sup> No dia 04 de novembro de 1997, a comitiva encabeçada pelos bispos Samuel Ruiz García (presidente da CONAI) e Raúl Vera López foi alvo de uma emboscada. No dia 6 de novembro de 1997, apenas dois dias depois da emboscada, que resultou em três feridos, a irmã do bispo Samuel Ruiz, María de la Luz Ruiz García, sofreu um atentado.

<sup>299</sup> CONAI. **Hacia una nueva etapa del proceso de paz**. México. 7 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=707&cat=142>>. Acesso em: jan. 2012.

Durante o ano de 1996, o Exército Zapatista de Libertação Nacional divulgou outras duas declarações: as Declarações de *La Realidad*. Diferente das declarações anteriores, as novas declarações não foram remetidas da Selva Lacandona, mas de uma comunidade zapatista chamada *La Realidad*. Tal deslocamento não deve ser compreendido apenas como uma questão de ordem objetiva. Reconhecemos nessa mudança uma questão de dupla significação. Em primeiro lugar, *La Realidad* remete ao nome de uma localidade, ou seja, seu emprego nas declarações se dá de modo literal. Em segundo lugar, *La Realidad* remete à percepção que os insurgentes possuem desse lugar, ou seja, expressa a representação de mundo desses sujeitos. Nas palavras da antropóloga June Nash, “Realidad se converteu em um marco simbólico após a invasão da selva, no dia 9 de fevereiro de 1995, quando foi destruída por tropas federais”.<sup>300</sup> Desde então, *La Realidad* é o nome de uma comunidade zapatista em resistência, é o nome do antigo centro de comando dos zapatistas na Selva Lacandona e, inclusive, “La Realidad é o nome da realidade de La Realidad [...]”.<sup>301</sup>

As Declarações de *La Realidad*, assim como as Declarações da Selva Lacandona, também foram assinadas pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, a instância máxima do EZLN, formada por comandantes eleitos pelas comunidades indígenas que integram o zapatismo e por um subcomandante, porta voz e tradutor cultural dos demais. O que de fato chama a nossa atenção nessas novas declarações é a ampliação do repertório zapatista. As críticas dirigidas aos partidos políticos e ao estado mexicano já não são tão importantes quanto às críticas dirigidas à globalização neoliberal. Embora as duas coexistam, os problemas entre os indígenas e os Estados nacionais não estão mais desvinculados de uma mudança estrutural. Digamos que a luta zapatista ultrapassa os limites nacionais, que ela adquire um significado global.

Essas mudanças foram sentidas também nos discursos proferidos pelos zapatistas durante o Encontro Internacional, também chamado pelos rebeldes de *intergalático*, realizado em meados de 1996. Como muito bem observou Anne Huffschmid:

Na inauguração do Encontro Intergalático o horizonte discursivo se amplia radicalmente, a Selva Lacandona, como localização geográfica relativamente precisa das declarações anteriores, se transferiu a um povoado denominado La Realidad, o interlocutor já não se restringe a “sociedade civil” mas nem mais nem menos aos

<sup>300</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006, p. 302.

<sup>301</sup> Marcos usa essa expressão para se referir à percepção de um menino, chamado Heriberto, diante da reprodução de uma pintura de John Constable, presente no livro de John Berger. Heriberto, assim como o subcomandante, teria aceitado o convite de Berger e realizado uma rápida comparação entre a imagem e a realidade. MARCOS. Carta a John Berger. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra**: escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.



“cinco continentes”, e a visão de uma “nova política” a nível nacional se substituiu pela de um “novo mundo”.<sup>302</sup>

No final da Segunda Declaração de *La Realidad*, os zapatistas propuseram abertamente a constituição de uma ampla rede intercontinental de resistência pela humanidade e contra o neoliberalismo. Eles falam de uma rede de resistência que não possuísse uma estrutura orgânica, nem centro decisório, muito menos um comando central ou organização hierárquica. A ideia era formar uma rede solidária, uma rede de comunicação alternativa “contra o neoliberalismo e em favor da humanidade”. O que corrobora com a nossa tese de que se trata de uma luta contra a globalização neoliberal, embora os dilemas presentes na relação entre os indígenas e o Estado nacional não sejam abandonados.

Não foi apenas a base de apoio e o repertório que os zapatistas ampliaram. Nas Declarações de *La Realidad* as identificações também se alargaram. Na Primeira Declaração os zapatistas se identificaram com grupos que, assim como eles, existem em maior quantidade numérica, mas que geralmente possuem poucos direitos e baixa representatividade política – “jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, pessoas de cor, imigrantes, trabalhadores, camponeses”.<sup>303</sup> Na Segunda Declaração eles se identificaram com “aqueles que não se conformam”, “aqueles que não se vendem”, “aqueles que não se rendem”, “aqueles que resistem”. Estas últimas representações são bastante interessantes, porque são empregadas ao mesmo tempo para identificá-los e para diferenciá-los. No nosso entendimento, elas estão carregadas de um conteúdo simbólico, uma vez que valorizam certos tipos de comportamentos.

Enquanto os insurgentes ampliavam suas bases de apoio, seu repertório e as representações de si mesmos, a COCOPA redigia uma iniciativa de lei sobre o que havia sido acordado em San Andrés. A proposta ficou pronta ainda em 1996, mas o governo federal se recusou a assiná-la sem alterações. Diante da postura do governo, a primeira atitude dos zapatistas foi de lutar pelo reconhecimento desses acordos. Para pressionar o governo, o EZLN organizou grandes manifestações de repúdio e em favor da efetivação dos Acordos de San Andrés. Entre as várias manifestações destacamos a marcha dos mil cento e onze zapatistas à Cidade do México.

---

<sup>302</sup> HUFFSCHMID, Anne. La otredad política y sus interlocutores: lectura y relectura de una relación (des)encantada. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin. (eds). **El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y en la literatura**. México: UACM, 2011. p. 133.

<sup>303</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Primera Declaración de la Realidad**. México, janeiro de 1996. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

A marcha foi anunciada pelo CCRI-CG, no dia 22 de agosto de 1997. Por meio de um comunicado, o comando do EZLN informou que realizaria uma marcha durante o mês de setembro daquele ano e que seu objetivo era exigir o cumprimento dos Acordos de San Andrés e protestar contra a militarização das zonas indígenas. No mesmo comunicado os zapatistas divulgaram a rota que os representantes dos 1.111 povos que fazem parte do EZLN iriam percorrer, apresentaram a programação preliminar para os primeiros dias do evento e informaram que o trajeto de Xochimilco à praça central, conhecida como Zócalo, seria apresentado em ocasião oportuna juntamente com a programação completa para os sete dias de manifestação.

No dia 2 de setembro de 1997, os rebeldes cumpriram o que haviam combinado e apresentaram a versão final das atividades que seriam realizadas durante a marcha. Entre as atividades, destacamos a participação dos seus dirigentes no Congresso de Fundação da FZLN, a participação no Congresso Nacional Indígena e a realização de um ato de despedida da delegação dos 1.111 zapatistas, tudo isso contrariando a advertência da *Secretaría de Gobernación* que os proibia de circular pela cidade com os rostos cobertos.

Enquanto os zapatistas investiam em manifestações de protesto, o governo federal intensificava as operações militares nas comunidades zapatistas. A violência na região aumentou bastante e culminou no assassinato de quarenta e cinco pessoas, incluindo mulheres e crianças, que viviam em uma comunidade chamada de Acteal, localizada no município de San Pedro de Chenalhó, em Chiapas.

Em 23 de dezembro de 1997, dia seguinte ao episódio que ficou conhecido como Massacre de Acteal, a CCRI-CG do Exército Zapatista de Libertação Nacional informou, através de um comunicado sóbrio e objetivo, que estava investigando e analisando o ocorrido para tomar as providências necessárias e pertinentes. No entendimento dos zapatistas, o assassinato de dezenas de indígenas na comunidade de Acteal, realizada no dia anterior, era de responsabilidade direta do Presidente da República e da *Secretaría de Gobernación*.

Gilberto López y Rivas, presidente da Cocopa na ocasião, destacou em um artigo de opinião publicado em *La Jornada*, onde relembra os quatorze anos de Acteal, que diversos eixos investigativos independentes sobre esse episódio, teses acadêmicas e informes de organizações não governamentais, teriam identificado Ernesto Zedillo Ponce de León, Liéban Sáy Ortiz, Emilio Chauyffet Chemor, Julio César Ruiz Ferro, Jorge Madrazo Cuéllar e outros funcionários governistas, além da Secretaria de Defesa Nacional e de

comandantes do exército militar, como autores intelectuais, cúmplices e/ou encobridores do Massacre de Acteal.<sup>304</sup>

O EZLN acusou o governo mexicano de apoiar um projeto de contrainsurgência, isto é, de promover uma guerra disfarçada, através do financiamento de grupos paramilitares na região (comprando armamentos com os fundos da Secretaria de Desenvolvimento Social) e do treinamento militar de indígenas (dirigido pelos oficiais do próprio exército federal) recrutados para atuar nesse projeto. Para os rebeldes, o governo chiapaneco também participava desse “projeto de contrainsurgencia”, garantindo a impunidade e facilitando o trânsito desses grupos nas principais zonas rebeldes: Norte, Selva e Altos de Chiapas.<sup>305</sup>

A ação militar do governo federal ficou conhecida como Guerra de Baixa Intensidade (GBI), uma referência a um tipo de guerra desenvolvida nos Estados Unidos na década de setenta muito empregada pelos norte americanos no combate de revoluções, movimentos de libertação ou qualquer conflito que representasse uma ameaça aos seus interesses.<sup>306</sup>

Um artigo bastante interessante a respeito da existência de uma Guerra de Baixa Intensidade no estado chiapaneco relaciona as instalações militares, policiais e paramilitares na região ao interesse de corporações transnacionais nos recursos naturais estratégicos localizados neste território. O artigo intitulado *El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales*, de Paulina Fernández Christlieb, nos convence de que um dos principais objetivos da presença militar nas regiões ocupadas pelo EZLN é a destruição do tecido social comunitário que lhes dá sustentação. Essa destruição, afirma Christlieb, se faz a partir da introdução de novas relações mercantis como, por exemplo, o estabelecimento de hotéis, restaurantes e, inclusive, de prostíbulos destinados ao atendimento dos soldados que atuam na região. Além dessas iniciativas a pesquisadora também destaca o fomento da prostituição feminina e a introdução de bebidas alcoólicas nas comunidades indígenas.<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Acteal: 14 años de impunidad. **La Jornada**. México, 18 de dezembro de 2011. Disponível em: < <http://www.jornada.unam.mx/2011/12/18/opinion/016a1pol>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>305</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **La responsabilidad directa de la matanza de Acteal recae en Ernesto Zedillo Ponce de León y la Secretaría de Gobernación, quienes desde hace dos años dieron luz verde al proyecto de contrainsurgencia presentado por el ejército federal**. 23 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>306</sup> PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. **Revista Chiapas**. México, n.2, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No2/ch2pineda.html>> Acesso em: abr. 2012.

<sup>307</sup> FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, Paulina. El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** [en línea] 2003, XLVI (maio-dezembro). Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=42118910>> Acesso em jan. 2012.

Paulina Fernández Christlieb acusa o governo mexicano de acentuar os conflitos entre as comunidades, apoiando ações absurdas, como a expulsão de algumas comunidades da Selva e o recrutamento de jovens em situação de marginalização para incorporá-los em grupos paramilitares. Para Paulina, o governo também articulou o tráfico ilegal de armas dos paramilitares com o narcotráfico e garantiu a impunidade de novos grupos de delinquentes, além do incentivo ao consumo de pornografia e drogas entre os jovens. Ao final, a pesquisadora concluiu: “complementariamente à destruição da vida comunitária, as forças militares desejam dominar o espaço físico e a infraestrutura da selva, com o objetivo de controlar o EZLN e outras organizações camponesas e indígenas [...]”.<sup>308</sup>

Depois do ocorrido em Acteal, Ernesto Zedillo Poncé de Leon intensificou ainda mais a presença de tropas federais na região ocupada pelos zapatistas, sob o pretexto de dar prosseguimento às investigações sobre o massacre e de prevenir a ocorrência de episódios similares na região. Para os rebeldes, o exército federal estava se aproveitando da situação para levar adiante uma nova ofensiva contra o EZLN. Ao contrário do que todos esperavam, os insurgentes preferiram se recolher e se silenciaram diante da nova ofensiva zedillista. O silêncio que surpreendeu a própria CONAI, só foi rompido depois de algum tempo, quando os zapatistas tornaram público, em julho de 1998, a sua Quinta Declaração da Selva Lacandona.

O texto da quinta declaração chama a atenção pela maneira como está estruturado. A declaração iniciada com a expressão *Hoy decimos: ¡Aquí estamos! ¡Resistimos!* confirma as decisões e as atitudes tomadas pelo exército insurgente ao mesmo tempo em que convida a sociedade para refletir sobre a importância dos Acordos de San Andrés. O texto segue uma estruturação tópica, o que propicia ao leitor uma praticidade durante sua leitura e facilita a sua compreensão.

No primeiro tópico, intitulado *La resistencia y el silencio*, os zapatistas inscrevem sua luta como parte “fundamental e necessária” de uma luta maior de resistência. San Andrés é considerado, pelos rebeldes, parte dessa luta da qual eles julgam estar inscritos. Como o assunto principal da declaração são os Acordos de San Andrés, no decorrer da narrativa nos deparamos com questionamentos referentes ao seu descumprimento. Sempre que isso acontece, observamos que esses questionamentos assumem um tom de indignação.<sup>309</sup>

---

<sup>308</sup> FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, Paulina. El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* [en línea] 2003, XLVI (maio-dezembro). Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=42118910>> Acesso em: jan. 2012.

<sup>309</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. *Quinta Declaración de la Selva de Lacandona*. México, 17 de julho de 1998. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

No segundo tópico, intitulado *Contra la guerra, no otra guerra sino la misma resistencia*, os zapatistas relatam quais foram as decisões que tomaram durante o período em que permaneceram em silêncio. Acusam o governo federal de promover ameaças, morte, destruição, por mentir, por promover a discórdia e a fome no intuito de “render e vencer”. Descrevem quais foram às atitudes que adotaram diante da ação governamental e concluem que estavam certos de que: “silêncio, dignidade e resistência foram nossas fortalezas e nossas melhores armas.” Por fim, terminam: “e vimos que a vontade de paz também calando se afirma, se mostra e convence”.<sup>310</sup>

O terceiro tópico, *San Andrés: una ley nacional para todos los indígenas y una ley para la paz*, como o próprio nome diz, fala especificamente sobre os Acordos de San Andrés. Os insurgentes esclarecem que uma Lei indígena de caráter nacional deve responder às esperanças de todos os povos indígenas do país e não apenas a dos zapatistas. Considerando que os Acordos de San Andrés tinham representado as aspirações de todos os povos indígenas do México, os zapatistas concluíram que a aprovação de uma legislação diferente do que havia sido acordado durante o longo e cansativo período de diálogos entre o governo federal e o EZLN tratava-se de uma “simulação”.<sup>311</sup>

No tópico intitulado, *El diálogo y la negociación, posibles si son verdaderos*, os insurgentes identificam três grandes inimigos que devem ser derrotados para que um caminho “viável, eficaz e confiável” em direção à paz fosse construído: a ausência de mediação; a guerra e o não cumprimento dos acordos. Para os insurgentes tanto o primeiro quanto o último empecílho para a paz eram de responsabilidade direta do governo federal. Ao longo de sua argumentação, sublinharam que “a razão sempre foi uma arma de resistência diante da estupidez [...]”. Os rebeldes também não se pouparam de oferecer esclarecimentos à população civil nacional e internacional sobre esse processo, no intuito de convencê-la:

Não nos levantamos e nos fizemos rebeldes porque acreditávamos que éramos fortes e poderosos. Levantamos-nos em busca por democracia, liberdade e justiça, porque estamos certos de que a dignidade da história está ao nosso lado. E com isto nas mãos e no peito, é impossível permanecer indiferente diante das injustiças, traições e mentiras que no nosso país são agora um “estilo de governo.”<sup>312</sup>

No quinto tópico, *Resistimos, seguimos*, os zapatistas relatam que o EZLN “conserva intacta sua capacidade militar, que ampliou sua base social e se fortaleceu politicamente ao demonstrar a justiça de suas demandas”. Há uma clara referência em sua narrativa à ênfase

<sup>310</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Quinta Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 17 de julho de 1998. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>311</sup> Ibid.

<sup>312</sup> Ibid.

que estavam conferindo ao caráter étnico de sua luta – não através de apostas figurativas, por meio do estímulo ao turismo ou artesanato, mas, segundo eles, através “da luta contra a pobreza e pela dignidade.” Os rebeldes estavam certos de que, durante esses quase cinco anos de insurgência, foram capazes de construir “uma grande rede que luta por meios pacíficos contra o neoliberalismo e resistir lutando por um mundo novo e melhor”.<sup>313</sup>

No penúltimo tópico, intitulado *Es la hora de los pueblos indios, de la sociedad civil y del Congreso de la Unión* – os zapatistas solicitam que a sociedade civil, nacional e internacional, os trabalhadores, professores, estudantes, partidos políticos, organizações sociais, comerciantes se empenhassem na luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

Por fim, no sétimo e último tópico, intitulado *Tiempo de la palabra para la paz*, afirmaram que era tempo da palavra, ou seja, do discurso e das negociações, conduzir à paz em Chiapas. O texto diz o seguinte: “agora é hora da paz falar, a que merecemos e necessitamos todos nós, a paz com justiça e dignidade”.<sup>314</sup> Com essa atitude os zapatistas demonstravam que tinham abandonado, de vez, a ofensiva militar e que apostavam em outros meios para serem escutados, tranquilizando, desse modo, a população.

Como parte da luta pelo fim da guerra e pelo reconhecimento constitucional dos direitos dos povos indígenas, o EZLN anunciou que realizaria em todo o México uma Consulta Nacional Sobre a Iniciativa de Lei Indígena da Comissão de Concórdia e Pacificação e pelo Fim da Guerra de Extermínio.<sup>315</sup> A Consulta, convocada pelo EZLN e anunciada na Quinta Declaração da Selva Lacandona, foi celebrada em março de 1999. De acordo com a Comissão de Comunicação Interna da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) a consulta levada a cabo pelo EZLN “legitimou ainda mais os acordos de San Andrés como expressão da maioria dos indígenas do país”. Mais do que isso, ela teria sido o passo mais sério, segundo a FZLN, para a conformação de uma grande rede de resistência social à política dominante.<sup>316</sup>

No ano seguinte à realização da consulta, Vicente Fox Quesada (PAN) assumiu a Presidência da República. Sua eleição, depois de décadas de hegemonia do PRI, gerou certa expectativa entres os grupos indígenas de que acordos selados em San Andrés fossem reconhecidos constitucionalmente. Contudo, como sublinhou Neil Harvey, “nem a mudança

<sup>313</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Quinta Declaración de la Selva de Lacandona**. México, 17 de julho de 1998. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> Ibid.

<sup>316</sup> FZLN. **Balance de la Consulta sobre la Ley de Derechos Indígenas**. México, 1999. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=140&cat=53>>. Acesso em: jan. 2012.

no poder Executivo Federal em 2000 conseguiu concretizar a dita reforma”.<sup>317</sup> Apesar de todos os esforços empreendidos pelos indígenas, nos anos que se seguiram a assinatura dos Acordos de San Andrés, especialmente durante o ano de 2001, o Congresso Federal Mexicano, com o apoio dos principais partidos políticos (PAN, PRI, PRD), preferiu aprovar “uma reforma muito limitada”,<sup>318</sup> chamada de *Ley Cocopa*.

A aprovação de uma iniciativa de lei, diferente da proposta formulada e amplamente discutida em San Andrés (1996), motivou a radicalização do movimento zapatista. Para alguns, as alterações contidas na iniciativa de lei elaborada pela Cocopa (2001) não eram significativas e, por esse motivo, não justificavam a postura do EZLN. Para o EZLN as alterações não eram de maneira nenhuma insignificantes, mas controvérsias constitucionais bastante relevantes. Magdalena Gómez, durante suas análises sobre a autonomia no México, explica que o novo conteúdo oferecido à proposta de lei sobre os direitos e cultura indígenas impedia que a autonomia e a livre determinação (direitos reconhecidos e assegurados nos Acordos de San Andrés) tivessem implicações territoriais.<sup>319</sup> Segundo a vice-presidente da Academia Mexicana de Direitos Humanos no México, a *Ley Cocopa* garantia aos indígenas a concessão de direitos, mas apenas aqueles que não implicassem em poder real em suas mãos.<sup>320</sup> Para Magdalena, a aprovação da *Ley Cocopa* cancelou mais uma vez a possibilidade de uma solução pacífica para o conflito chiapaneco.<sup>321</sup> Controvérsias constitucionais ou erros insignificantes, a reforma constitucional aprovada pelo Congresso Federal em 2001 marcou o fim de uma etapa e o início da exacerbação da resistência.

### 3.3. Há um tempo para exercer.

Depois da aprovação da *Ley Cocopa* pelo Congresso (2001), o EZLN decidiu romper totalmente o contato com o governo federal, rompimento prolongado também aos partidos políticos, de modo que, depois desse episódio, não teríamos relatos de uma nova interlocução entre o exército insurgente e o governo mexicano. Os rebeldes sentiam-se traídos pela classe

<sup>317</sup> HARVEY, Neil. Apuestas y riesgos en la Sexta Declaración de la Selva Lacandona. **La Jornada**. México, 10 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>318</sup> Ibid.

<sup>319</sup> GÓMEZ, Magdalena. Las Estratégias Políticas del Movimiento Indígena. La autonomía en la antesala: la paz inconclusa (el caso mexicano 1995-2003). In: ESCÁRZAGA, Fabiola; GUTIÉRREZ, Raquel. **Movimiento Indígena en América Latina: resistencia e proyecto alternativo**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2005. p. 231-232.

<sup>320</sup> Ibid., 230

<sup>321</sup> Ibid., 227

política mexicana (partidos políticos, poderes legislativo, judiciário e executivo) e, por esse motivo, se posicionaram de maneira mais radical.

Em nosso país, a classe política mexicana (onde se incluem todos os partidos políticos com registro e os três poderes da União) traiu a esperança de milhões de mexicanos, e de milhares de pessoas de outros países de verem reconhecidos constitucionalmente os direitos e cultura dos povos indígenas no México.<sup>322</sup>

Armando Bartra, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Maia e membro do comitê editorial da Revista Chiapas, explicou que o Congresso Nacional Indígena (CNI) teria decidido, desde meados de 2001, por em prática o que havia sido acordado em San Andrés. A decisão assumida por representantes das diversas etnias que participavam do Congresso também teria sido adotada pela dirigência política do EZLN. De modo que, até o ano de 2003, quando o movimento anunciou mudanças significativas em sua organização e em sua atuação política, ouviu-se falar muito pouco no EZLN.

O movimento ocupou as manchetes dos jornais pouquíssimas vezes nesse intervalo de tempo. Durante esse período, apenas um episódio chamou a atenção da grande imprensa para o EZLN: o envolvimento dos zapatistas em uma polêmica com o Euskadi Ta Askatasuna (ETA). Em 2002, o subcomandante insurgente Marcos, em nome do EZLN, se ofereceu para intermediar o conflito que persiste há décadas entre o Estado espanhol e o povo vasco. Por meio de cartas, o subcomandante pediu ao ETA uma trégua unilateral em suas ações militares.<sup>323</sup> Pouco tempo depois da divulgação das cartas do subcomandante, surgiram especulações de que o EZLN possuía vínculos com o ETA e acusações de que o movimento apoiava a organização basca e as suas ações militares. O EZLN tentou se retratar. Por meio de um comunicado, endereçado à sociedade civil espanhola, o subcomandante explicou que, embora tivesse empregado propositivamente terminologias ambíguas em algumas de suas cartas, não desejava faltar com o respeito aos familiares das vítimas do ETA e do Estado espanhol. Muitos, segundo o subcomandante, simpatizantes do EZLN. Marcos pediu desculpas e esclareceu que estava interessado apenas em promover o diálogo na região e que jamais teria se referido à luta armada do ETA, mas à sua luta política.<sup>324</sup> Com exceção deste episódio, podemos dizer que, desde meados de 2001 até o ano de 2005, o movimento não

<sup>322</sup> COMANDACIA GENERAL DEL EZLN. **El EZLN decidió suspender totalmente cualquier contacto con el gobierno federal mexicano y los partidos políticos.** México, 19 de julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>323</sup> MARCOS. **A la organización político-militar vasca Euskadi Ta Askatasuna (ETA): invitación al encuentro.** México, 7 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>324</sup> MARCOS. **A la Sociedad Civil Española y Vasca: convocatoria a la movilización. Una oportunidad a la palabra.** México, 7 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.



apareceu na mídia e se ocupou quase que exclusivamente em consolidar e aprofundar o processo autonômico em seus territórios.

O analista político Armando Bartra insinuou, em seu artigo intitulado *Decifrando la treceava estela*, que não estava disposto a compactuar com essa nova estratégia zapatista e que outros também poderiam fazer o mesmo. Bartra ressentia-se pela ruptura com os partidos políticos e pela decisão do movimento em buscar alternativas fora dos eixos institucionais.<sup>325</sup> Postura, por sinal, ratificada pelo movimento quatro anos depois. Em 2005, o EZLN publicou um ensaio onde o subcomandante Marcos criticava os partidos políticos mexicanos ao mesmo tempo em que propunha à sociedade outro modo de fazer política, uma política feita *desde abajo e por abajo* e não *desde arriba e por arriba*.<sup>326</sup> Esta nova iniciativa política, declarada por meio da Sexta Declaração da Selva Lacandona, ficou conhecida como *La Otra Campaña* ou somente *La Otra*, assunto que discutiremos mais adiante.

Segundo Armando Bartra, a radicalização do movimento, através do exercício da autonomia em sua forma mais acabada (como sinônimo de autogestão socioeconômica e de exercício de governos autonômos), tornou a experiência zapatista muito extremista, afastando o EZLN da contra-política e aproximando o exército insurgente da anti-política. Para Bartra, sem a política partidária é impossível a sobrevivência de qualquer iniciativa política, mesmo as mais radicais, como a zapatista.

Para que uma iniciativa política tenha êxito, disse o pesquisador, é preciso que ela seja seguida por orientações práticas sobre o modo pelo qual deseja imprimir mudanças na sociedade, “porque sem possibilismo não há utopia.” Também é necessário que receba apoio político e recursos materiais para levar adiante um enfrentamento. Segundo Bartra, a organização dos zapatistas em territórios rebeldes impede que as comunidades recebam apoio institucional e as torna ainda mais vulneráveis à perseguição e ao assédio, além de agravar os problemas internos de relacionamento. Bartra termina a sua argumentação sobre a postura do EZLN oferecendo “exemplos notáveis” de organizações autogestionadas que se movem dentro e fora do sistema, interagindo com os governos locais, estatais e federal.

Bartra está convencido de que os zapatistas devem lutar “com um pé na institucionalidade sistêmica e outro fora”. Em outras palavras, ele sugere aos rebeldes que atuem conforme as regras pré estabelecidas, ou seja, que aprendam a jogar o jogo político.

<sup>325</sup> BARTRA, Armando. Decifrando la treceava estela. **OSAL** ( Buenos Aires: CLACSO) Ano IV. N.12 (set.-dez. de 2003). Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal12/d2bartra.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>326</sup> MARCOS. **La (imposible) ¿geometría? del Poder en México**. México, junho de 2005. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

Segundo John Holloway, em *La lucha de clases es asimétrica*, o grande problema em concordar com esse tipo de abordagem está em assumir os pressupostos de um tipo de luta que se realiza de cima para baixo, ou seja, de modo vertical. Ao aceitar esse tipo de convite, os zapatistas ou outro grupo qualquer (que questione as relações de poder e a dominação) perdem a luta, antes mesmo de iniciá-la,<sup>327</sup> salientou Holloway.

É conveniente lembrar que a luta zapatista é bastante singular. Para entendê-la é preciso levar em consideração que a política é elaborada de baixo para cima, a partir das concepções de mundo dos rebeldes e da experiência obtida com a própria luta. Nas palavras de Ceceña, “a construção do mundo novo não se alcança conquistando uma meta (a tomada do poder). O discurso zapatista não contempla metas, mas horizontes, não busca realizar o grande acontecimento, a Revolução [...]”.<sup>328</sup> A intenção é criar espaços alternativos de sociabilidade, capazes de permitir a reprodução de diferentes modos de vida e de outras concepções de mundo.

Em janeiro de 2003, os rebeldes divulgaram o *Calendario de la Resistencia*, um documento formado por doze cartas, apresentadas em sequência, chamadas de estelas “pedras gravadas, trabalhadas com a técnica de baixo relevo que contêm representações de personagens, datas, nomes, acontecimentos... e PROFECIAS”.<sup>329</sup> Em cada carta, o subcomandante Marcos descrevia as lutas que havia presenciado quando percorreu o estado chiapaneco em 2001. Nesta data, o subcomandante, ao lado da delegação zapatista, participou de uma grande marcha, *Marcha del Color de La Terra*, de Chiapas à Cidade do México, para exigir o reconhecimento constitucional dos direitos e cultura indígenas (Acordos de San Andrés) ao Congresso Federal.

Como quase tudo o que é produzido pelo movimento, o *Calendario de la Resistencia* é bastante emblemático. Como diversos autores assinalaram, o principal objetivo do calendário zapatista era o de conferir visibilidade às lutas contra a globalização neoliberal. Nota-se, no entanto, que por meio de sua feitura os zapatistas tentaram formar alianças com outros grupos e inverter os propósitos para os quais um calendário costuma ser utilizado.

O primeiro mês do *Calendario de La Resistencia* corresponde ao estado de Oaxaca, onde o subcomandante destacou a luta do povo oaxaquenho contra a privatização da zona arqueológica de *Monte Albán*, parte do projeto elaborado pelo governo mexicano em parceria

<sup>327</sup> HOLLOWAY, Jonh. La lucha de clases es asimétrica. **Revista Chiapas**. México, n.12, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No12/ch12holloway.html>> Acesso em: jun. 2012.

<sup>328</sup> CECEÑA. Ana Esther. Pela humanidade e contra o neoliberalismo – Linhas centrais do discurso zapatista. In: SEONE, José e TADDET, Emilio (orgs.). **Resistências Mundiais**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 194.

<sup>329</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela**. México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

com o governo norte americano, conhecido como Plano Puebla Panamá (PPP).<sup>330</sup> Depois de Oaxaca foram retratadas às lutas que estavam ocorrendo em Puebla, Veracruz, Tlaxcala, Hidalgo, Querétaro, Guanajuato, Michoacán, Estado do México, Guerrero, Morelos e, por fim, no Distrito Federal.

Em julho de 2003, o movimento publicou a décima terceira estela. A *treceava estela* representava o estado chiapaneco, embora obviamente não correspondesse a nenhum mês do ano. Neste documento, o subcomandante Marcos fez uma síntese da história da luta zapatista e teceu comentários sobre os sucessos e os insucessos do movimento desde o levante de 1994 até aquele momento. Por meio deste ensaio, redigido em sete partes, os zapatistas anunciaram ao mundo mudanças significativas em sua organização e em sua atuação política, todas, segundo Díaz-Polanco, relacionadas com a prática da autonomia.<sup>331</sup>

O próprio Bartra aborda essa questão no artigo citado anteriormente. O problema que observamos em sua abordagem se refere à maneira como ele apresenta a autonomia e ao tipo de analogia utilizada. Bartra apresenta a autonomia como certo modismo e dentro de uma escala evolutiva do conceito de independência que, segundo ele, teria sido o emblema das manifestações de oposição democrática no México, entre os anos cinquenta e setenta do século XX. Bartra explica que, no final do século XX, o termo independência teria sido substituído pela terminologia autonomia. Para o analista político a autonomia, assim como a independência também “rechaça a servidão política”, a diferença é que a primeira também aludiria à “autogestão econômica e social”.

Essa abordagem, no nosso entendimento, é insuficiente, pois insere a autonomia em uma sequência temporal e evolutiva do conceito de independência. Assim como a antropóloga June Nash, acreditamos que a compreensão desse conceito requer, antes de mais nada, que se leve em consideração a base generativa da cultura em sua significação. Admirada com as manifestações culturais de diversos grupos étnicos durante os eventos políticos que seguia, Nash chegou à conclusão de que a autonomia “em sua definição expandida carrega consigo ideias como obter dignidade”. Significa que “este é um conceito mais radical do que o de autodeterminação que apenas implica em dar minha vontade pessoal a uma autoridade

---

<sup>330</sup> Trata-se de um projeto elaborado pelo governo mexicano em parceria com o governo norte-americano, apresentado à sociedade por Vicente Fox em 2001. Na teoria, o projeto divulgava o interesse do governo no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida da população. Na prática, previa a construção de uma grande infra-estrutura e apoio logístico para a expansão do Capital e da globalização neoliberal.

<sup>331</sup> DÍAZ-POLANCO, Héctor. Caracoles: La autonomía regional zapatista. *El Cotidiano* [en línea] 2006, 21 (maio-junho). Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32513706>> Acesso em: mar. 2012.

constituída eleita através de alguma forma de plebiscito”.<sup>332</sup> A busca por autonomia, parece-nos uma tentativa dos povos indígenas mexicanos de “seguir praticando formas próprias de autogoverno e regerem-se por seus sistemas normativos”, um modo de vida, conhecido como “usos e costumes”, que apesar das mudanças sofridas ao longo dos anos ainda tenta ser reproduzido.<sup>333</sup>

O termo “usos e costumes”, segundo Laura Carlsen, doutora em Estudos Latinoamericanos pela Stanford University, tem sido empregado para se referir a um “sistema de normas coletivas que foram integradas às comunidades indígenas ao longo dos séculos”, embora, para o advogado mixteco e especialista em direitos indígenas, Francisco López Bárcenas, o mais apropriado seria dizer “sistemas normativos indígenas”, assinalando, desse modo, “sua validade política e jurídica frente ao sistema de direito positivo.”<sup>334</sup>

Em um artigo endereçado à Revista Letras Libres, Juan Pedro Viqueira argumenta que tanto os sistemas normativos indígenas quanto os usos e costumes não possuem validade jurídica. Sua incorporação à constituição, segundo o historiador, reduziria significativamente o direito dos indígenas, limitaria a sua autonomia, além de representar um retrocesso para o país. Juan Pedro Viqueira sustenta a tese de que ocorreram processos de mestiçagens tão amplos no México que, mesmo que não tenham levado à uma homogeneização cultural, não justificam o apelo à tradição para legitimar os direitos indígenas.

Segundo Viqueira, o discurso sobre o respeito às culturas indígenas,

[...] apesar de ser apresentado como revolucionário e radical, como capaz de dar lugar à uma relação inédita entre os indígenas e a sociedade nacional, não faz mais do que atualizar o velho discurso paternalista dos tempos coloniais, que dividia a sociedade em “homens de razão” e “naturais”, ou seja, em homens que se guiam pelo uso da Razão (e, portanto, responsáveis por seus atos) e em outros que estão condenados a seguir sua natureza ou sua cultura (e, portanto, não podem ser julgados com a mesma severidade, dado que não fazem mais do que seguir seus costumes).<sup>335</sup>

O paradoxo desse tipo de pensamento, que o autor qualifica como paternalista, radica, segundo o historiador, no fato de que os que defendem a inclusão na legislação desses direitos, não buscam proteger os indígenas, mas limitar os seus direitos. Na verdade, Viqueira dá uma volta enorme em sua argumentação para finalmente concluir que os direitos humanos

<sup>332</sup> NASH, June. **Visiones Mayas**: El problema de la autonomía en la era de la globalización. Buenos Aires: Antropofagia, 2006, p.168.

<sup>333</sup> CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbre: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**. México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7carlsen.html>> Acesso em: jan. 2012.

<sup>334</sup> Ibid.

<sup>335</sup> VIQUEIRA, Juan Pedro. Los usos y costumbres em contra de la autonomía. **Letras Libres**. México, Março 2001. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/revista/convivio/los-usos-y-las-costumbres-en-contra-de-la-autonomia>> Acesso em: maio. 2012. p.33.

universais são suficientes e os mais adequados para garantir a dignidade de todos os seres humanos. Viqueira se esquece que os indígenas foram integrados à nação de maneira subordinada e mesmo que tenham se adaptado à sociedade moderna, ainda que suas tradições tenham sido alteradas por conta dos processos de mestiçagens, eles possuem características específicas que os distinguem dos demais. A prova mais cabal dessa diversidade é a emergência de diversos movimentos étnicos e o aparecimento de várias organizações indígenas nos últimos anos no país. Em algum momento do seu artigo, o historiador se pergunta se em nome do respeito devido às diferenças étnicas e culturais deveríamos permitir aos indígenas que praticassem suas formas próprias de governo e de administração da justiça no México, em vez de impormos a eles as nossas. Consideramos que em vez de situar a discussão como uma disputa entre posturas essencialistas (que procuram por características inatas) e não essencialistas, como Viqueira faz em seu artigo, o historiador deveria se perguntar sobre o que o país pode fazer para conviver com essa diversidade.

Para Calrsen, fica claro que “[...] existe uma decisão consciente por parte dos povos indígenas de conservar suas próprias normas – ainda que com altos custos – e de criar e defender sua identidade distintiva”.<sup>336</sup> Isso, no entanto, não deve ser considerado como um desejo de regressar ao passado, mas de assegurar direitos e garantir expressão política aos diferentes grupos étnicos que vivem no México.

Durante o ano de 2003, o subcomandante Marcos comunicou à sociedade a morte dos *Aguascalientes*. Em uma das partes do ensaio, nomeado como *Treceava Estela*, o subcomandante insurgente falou sobre o nascimento desses lugares e explicou o motivo pelo qual eles seriam desfeitos. Como já foi dito, os *Aguascalientes* eram espaços de encontro entre o EZLN e a sociedade civil nacional e internacional e também lugares para a realização de celebrações.

Segundo o subcomandante Marcos, o primeiro *Aguascalientes* não conseguiu cumprir exitosamente o esperado. Nascido a partir de uma iniciativa política conjuntural (a realização da Convenção Nacional Democrática) em pouco tempo ele teria se esvaziado. Mas os outros *Aguascalientes*, construídos em diversos pontos do território rebelde pouco tempo depois – Oventic, La Realidad, La Garrucha, Morelia e Roberto Barrios – esses sim, sublinhou o

---

<sup>336</sup> CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbre: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**. México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7carlsen.html>> Acesso em: jan. 2012. p.1.

subcomandante, “foram o que deveriam ser: espaços para o encontro e o diálogo com a sociedade civil nacional e internacional”.<sup>337</sup>

Apesar dos resultados satisfatórios obtidos com os outros *Aguascalientes*, os rebeldes decidiram desfazê-los. Com sua morte os zapatistas pretendiam acabar com aquilo que qualificaram como “síndrome de Cinderela” e também com o comportamento paternalista de algumas ONG’s nacionais e internacionais. Desde abril de 1994, o subcomandante Marcos teria observado, com certo desconforto, ações equivocadas por parte de alguns setores da sociedade civil. No trecho de uma carta, escrita pelo subcomandante em 1994, mencionada pelo próprio insurgente na *Treceava Estela*, Marcos dizia que reconhecia os riscos e o esforço que a sociedade civil fazia em ajudá-los, mas que não gostava da maneira equivocada como eram percebidos. A ajuda muitas vezes descabida (o subcomandante mencionou, em outro fragmento da mesma carta, que até um sapato alto, cor-de-rosa, sem par teria sido encaminhado aos insurgentes) converteu-se em um sério empecilho para o desenvolvimento dos *Aguascalientes*. Marcos teria se perguntado: “como dizer para todas essas pessoas bondosas que não, que não queremos mais continuar vivendo uma situação de humilhação no México?”<sup>338</sup>

Nove anos depois (1994-2003), o subcomandante ainda não havia encontrado uma resposta para esse questionamento. A solução que o insurgente e os outros zapatistas acreditaram que viria com o tempo, não chegou. Em *La Treceava estela*, o subcomandante disse: “[...] pensavamos que era questão de tempo, que as pessoas iriam entender que os indígenas zapatistas são dignos e que não buscam esmolas, mas respeito.” Marcos explica que a situação foi piorando, com o passar dos anos, que os *Aguascalientes* se tornaram grandes depósitos de materiais inservíveis (computadores sem utilidade, remédios vencidos, roupas extravagantes). Mas não era só isso o que preocupava. Havia outro tipo de esmola que incomodava: a interferência das Organizações Não Governamentais (ONG’s) e organismos internacionais na vida e nas decisões políticas tomadas pelas comunidades zapatistas. Segundo o subcomandante, muitas organizações chegaram a impor “não só determinados projetos, mas inclusive o tempo e formas de sua concretização” às comunidades sem nem, ao menos, consultá-las. Diante dessa situação, a solução foi decretar a morte dos *Aguascalientes*.<sup>339</sup>

<sup>337</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>338</sup> Ibid.

<sup>339</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

Para ocupar o lugar deixado pelos *Aguascalientes*, os rebeldes anunciaram a criação de cinco Caracóis. Nas palavras do subcomandante, os Caracóis seriam “como portas para entrar nas comunidades e para que as comunidades saiam; como janelas que permitem enxergar o que está dentro e o que está fora; como autofalantes para enviar para longe nossa palavra e para escutar a daquele que está longe”.<sup>340</sup>

A declaração do subcomandante se refere a *La historia del sostenedor del cielo*, mito narrado pelo Velho Antônio que conferia ancestralidade ao Caracol. Conta o mito que os deuses que fizeram o mundo haviam se empenhado tanto em fazê-lo, que depois de concluí-lo não teriam encontrado forças para fazer o céu. Segundo o mito, o céu costuma ficar frouxo e, quando isso acontece, os ventos e as águas do mundo ficam em desordem, o fogo fica inquieto e a terra se levanta e começa a caminhar sem encontrar um lugar onde possa repousar. Para resolver o problema, quatro deuses teriam voltado ao mundo e, tornando-se gigantes, se colocaram nos quatro cantos do mundo para prendê-lo ao céu, evitando desse modo que ele caísse sobre os homens. Os sustentadores do céu deveriam mantê-lo quieto e bem plano para que o sol, a lua, as estrelas e os sonhos pudessem caminhar por ele sem sofrimento. Segundo o mito, às vezes, um ou mais pilares, isto é, os sustentadores do céu, dormem ou se distraem deixando o céu frouxo novamente. Para evitar essa situação, os deuses teriam encarregado uma pessoa para ficar de prontidão e avisar aos demais quando esses se desviassem de seus propósitos. O mito também conta que o sustentador do céu carrega em seu peito um caracol que lhe permite escutar os ruídos e os silêncios do mundo.

Marcos percebeu o valor simbólico que a figura do caracol possuía para os indígenas durante a construção do primeiro *Aguascalientes*. O subcomandante explicou que, em Guadalupe Tepeyac, região habitada preponderantemente por indígenas tojolabales, foi erguida uma grande estrutura física para abrigar os rebeldes e a sociedade civil. O subcomandante explicou que percebeu um erro na construção de uma edificação quando o *Aguascalientes* ficou pronto. Na verdade, não se tratava de um erro arquitetônico, mas de uma casa com um declive, feita dessa maneira de propósito para permitir o formato em espiral das construções. Quando vista à distância, as construções assumiam o formato de um caracol.

Para os indígenas, a disposição do espaço em espiral representa um convite para entrar e para sair, assim como as portas. O caracol representa um trajeto sem fim ou começo, apenas um caminho. O subcomandante explicou que, “o caracol dos chefes maias rebeldes começava

---

<sup>340</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

e terminava na ‘casa de seguridad’, mas também começava e terminava na biblioteca”.<sup>341</sup> Não saber onde começa e onde termina o caracol não parece um problema para os zapatistas, porque sua importância está em representar um caminho, muitas vezes associado pelos indígenas à sua própria luta. A recuperação e reelaboração da simbologia em torno da figura do Caracol também nos faz pensar em um modo diferenciado de perceber e organizar o mundo, distinto do modo a que estamos habituados, mas bastante significativo para esses sujeitos.

Cada um dos cinco Caracóis, anunciados pelos zapatistas, recebeu uma casa, chamada de Casa da Junta de Bom Governo, para abrigar as Junta de Bom Governo, formadas por um ou dois delegados de cada um dos Conselhos Autônomos dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Competia às Juntas: controlar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades; mediar os conflitos entre os municípios autônomos e entre os municípios autônomos e os municípios governamentais; atender denúncias contra os Conselhos Autônomos, investigando sua veracidade e ordenando aos Conselhos Autônomos Rebeldes Zapatistas a correção dos erros diagnosticados, vigiando o seu cumprimento; acompanhar a implantação de projetos e tarefas comunitárias nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas; vigiar o cumprimento das leis; atender e orientar a sociedade civil nacional e internacional que visitar as comunidades; promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes e a eleição e preparação desses companheiros e companheiras. Resumindo, “cuidar para que no território rebelde zapatista o que mande, mande obedecendo[...]”.<sup>342</sup>

Com a criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo, os zapatistas esperavam oferecer uma solução para as desigualdades entre as comunidades, geradas pela distribuição desigual de donativos e de apoios (financeiros ou não) destinados à luta zapatista e, ao mesmo tempo, promover a justiça social, através da distribuição desses recursos. Em segundo lugar, pretendiam consolidar a independência do EZLN das ações relacionadas ao governo e à prática política. Ornelas explica que, além disso, os zapatistas pretendiam melhorar o

---

<sup>341</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>342</sup> Ibid.



relacionamento entre as comunidades zapatistas.<sup>343</sup> Entre as atribuições conferidas às Juntas estavam as seguintes:

Um – Não permitir que donativos e apoios da sociedade civil nacional e internacional sejam destinados a uma pessoa em particular ou a uma comunidade ou município autônomo específico. A Junta de Bom Governo decidirá, depois de avaliar a situação das comunidades, onde é mais necessário dirigir esse apoio. A Junta de Bom Governo impõe a todos os projetos o chamado "imposto irmão" que é de 10% do montante total do projeto. Isto é, se uma comunidade, município ou coletividade recebe um apoio econômico para um projeto, deverá entregar 10% à Junta de Bom Governo para que a Junta possa destiná-lo para outra comunidade que não tenha recebido nenhum apoio. O objetivo é equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência. Certamente, não aceitaremos sobras, esmolas nem a imposição de projetos.

Dois - Reconher como zapatistas apenas as pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização que estiverem registradas em uma Junta de Bom Governo. Assim evitaremos que pessoas que não sejam zapatistas, passem por zapatistas, algumas, inclusive antizapatistas (como o caso de algumas cooperativas de produção e comercialização de café orgânico). Entregaremos os excedentes ou bonificações, obtidos através da comercialização de produtos por meio de cooperativas zapatistas, às Juntas de Bom Governo, para apoiar os companheiros e companheiras que não podem comercializar seus produtos ou não recebem nenhum tipo de apoio.

Três - É comum que gente desonesta engane a sociedade civil nacional ou internacional se apresentando como "zapatistas" nas cidades supostamente enviados em "missão secreta ou especial" para pedir dinheiro para enfermos, projetos, viagens ou outras coisas nesse estilo. [...] Como é difícil entrar em contato com o Comando Geral do EZLN para verificar se uma pessoa faz ou não faz parte do EZLN ou de sua base de apoio, e se é verdade ou não o que diz, agora bastará entrar em contato com uma das Juntas de Bom Governo (a área da qual o "enganador" diz proceder) e em questão de minutos se dirá se é verdade ou não, e se é ou não zapatista. Para isto as Juntas de Bom Governo expedirão certificações e atestados [...].<sup>344</sup>

As Juntas de Bom Governo permitiriam, finalmente, a separação da organização militar do movimento zapatista de sua organização política. O exército insurgente não desapareceria, mas ficaria limitado à proteção das comunidades (da agressão do governo ou de grupos paramilitares) e do território. Para ajudar no desenvolvimento das Juntas, o EZLN também atuaria como órgão fiscalizador para evitar a corrupção, a intolerância, a arbitrariedades, a injustiça e desvios dentro dos territórios controlados pelos zapatistas. Ao analisar os documentos que tratam das Juntas de Bom Governo, um fato chamou bastante a nossa atenção: com a criação das Juntas, o subcomandante Marcos deixou de ser o único porta-voz do movimento. A partir daquele momento, cada Junta de Bom Governo teria seus

<sup>343</sup> ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. CECEÑA, Ana Esther. (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. São Paulo: CLACSO. 2005. p.7

<sup>344</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela**. México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

próprios porta-vozes. Parece-nos uma tentativa de diminuir a importância da figura de Marcos, possibilitando ao movimento sobreviver mesmo que o subcomandante não estivesse mais presente.

No quadro elaborado por Raúl Ornelas, apresentado logo abaixo, podemos observar quais foram os nomes escolhidos pelas comunidades zapatistas para se referir aos Caracóis e às Juntas de Bom Governo. No emprego dessas “toponímias rebeldes”, expressão cunhada originalmente por Vargas Netto, “nota-se que, mais do que referência a eventos históricos os zapatistas decidem ‘poetizar’ o nome dos seus Caracóis”.<sup>345</sup>

### *OS CARACOLES E AS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO DE 2003)*

Caracoles	Junta de Bom Governo	Sede	Povos
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños / s-nan xoch baj paman ja tez waychimmel ku'untic.	Hacia la esperanza (Selva Fronteiriça)	La Realidad	tojolabales, tzeltales e mames
Torbellino de nuestras palabras / muc'ul puy zutu'ik ju'un jc'optic.	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	tzeltales, tzotziles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanecer/ te puy tas maliyel yas pas yach'il sacal quinal.	El camino del futuro	La Garrucha	tzeltales
El caracol que habla para todos / te puy yax sco'opj yu'un pisiltic (en tzeltal); puy mui ti t'an cha 'an ti lak pejtél (en chol)	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	choles, zoques e tzeltales
Resistencia y rebeldía por la humanidad / ta tzikel vocolil xchiuc jtoybailtic sventa slekilal sjunul balumil.	Corazón céntrico de los zapatistas delante del Mundo	Oventic	tzotziles e tzeltales

Fonte: Elaborado por Raúl Ornelas, a partir da *Treceava Estela* do subcomandante insurgente Marcos (2003).

<sup>345</sup> VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A Mística da Resistência*: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007. p. 140.

Segundo Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto, os Caracóis atuam “como um centro político-administrativo para questões de interesse comum das comunidades que os conformam.” Eles ofereceriam às inúmeras e pequenas comunidades ou *ejidos* dos Municípios Autônomos Rebeldes (MAREZ) que “conseguem atingir um certo nível de articulação”<sup>346</sup> uma nova organização intercomunitária ou intermunicipal. Tudo isso, sem afastar as comunidades do centro decisório. Raúl Ornelas está de acordo com esta proposição. Segundo ele,

[...] a criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo não implica em uma centralização dos poderes (ou, o que dá no mesmo, um distanciamento da tomada de decisões com respeito às comunidades), uma vez que os municípios conservam o controle das atividades decisivas da vida comunitária, e as comunidades continuam sendo as instâncias de discussão e aprovação das iniciativas.<sup>347</sup>

Mesmo com a criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo as assembléias comunitárias seriam mantidas como o centro das decisões políticas. É interessante esclarecer que nas comunidades rebeldes as decisões são tomadas em assembléias e os cargos de comando não são fixos, ou seja, seguem um esquema de rotatividade. Eles são ocupados temporariamente, para que não haja uma “profissionalização” da política e não são remunerados, explica Ornelas.

Dos problemas diagnosticados pela dirigência do EZLN, após um ano de funcionamento das Juntas de Bom Governo e da criação dos Caracóis, dois chamam a atenção. O primeiro se refere à relação entre a estrutura político-militar do zapatismo e os governos autônomos (problema atribuído principalmente à presença de um exército no seio das comunidades, com a estrutura hierárquica que lhe é peculiar e, por esse motivo, apontado como algo um pouco mais complicado de resolver). O segundo se refere ao lugar das mulheres no movimento. Apesar da participação feminina, as comunidades ainda nutrem preconceitos que impedem e limitam um avanço nessa questão, mas como se trata de uma demanda das próprias mulheres o EZLN se solidariza e se corresponsabiliza pela situação. Segundo o subcomandante Marcos, tratava-se de faltas persistentes, que deveriam ser solucionadas.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> VARGASNETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.** Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007. p. 139-140.

<sup>347</sup> ORNELAS, Raúl. La autonomía como eje de la resistencia zapatista. Del levantamiento armado al nacimiento de los Caracoles. In: CECENA, Ana Esther. **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI.** Buenos Aires, CLACSO, 2004. p. 147.

<sup>348</sup> MARCOS. **Leer un video. Segunda Parte: Dos fallas** México, 21 agosto de 2004. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

Quando anunciaram o nascimento dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo, os zapatistas também divulgaram um plano, denominado Plano La Realidad-Tijuana (Reali-Ti), para responder ao Plano Puebla Panamá e aos outros planos globais considerados parte da globalização neoliberal. Para o norte do continente Americano, os zapatistas sugeriram o Plano Morelia-Polo Norte. Para a América Central, o Caribe e a América do Sul, o Plano La Garrucha-Tierra de Fuego. Para a Europa e a África, o Plano Oventik-Moscú. Para Ásia e Oceania, o Plano Roberto Barrios-Nueva Delhi.<sup>349</sup>

O Plano La Realidad-Tijuana consistia em reunir todas as resistências do país para a reconstrução do México. Para levar o Plano La Realidad-Tijuana adiante, os rebeldes propuseram sete acordos e sete demandas nacionais. Os acordos são: respeito recíproco à autonomia e independência de diversas organizações sociais, às suas formas de luta e ao seu modo de organização; solidariedade total e incondicional aos agredidos e não aos agressores; promoção de formas de autogoverno e autogestão; promoção da rebeldia e resistências civis pacíficas; formação de redes de comércio e de consumo básicos entre as comunidades; organização conjunta e coordenada da defesa da soberania nacional ao lado de manifestações de oposição direta e radical as iminentes privatizações dos recursos naturais (energia elétrica, petróleo e outros) e formação de redes de informação e promoção de cultura. As demandas são: defesa da propriedade *ejidal* e comunal incluindo seus recursos naturais; trabalho digno e salários justos para todos; moradia adequada; acesso à saúde; alimentação e vestimentas com valores acessíveis; educação laica gratuita; e, por fim, respeito às mulheres, crianças e idosos.<sup>350</sup>

Em 2005, os zapatistas dão um novo passo. Passo, segundo eles, que implicaria, entre outras coisas, em correr o risco de perder tudo aquilo que haviam levado anos para conquistar. Não fazê-lo, por outro lado, era igualmente arriscado, uma vez que o assédio e a perseguição às comunidades indígenas só aumentavam. Para dar esse novo passo, os zapatistas realizaram uma consulta às suas comunidades. A grande maioria votou a favor da nova iniciativa política, conhecida como *La Otra Campaña*, apresentada ao público através de sua sexta e última (até a presente data) Declaração da Selva Lacandona.

A Sexta Declaração da Selva Lacandona marca uma ruptura no curso da luta zapatista. Depois do seu anúncio, os zapatistas buscaram uma aproximação com outras lutas de resistência e se declararam como um movimento de esquerda e anticapitalista formado por um

<sup>349</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>350</sup> ZEBEDEO. **Palabras a los pueblos del mundo.** México, 9 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

grupo étnico. Antes de convidarem a sociedade para participar da sua nova iniciativa política, os zapatistas abordaram questões bastante interessantes na Sexta Declaração. Falaram sobre como se percebem, como vêem o mundo, seu país e sua luta e, também, sobre o que pretendem fazer.

Em primeiro lugar, eles se identificam como zapatistas: “nós somos os zapatistas do EZLN, ainda que também nós chamem de ‘neo zapatistas’.” Reconhecem-se como um grupo formado majoritariamente por indígenas chiapanecos: “somos quase todos puros indígenas daqui de Chiapas”. Depois explicam os motivos para a radicalização da resistência: “o EZLN decidiu cumprir, só e por seu lado (ou seja, o que se chama de ‘unilateral’ porque é só de um lado), os Acordos de San Andrés sobre direitos e cultura indígenas.” Em outro momento eles explicam que, depois de terem tomado essa decisão, seguiram resistindo aos ataques militares, políticos, ideológicos, econômicos, aos assédios, às perseguições até que constataram que haviam chegado a um ponto crucial de sua luta, que lhes exigia dar um novo passo para não perderem tudo o que haviam conquistado.

[...] chegou a hora de se arriscar outra vez e dar um passo perigoso, mas que vale a pena. Porque, talvez unidos com outros setores sociais que têm as mesmas carências que nós, conseguiremos o que necessitamos e merecemos. Um novo passo na luta indígena só é possível se o indígena se junta aos trabalhadores, camponeses, estudantes, professores, empregados [...] ou seja, aos trabalhadores da cidade e do campo.<sup>351</sup>

Depois, os rebeldes abordam a questão da globalização (sua face hegemônica) descrevendo-a como um momento de exacerbação do capitalismo. Logo em seguida, os zapatistas abordam alguns dos problemas enfrentados no México. Eles falam das privatizações, da falta de produção de alimentos, dos problemas no campo, tudo como fruto de uma gestão neoliberal. Por fim, deixam claro o desejo do EZLN em estabelecer alianças com pessoas e organizações de esquerda para resistir à globalização. Como fazer isso? Mantendo o cessar fogo. Insistindo na luta política (via pacífica). Defendendo, apoiando e obedecendo as decisões tomadas pelas comunidades indígenas zapatistas (contribuindo para o fortalecimento de sua autonomia). Com relação ao mundo? Mantendo relações de respeito e apoio mútuos com pessoas e organizações. Enviando apoio material (de acordo com as possibilidades e características de cada comunidade) para os que lutam. Promovendo encontros intercontinentais. Com relação ao México? Seguir lutando. Continuar falando. Construir outro modo de fazer política. Iniciar uma luta por uma nova Constituição.

---

<sup>351</sup> COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sexta Declaración de la Selva de Lacandona**. México, junho de 2005. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

Ao final da Sexta Declaração da Selva Lacandona, os zapatistas convidam à sociedade para fazer parte da construção dessa outra forma de fazer política, identificada como *La Otra Campaña*. Para organizar essa iniciativa, o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena-Comandância Geral (CCRI-CG) foi dividido em dois grupos. A Comissão Sexta do EZLN, encarregada das demandas nacionais e a Comissão Intergalática, encarregada dos assuntos internacionais. O principal objetivo das comissões era apoiar as lutas de esquerda, tanto nacionais quanto internacionais, de grupos, organizações, comunidades, todos aqueles que tivessem aderido a *La Otra Campaña*, respondendo ao chamado da Revista Rebeldia.

No dia 26 de dezembro de 2008, teve início o primeiro *Festival Mundial de la Digna Rabia*, uma iniciativa da *La Otra Campaña*. O tema do festival era: outro mundo, outro caminho. Como assinalou o subcomandante Marcos, chamado também de delegado zero depois do nascimento da *La Otra Campaña*, o festival desejava reunir as resistências anticapitalistas do mundo inteiro para discutir a possibilidade de outro campo, outra cidade, outra comunicação, outra arte e outra cultura, outra sexualidade, outra história, outro movimento social e outra política. Como vimos, a construção de outro mundo é parte da luta zapatista pela superação da exploração e pelo fim da opressão. Trata-se de um projeto incerto e ainda em curso pelo qual os zapatistas apostam suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta zapatista contra o avanço da globalização, representada como uma nova guerra de disputa do capital por mercados e territórios, assumiu duas posturas: o enfrentamento armado e o enfrentamento político.

No início, os zapatistas se apresentaram à sociedade como um exército, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Por meio dele, os rebeldes ocuparam cidades importantes do estado chiapaneco e declararam guerra ao exército mexicano. Com armas em punho, quase todas obsoletas e em número insuficiente, tzotziles, tzeltales, tojolabales, choles, mames, zoques e alguns mestiços, deram início à luta armada como meio para superar as relações de dominação e buscar melhores condições de vida.

A mudança de posicionamento começou quando a sociedade decidiu apoiar as demandas dos insurgentes, mas se mostrou contrária ao emprego da violência como forma dos rebeldes alcançarem seus objetivos. Pouco tempo depois, os zapatistas se comprometeram em abandonar definitivamente a ação militar e adotaram o enfrentamento político como a única possibilidade de realizarem mudanças significativas na sociedade. Embora tenham se mantido como um exército, os rebeldes passaram a atuar basicamente no campo político, incluído aí o campo discursivo, restringindo suas ações militares a medidas pontuais e à defesa. Com a radicalização da resistência (2001) e a criação das Juntas de Bom Governo (2003), ficou ainda mais evidente a superação da estratégia militar. Depois desta data, o exército insurgente teve suas funções limitadas, uma clara tentativa de desvincular a prática militar, seja ela de combate ou defesa, da prática política.

A mudança de posicionamento ficou marcada no vínculo criado com a sociedade civil (nacional e internacional). Depois que pautaram a sua ação no campo político, os rebeldes se apossaram em buscar novos interlocutores. Ao longo dos anos, verificamos que os zapatistas lançaram diversas iniciativas, contribuindo com a ampliação dos espaços democráticos e favorecendo o alargamento do seu horizonte político: realizaram a Convenção Nacional Democrática (CND), no antigo *Aguascalientes* de Guadalupe Tepeyac; ajudaram a formar o Movimento de Libertação Nacional (MLN), encabeçado pela CND e pelo perredista Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano; propuseram à sociedade a criação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN); realizaram grandes consultas públicas; promoveram encontros e fóruns de discussão e, por fim, realizaram grandes marchas, a *Marcha de los 1111 zapatistas* (1997) e a *Marcha del Color de la Tierra* (2001), para citarmos apenas alguns exemplos.

A aproximação do movimento com as modernas tecnologias comunicacionais conferiu uma dimensão maior e mais complexa à aproximação do movimento com a sociedade. Como diversos autores assinalaram, a Internet se transformou em um espaço privilegiado para a resistência. Ela permitiu a construção de redes de solidariedade em todo o mundo, funcionando como um importantíssimo canal para a interlocução dos rebeldes com a sociedade civil, além de favorecer a aproximação dos zapatistas com outros grupos sociais. É preciso levar em consideração que, além de ter contribuído com a divulgação da luta zapatista e com a ampliação do número de apoiadores, ela assegurou a integridade física dos insurgentes, constantemente ameaçados pelo governo mexicano.

Por que os zapatistas lutam? Como vimos, os zapatistas lutam por terra, trabalho, moradia, alimentação, saúde e educação. Os rebeldes também lutam para ter acesso à informação e para proteger o meio ambiente. Eles combatem a corrupção, o preconceito e exigem segurança e respeito à cultura. Não podemos nos esquecer das demandas universais como democracia, justiça, liberdade, igualdade e paz. Mas é importante ter claro que as aspirações zapatistas não se resumem a uma lista de demandas, elas se traduzem na luta pela superação das relações de dominação e pelo término da exploração capitalista. Isto significa, em último caso, uma luta por reconhecimento e por redistribuição.

Como os zapatistas lutam? A prática e a teoria política dos zapatistas escapam das definições convencionais. Diferente de outros movimentos contestatórios, os zapatistas atuam à margem dos mecanismos institucionais de reivindicação. Trata-se de uma forma de luta construída por um grupo subalterno, formado majoritariamente por indígenas, que em uma clara referência à luta de Emiliano Zapata decidiram se chamar zapatistas. Essa forma de luta, identificada como resistência, se revela no controle dos espaços sejam eles físicos, simbólicos ou discursivos; na interlocução com a sociedade civil e, nos últimos anos, também na aproximação com outros grupos minoritários e organizações sociais; e, ainda, na construção de espaços de representação.

Qual é o alcance desse tipo de luta? Algumas das principais críticas ao projeto político zapatista foram formuladas por um dos mais notáveis pensadores latino-americanos da contemporaneidade, Atílio Boron. Em *La selva y la polis. Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo*, Boron<sup>352</sup> propõe uma reflexão sobre os problemas decorrentes da

---

<sup>352</sup> BORON, Atílio. *La selva y La polis. Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo.. Revista Chiapas*, n.12. México, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No12/ch12boron.html>>. Acesso em: jan. 2012.



renovação teórica do zapatismo. Seus questionamentos e suas provocações se referem basicamente à forma que a luta zapatista assumiu nos últimos anos.

A discussão de Boron se concentra no debate sobre o agente da transformação social (classe social ou sociedade civil) e sobre a possibilidade da mudança. Em primeiro lugar, Boron critica as teses que anunciam o desaparecimento da classe social, alimentando a ideia de que os antagonismos de classe foram superados. Depois, o sociólogo argentino acusa o emprego inadvertido do termo “sociedade civil” pelo movimento zapatista, ressaltando a sua carência conceitual e os perigos que seu emprego pode levantar ao zapatismo, especialmente o de associar a experiência zapatista com as teses que ostentam uma suposta superação do conflito de classes. Por fim, Boron levanta dúvidas sobre a capacidade da sociedade civil de sustentar a transformação social.

É certo, tal como observou John Holloway, que existem insuficiências na teoria política dos zapatistas, mas as críticas são comuns a qualquer nova iniciativa e, por esse motivo, deveriam ser entendidas como parte dessa nova experiência política. O fato da luta zapatista transitar por caminhos pouco convencionais explica, segundo Holloway, pelo menos em grande medida, tais insuficiências.

Por outro lado, deve-se considerar que os zapatistas nunca se apresentaram à sociedade como um movimento de vanguarda política, como um modelo de transformação a ser seguido. Dois motivos impedem, segundo Sebastião Tigüera Sobrinho, esse tipo de analogia. Em primeiro lugar, porque por muito tempo os zapatistas assumiram a aparência de uma organização militar. Em segundo lugar, porque a derrota do partido de Estado e suas estruturas exige uma organização política maior da sociedade e dos próprios zapatistas, se revelando como um processo de longo prazo.<sup>353</sup> Ao longo desses quatorze anos de luta, verificamos o empenho desses sujeitos em construir alternativas de sociabilidade e em apresentar à sociedade outras concepções de mundo, mas é preciso ter claro que essas propostas não foram apresentadas como um modelo, nem ao menos como a única alternativa de mudança, mas como uma alternativa.

No artigo intitulado, *La lucha es asimétrica*, Jonh Holloway,<sup>354</sup> outro notável intelectual da contemporaneidade, responde Atílio Boron dizendo que a luta é e deve ser assimétrica. Isto significa que a transformação social não conta apenas com a ação de um

---

<sup>353</sup> TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997. p. 70.

<sup>354</sup> HOLLOWAY, Jonh. La lucha de clases es asimétrica. **Revista Chiapas**. México, n.12, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No12/ch12holloway.html>> Acesso em: jun. 2012.

único agente. Holloway está convencido de que a transformação deve ser exercida a partir de diversas forças sociais, incorporando vários setores da população o que, no nosso entendimento, não significa uma exclusão ou mesmo um desmerecimento das classes sociais, apenas reflete uma concepção mais ampliada sobre a política.

A abordagem de John Holloway exige do leitor o abandono dos pressupostos tradicionais a respeito da transformação social, conduzindo o debate para uma discussão mais ampla sobre o poder. Afinal, nada é mais improdutivo do que subordinar o político a política, afirma Bolívar Echeverría<sup>355</sup> no artigo intitulado *Lo político y la política*. Segundo Echeverría, o político se refere à capacidade dos sujeitos de decidir sobre suas próprias vidas e imprimir mudanças na sociedade. Nesse sentido, não pode ou não se resume à prática política institucionalizada, uma vez que esta representa apenas uma parte do exercício político.

Segundo Holloway, é importante perceber que o “poder” oculta dois sentidos diametralmente opostos: *poder-hacer* e *poder-sobre*. Por “poder-hacer”, Holloway entende a capacidade dos sujeitos de fazer algo e, por conseguinte, de propor e realizar mudanças, ou seja, o poder concebido como potência. Por “poder-sobre”, o autor define um processo que se baseia na negação do caráter social do poder, ou seja, o poder como impedimento, isto é, caracterizado pela impossibilidade de propor ou formular mudanças.

Para responder a pergunta sobre o alcance desse tipo de luta, é preciso aceitar a luta zapatista como uma possibilidade. Significa considerar a capacidade dos sujeitos de realizar mudanças ou, em outras palavras, de exercer o poder. Por outro lado, é importante enfatizar a necessidade de realizar uma luta coletiva. Os zapatistas, assim como Holloway, estão certos de que as lutas contestatórias contemporâneas precisam unir forças com outras experiências para conseguir sobreviver. Prova disso é o empenho dos zapatistas em dialogar com amplos setores da sociedade, especialmente após o rompimento com os partidos políticos e a radicalização do movimento. Podemos afirmar que até a aprovação da *Ley Cocopa* (2001), lei que contrariou a expectativa de milhares de indígenas de terem os seus direitos amplamente debatidos em San Andrés (1996) reconhecidos constitucionalmente, o EZLN manteve o diálogo com alguns partidos políticos.

É certo, no entanto, que o movimento assumiu uma postura mais radical depois da aprovação da *Ley Cocopa* pelo Congresso, postura, inclusive, acentuada com a criação dos Caracóis (2003) e das Juntas de Bom Governo (2003), mas isso, de forma alguma, se reflete

---

<sup>355</sup> ECHEVERRÍA, Bolívar. Lo político y la política. **Revista Chiapas**, n.3. México, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No3/ch3echeverria.html>>. Acesso em: jan. 2012.

em um “impossibilismo”, como sugeriu Armando Bartra.<sup>356</sup> Depois desses episódios, os rebeldes se aproximaram de outros grupos sociais. Diante do rompimento com os partidos políticos, eles preferiram se unir a outros grupos minoritários e organizações sociais.

Nas palavras de Holloway,

A beleza do movimento zapatista é que eles têm mostrado que mesmo em tempos incertos surgem lutas novas, e que as lutas significam novas formas de pensar e novas formas de fazer as coisas que são experimentais, criativas, assimétricas.<sup>357</sup>

A resistência zapatista deve ser entendida como uma busca ou um caminho, formado por um lento e constante movimento que permite a recuperação e a inovação. Para entender o que estamos falando, convém recorrer à figura do caracol, usada pelos próprios insurgentes para definir a sua experiência. Segundo o subcomandante Marcos, o caracol pode ser visto de várias maneiras. Podemos partir do início da espiral ou do final para o começo. Assim, a partir da curva mais externa do caracol é possível encontrar palavras como globalização, guerra de dominação, resistência, economia, cidade, campo, situação política. Mas, se partimos do início da espiral vamos nos deparar com questões nacionais, regionais e locais.<sup>358</sup> Os mais céticos talvez se perguntem se vale a pena esse tipo de luta. Os rebeldes respondem: *sabemos a lo que vamos y que vale la pena.*

---

<sup>356</sup> BARTRA, Armando. Decifrando la treceava estela. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Ano IV. N.12 (setembro-dezembro de 2003) Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal12/d2bartra.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

<sup>357</sup> HOLLOWAY, Jonh. La lucha de clases es asimétrica. **Revista Chiapas**. México, n.12, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No12/ch12holloway.html>> Acesso em: jun. 2012.

<sup>358</sup> MARCOS. **Chiapas: la treceava estela**. México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

## FONTES

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1994. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx/> >. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Tercera Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 1º de janeiro de 1996. Disponível em: < [ttp://palabra.ezln.org.mx](http://palabra.ezln.org.mx)>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Quinta Declaración de la Selva de Lacandona.** México, 17 de julho de 1998. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sexta Declaración de la Selva de Lacandona.** México, junho de 2005. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Primera Declaración de la Realidad.** México, janeiro de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Segunda Declaración de la Realidad.** México, agosto de 1996. Disponível em: < <http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Diálogo de La Catedral.** México, 1994. Disponível em: <<http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre la Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas.** México, 15 de março de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: nov. 2011.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Rechazo a las Propuestas del Supremo Gobierno.** México, 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Resultado de la Consulta a las Bases Zapatistas.** México, 10 de junho de 1994. Disponível em: < <http://www.cedoz.org> >. Acesso em: nov. 2011

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El CCRI-CG del EZLN suspende su participación en los diálogos de San Andrés hasta que existan garantías de un compromiso serio por parte del gobierno.** México, 29 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Convocatoria para un foro sobre la reforma política.** México, 14 de junho de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **La responsabilidad directa de la matanza de Acteal recae en Ernesto Zedillo Ponce de León y la Secretaría de Gobernación, quienes desde hace dos años dieron luz verde al proyecto de contrainsurgencia presentado por el ejército federal.** 23 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **A la Conai: sobre reanudación del diálogo.** México, 20 de fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: nov. 2011.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Comunicado do EZLN sobre a disolución del FZLN.** México, 20 novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=728&cat=78>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Clausura del Foro Especial para la Reforma del Estado.** México, Julho de 1996. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **El EZLN decidió suspender totalmente cualquier contacto con el gobierno federal mexicano y los partidos políticos.** México, 19 de julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Sobre el inicio del diálogo.** México, 16 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>Acesso em: jun. 2010.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Pedido de Cinturones de Paz.** México, 20 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://www.cedoz.org>>. Acesso em: nov. 2011.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN; TRIBUNAL DE JUSTICIA ZAPATISTA. **Conclusiones del juicio popular seguido para establecer responsabilidad del señor general de división Absalón Castellanos Domínguez.** México. 20 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: jan. 2012.

CONAI. **Hacia una nueva etapa del proceso de paz.** México, 7 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=707&cat=142>>. Acesso em: jan. 2012.

EL DESPERTADOR MEXICANO. **Órgão Informativo do EZLN,** México, No.1, dezembro de 1993. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jun. 2010.

ESTHER. **Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión.** México, 28 de março de 2001. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>> Acesso em: jun. 2012.

FZLN. **Balance de la Consulta sobre la Ley de Derechos Indígenas.** México, 1999. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=140&cat=53>>. Acesso em: jan. 2012.

GOVERNO FEDERAL DO MÉXICO; EZLN. **Acuerdos de San Andrés.** México, 16 fevereiro de 1996. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. **A la organización político-militar vasca Euskadi Ta Askatasuna (ETA):** invitación al encuentro. México, 7 de dezembro de 2002. <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. **A la Sociedad Civil Española y Vasca:** convocatoria a la movilización. Una oportunidad a la palabra. México, 7 de dezembro de 2002. <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. **La (imposible) ¿geometría? del Poder en México.** México, junho de 2005. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. La lucha contra la globalización es cuestión de supervivencia: Marcos. **La Jornada.** México, 26 de Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. La injusta sentencia contra Elorriaga berdegúe y Sebastián Entzín Gómez. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra:** escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

MARCOS. La sociedad civil, el concepto incómodo y la realidad molesta. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra:** escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

MARCOS. En nuestros sueños hemos visto otro mundo. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra:** escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

MARCOS. Carta a John Berger. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra:** escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

MARCOS. Chiapas: el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. In: MARCOS; PONCE DE LEÓN, Juana; SARAMAGO, José. **Nuestra arma es nuestra palabra:** escritos selectos. Nueva York: Siete Cuentos, 2001.

MARCOS. **Chiapas: la treceava estela.** México, julho de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. La lucha contra la globalización es cuestión de supervivencia: Marcos. **La Jornada.** México, 26 de Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. **Siete piezas sueltas del rompecabezas mundial.** México: CGT, 1996.

MARCOS. **Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer.** 20 y 10: el fuego y la palabra. Entrevista com Gloria Muñoz Ramírez. México. Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MARCOS. **¿De que nos van a perdonar?** México, 18 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://www.palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: dez. 2011.

MARCOS. **Leer un video. Segunda Parte: Dos fallas** México, 21 agosto de 2004. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

MÉXICO. **Ley de Amnistia, de 22 de enero de 1994.** México, janeiro de 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/16ene94.html>>. Acesso em: jan. 2012.

MÉXICO. **Ley para el Diálogo, la Conciliación y la paz Digna en Chiapas, de 11 de março de 1995.** México, 1995. Disponível em: <[zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/ley-dialogo.html](http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/ley-dialogo.html)>. Acesso em: jan. 2012.

MÉXICO. **Protocolo de Bases para el Diálogo y la Negociación de un Acuerdo de Concordia y Pacificación con Justicia y Dignidad, de 9 de abril de 1995.** México, 1995. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/snmiguel.html>>. Acesso em: jan. 2012.

ZEBEDEO. **Palabras a los pueblos del mundo.** México, 9 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx>>. Acesso em: jan. 2012.



## BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: História e presente**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. ANPUHS, 2010. Disponível em: <[http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O\\_HISTORIADOR\\_E\\_AS\\_FONTES\\_DIGITAIS\\_UMA\\_VISAO\\_ACERCA\\_DA\\_INTERNET\\_COMO\\_FONTE\\_PRIMARIA\\_PARA\\_PESQUISAS\\_HISTORICAS](http://ufrgs.academia.edu/F%C3%A1bioChang/Papers/404656/O_HISTORIADOR_E_AS_FONTES_DIGITAIS_UMA_VISAO_ACERCA_DA_INTERNET_COMO_FONTE_PRIMARIA_PARA_PESQUISAS_HISTORICAS)> Acesso em: ago. 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPADURAI, Arjun. **La globalización y la imaginación en la investigación**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics160/appaduraispa.html>>. Acesso em: mar. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000

BARTRA, Armando. Decifrando la treceava estela. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Ano IV. N.12 (set.-dez. de 2003). Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal12/d2bartra.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

BARTRA, Armando e OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, La autonomía y la democracia. In: MOYO, Sam e YEROS, Paris (coord.) **Recuperando la tierra**. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO. 2008.

BARREDA, Andrés e CECEÑA, Ana Esther. Chiapas y sus recursos estratégicos. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecenabarreda.html>> Acesso em: jun. 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel A. Los laberintos de la identidad: procesos identitarios en las poblaciones indígenas. **Avá**, Posadas, n9, agosto 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185116942006000100003&lng=es&nrm=iso)> Acesso em: dez. 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA** 12(1): 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a02v12n1.pdf>> Acesso em: dez. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELLINGUAUSEN, Hermann. Es peculiar la guerra zapatista, si perdemos, ganamos: Marcos. **La Jornada**. México, 13 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/03/13/politica/018n1pol>>. Acesso em: jan. 2012.

BENGOA, José. **La emergência indígena en América Latina**. México. D.F. Fundo de Cultura Econômica, 2000.

BORON, Atílio. La selva y La polis. Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo.. **Revista Chiapas**, n.12. México, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No12/ch12boron.html>>. Acesso em: jan. 2012.

BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli. Chiapas: nuevos municipios para espantar municipios autónomos. In: Rosalva Aída Hernández, Sarela Paz y MaríaTeresa Sierra (coords.) **El Estado y los indígenas en tiempos del PAN**. Neoindigenismo, legalidad e identidad. México: CIESAS/ Miguel Ángel Porrúa, 2004.

CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbre: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**. México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7carlsen.html>> Acesso em: jan. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Política. In.: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. La resistência como espacio de construcción del nuevo mundo. **Revista Chiapas**, México, n.7, 1999. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No7/ch7cecena.html>> Acesso em: jun. 2010.

CECEÑA, Ana Esther. Pela humanidade e contra o neoliberalismo – Linhas centrais do discurso zapatista. In: SEONE, José e TADDET, Emilio (orgs.). **Resistências Mundiais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Portugal: Memória e Sociedade. Difel, 2002.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, Noam. El proceso llamado “globalización”. **Rebelión**, 2002. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>> Acesso em: jun. 2010.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México. D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. La rebelión de los índios zapatistas y la autonomía. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. Caracoles: La autonomía regional zapatista. **El Cotidiano** [en línea] 2006, 21 (maio-junho). Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32513706>> Acesso em: mar. 2012.

ECHEVERRÍA, Bolívar. Lo político y la política. **Revista Chiapas**, n.3. México, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No3/ch3echeverria.html>>. Acesso em: jan. 2012.

FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, Paulina. El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** [en línea] 2003, XLVI (maio-dezembro). Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=42118910>> Acesso em jan. 2012.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo - origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Scritta, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GILLY, Adolfo. **Chiapas: la razón ardiente** : ensayo sobre la rebelión del mundo encantado. México: Era, 1997.

GODÍNEZ LEAL, Lourdes. Localidades indígenas estão em 99% marginalizadas. **Adital**. México, 12 de Julho de 2007. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>> Acesso em: jun. 2010.

GÓMEZ, José María. Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo. (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GÓMEZ, Magdalena. Las Estratégias Políticas del Movimiento Indígena. La autonomía en la antesala: la paz inconclusa (el caso mexicano 1995-2003). In: ESCÁRZAGA, Fabiola; GUTIÉRREZ, Raquel. **Movimiento Indígena en América Latina: resistencia e proyecto alternativo**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2005.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Causas da rebelião em Chiapas. **Olho da História**. nº 3. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03casano.html> >. Acesso em: jun. 2010.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações da economia internacional. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira, GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). **Fragments da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HARVEY, Neil. Apuestas y riesgos en la Sexta Declaración de la Selva Lacandona. **La Jornada**. México, 10 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>>. Acesso em: jan. 2012.

HARVEY, Neil. **Rebelión de Chiapas**. La lucha por la tierra y la democracia. México: Editora Era, 2000.

HILSENBECK, Alexandre M. Zapatismo: entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra. **Passa Palavra**. 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=2677>> Acesso em: abr. 2011.

HOLLOWAY, Jonh. La lucha de clases es asimétrica. **Revista Chiapas**. México, n.12, 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas/No12/ch12holloway.html>> Acesso em: jun. 2012.

HUFFSCHMID, Anne. La otredad política y sus interlocutores: lectura y relectura de una relación (des)encantada. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin. (eds). **El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y en la literatura**. México: UACM, 2011.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octavio. **Memória Roda Viva**. 2001, depoiment. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, transmitido pela TV Cultura em janeiro de 2001. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/45/entrevistados/octavio\\_ianni\\_2001.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/45/entrevistados/octavio_ianni_2001.htm)> Acesso em: jun. 2011.

LE BOT, Yvon; MARCOS. **El sueño zapatista**. Barcelona: Plaza & Janés, 1997

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Acteal: 14 años de impunidad. **La Jornada**. México, 18 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/12/18/opinion/016a1pol>>. Acesso em: jan. 2012.

MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. Autonomía de resistência. Análisis y caracterización de la autonomia en las juntas de buen gobierno del movimiento zapatista. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela, Espanha, 2007, ano/vol.6, nº 001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/380/38060107.pdf>> Acesso em: dez. 2010.

MOLINA VALENCIA, Nelson. Resistencia comunitaria y transformación de conflictos. **Reflexión Política**, 2005, ano/vol.7 nº 14. Bucaramanga, Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11001406>> Acesso em: dez. 2010.

NASH, June. **Visiones Mayas: El problema de la autonomia en la era de la globalización**. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

NAVARRETE LINARES, Federico. **Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y desigualdad en México**. México: Faculdade de Filosofia e Letras – UNAM, 2007.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. CECEÑA, Ana Esther. (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. São Paulo: CLACSO. 2005.

ORTÍZ, Pedro; BRIGE, Marco; FERRARI, Rogério. **Zapatistas** – a velocidade do sonho. Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. **Estudos avançados**. 19(55), 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf>> Acesso em: dez. 2010.

ORTIZ, Renato. **Mundialización y Cultura**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. **Revista Chiapas**. México, n.2, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No2/ch2pineda.html>> Acesso em: abr. 2012.

PÓLITO BARRIOS, Elizabeth e GONZÁLES ESPONDA, Juan. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzales-polito.html>> Acesso em: jun. 2010.

RAJCHENBERG, Enrique; HÉAU-LAMBERT, Catherine. Historia y simbolismo en el movimiento zapatista. **Revista Chiapas**, n.2, IIE-UNAM/Era, México, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No2/ch2heau-rajch.html>>. Acesso em: jun. 2010.

REINA, Letícia. **La construcción del índio y la nación en el Mexico del siglo XX**. Porto Alegre: VII RAM, 2007.

SADER, Emir. Comentários. In: TAVARES, Maria da Conceição; SADER, Emir; JORGE, Eduardo. **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SÁNCHEZ, Consuelo. **Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía**. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

SÁNCHEZ, Consuelo. Autonomia, Estados pluriétnicos e plurinacionais. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Constituições e Reformas Políticas na América Latina**. Brasília: INESC, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/journals/revistacritica.html>> Acesso em: jan. 2012.

SANTOS, Milton. **Memória Roda Viva**. 1997, depoiment. Entrevista concedida ao programa Roda Viva, transmitido pela TV Cultura em março de 1997. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/112/entrevistados/milton\\_santos\\_1997.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/112/entrevistados/milton_santos_1997.htm)> Acesso em: jun. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de La resistência**. México. D.F: Era, 2000.

SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997.

TELLO, Carlos. Sobre la desigualdad en Mexico: los años recientes. **XII Reunión de Economía Mundial**. Santiago de Compostela, 2010. Disponível em: <<http://www.usc.es/congresos/xiirem/pdf/58.pdf>> Acesso em: jun. 2011.

TELLO DÍAZ, Carlos. **Chiapas**. La rebelión de las Cañadas. Madri: Acento Editorial, 1995

TIGÜERA SOBRINHO, Sebastião. El zapatismo y la democracia popular en Nuestra América. In: CHOMSKY, Noam. **Chiapas Insurgente: 5 ensayos sobre la realidad mexicana**. Navarra: Txalaparta, 1997.

NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007.

VIQUEIRA, Juan Pedro. Los peligros del Chiapas imaginario. **Letras libres**, 1999. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/index.php?art=5630>> Acesso em: abr. 2011.